

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**A PRODUÇÃO DE NÃO-LUGARES NO CENTRO DE SÃO PAULO:
UM ESTUDO DA PRODUÇÃO ESPACIAL DO VALE DO
ANHANGABAÚ**

ILDEFONSO CUNHA NETO

Trabalho de Graduação Individual apresentado
ao Departamento de Geografia da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Bacharel em Geografia. Área de
concentração: Geografia Urbana.

Orientador: Prof. Dr. César Ricardo Simoni
Santos

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Cp

Cunha Neto, Ildefonso

A PRODUÇÃO DE NÃO-LUGARES NO CENTRO DE SÃO PAULO:
UM ESTUDO DA PRODUÇÃO ESPACIAL DO VALE DO ANHANGABAÚ
/ Ildefonso Cunha Neto; orientador César Ricardo
Simoni Santos - São Paulo, 2023.

102 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual) - Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.

1. Não-lugar. 2. Produção do Espaço. 3. Vale do
Anhangabaú. I. Ricardo Simoni Santos, César, orient.
II. Título.

AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa representa o fim de um ciclo de estudos com muito aprendizado. Agradeço primeiramente a minha mãe por ter me dado suporte para minha formação pessoal, educacional e acadêmica, por ser meu apoio ao longo das frustrações de todo esse período.

Aos amigos que eu fiz ao longo da graduação, Felipe Ishara, Sara Louzada, Daniela Yukimi, Helena Yasumura, Gabriel Paiva e Bruno de Grande, que foram essenciais na trajetória da minha graduação em Geografia e me proporcionaram muitas conversas, debates e trabalhos em grupo.

Ao meu amado companheiro, Arthur Henrique, que esteve ao meu lado desde a iniciação científica e me proporcionou estabilidade para fazer as pesquisas em todos os momentos difíceis, me incentivando a buscar novos conhecimentos e a me desafiar.

A todos os professores do Departamento de Geografia que me proporcionaram um enorme crescimento acadêmico: Antônio Colangelo que lecionou a minha primeira aula do curso; Larissa Bombardi que me proporcionou uma visão mais humana do campo brasileiro; Glória Alves que me fez desenvolver uma visão mais crítica sobre o Oriente Médio; Marta Marques e Luís Bittar que me ajudaram a fazer minha Iniciação Científica; Rita Cruz que me fez aprender mais sobre o Brasil; Fernando Nadal por propor trabalhos desafiadores para serem superados; Sidneide Manfredini por despertar admiração pela FFLCH devido ao seu amor em lecionar; e ao meu orientador, César Simoni, que despertou meu interesse em estudar a cidade de São Paulo por meio dos trabalhos de campo realizados na graduação.

*O Estado esmaga o tempo reduzindo as diferenças a
repetições, a circularidades*

Henri Lefebvre

RESUMO

Essa pesquisa busca compreender como o Estado atua na produção do não-lugares no contexto da mundialização do espaço; analisando o papel do Estado e seu histórico de intervenções no Anhangabaú, avaliando de que forma como a atuação do Estado impacta nos conteúdos sociais e históricos do espaço e compreendendo o papel dos interesses privados na produção do espaço. Dessa forma, será possível compreender as dimensões do espaço existentes no Vale e como o lugar e o não-lugar se materializam nesse novo espaço, sem o apagamento do lugar e sem a concretização absoluta do não-lugar, em um movimento dialético lefebvriano.

Palavras-chave: Não-lugar, Produção do Espaço; Vale do Anhangabaú.

ABSTRACT

This research seeks to understand how the State operates in the production of non-places in the context of the mundialization of space; analyzing the role of the State and its history of intervention in Anhangabaú, evaluating how the State's performance impacts on the social and historical contents of the space and understanding the role of private interests in the production of space. In this way, it will be possible to understand the dimensions that exist in the space of the Valley and how the place and the non-place are materialized in this new space without the erasure of the place and without the absolute realization of the non-place, in a lefebvrian dialectical movement.

Key-words: Non-place; The Production of Space; Anhangabaú Valley.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do triângulo de São Paulo	31
Figura 2 - Planta topográfica e seção geológica da área central de São Paulo A-B (indicada na planta)	38
Figura 3 - Encosta leste da colina histórica em 1862	40
Figura 4 - Reelaboração da litografia do projeto proposto por Jules Martin para o Vale do Anhangabaú em 1878	43
Figura 5 - Umas das diversas reclamações sobre a rua pisques entre a ponte e a rua Formosa publicadas.....	43
Figura 6 - Matéria publicada sobre a situação da rua Formosa.....	44
Figura 7 - Matéria publicada sobre a falta de iluminação no Morro do Chá.....	44
Figura 8 - Matéria publicada para o presidente da câmara municipal reclamando da ausência do poder público	45
Figura 9 - Matéria conclamando o Morro do Chá como um bairro do futuro....	46
Figura 10 - Depoimento sobre o Morro do Chá	47
Figura 11 - Pintura de Jules Martin ironizando a destruição da casa do Barão de Tatuí.....	49
Figura 12 - Vista parcial da cidade com o primeiro Viaduto do Chá.....	54
Figura 13 - Obras para a construção do Viaduto Santa Ifigênia em 1910.....	56
Figura 14 - Vista do Viaduto Santa Ifigênia em 1925	56
Figura 15 - Theatro municipal em 1928	57
Figura 16 - Fotografia tomada do alto do antigo Viaduto do Chá entre 1916-1918	57
Figura 17 - Foto aérea de 1925, com o Parque Anhangabaú projetado por Bouvard implantado.....	58
Figura 18 - Perspectiva da proposta do Plano de Avenidas com um novo Viaduto do Chá.....	60
Figura 19 - Vale do Anhangabaú entre 1940-1960	60
Figura 20 - Vista aérea do Vale do Anhangabaú e do Viaduto do Chá na década de 1950.....	61
Figura 21 - Comício pelas "Diretas Já", em 1984, no Vale do Anhangabaú	64
Figura 22 - Obras no Vale do Anhangabaú em 1991.....	64

Figura 23 - O "novo vale do Anhangabaú em 2003	65
Figura 24 - Tamponamento da avenida	65
Figura 25 - Luiza Erundina, prefeita de São Paulo, andando de Skate em 1990	66
Figura 26 - Vale do Anhangabaú em 2019	66
Figura 27 - Os principais desafios do Vale do Anhangabaú	68
Figura 28 - Estratégia para a vida urbana 1.....	71
Figura 29 - Estratégia para a vida urbana 2.....	71
Figura 30 - Estratégia para a vida urbana 3.....	72
Figura 31 - Estratégia para a vida urbana 4.....	72
Figura 32 - Concepção geral para o novo vale.....	73
Figura 33 - As seis camadas do novo vale.....	75
Figura 34 - Flexibilidade de organização dos eventos pela água	76
Figura 35 - Marcelo Formiga na antiga pista de skate do Anhangabaú	79
Figura 36 - Destrução da antiga pista de skate do Anhangabaú	79
Figura 37 - Protesto dos Skatistas em frente a Prefeitura de São Paulo contra o projeto de revitalização do Vale do Anhangabaú	80
Figura 38 - Nova pista de Skate do Anhangabaú.....	80
Figura 39 - Vale do Anhangabaú durante a reforma em 2020.....	82
Figura 40 - Projeto de comunicação visual apresentado à CPPU.....	83
Figura 41 - Mapa do Vale do Anhangabaú segundo o Vive o Vale	86
Figura 42 - Foliões no carnaval do Anhangabaú em 2022.....	88
Figura 43 - Virada Cultural no Anhangabaú em 2022	89
Figura 44 - Fifa Fan Fest no Vale do Anhangabaú para assistir a estreia do Brasil na Copa do Mundo de 2022.....	89
Figura 45 - Folder de divulgação do show do cantor Jão.....	90
Figura 46 - Show do Jão no Anhangabaú	90
Figura 47 - Montagem da Arca fechando a pista de Skate	92
Figura 48 - Projeções feitas durante a festa Arca de Noé - Éden SP	92
Figura 49 - Pequena “roda gigante” na festa Arca de Noé.....	93
Figura 50 - Arca montada na festa Arca de Noé	93
Figura 51 - Ambientes Instagramáveis da festa Arca de Noé	94
Figura 52 - Open bar da Absolut na festa Arca de Noé	94

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. O CONCEITO DE ESPAÇO	5
1.1. A negligência do espaço.....	5
1.2. O processo de produção e reprodução do espaço	7
1.3. As tríades lefebvrierianas e a dialética espacial	9
1.4. O Estado e a produção do espaço	15
2. O LUGAR E O NÃO-LUGAR	20
2.1. Os conceitos de lugar e não-lugar.....	20
2.2. O Estado e a produção do não-lugar	23
3. A PRODUÇÃO DO ANHANGABAÚ: O LUGAR/NÃO-LUGAR	30
3.1. O Centro de São Paulo.....	30
3.2. O Vale do Anhangabaú	36
3.3. 1870-1888: Morro do Chá	39
3.4. 1888-1929: Parque Anhangabaú	48
3.5. 1929-1990: Avenida Anhangabaú.....	58
3.6. 1990-2020: Tamponamento do Vale	62
3.7. 2020: O Novo Vale do Anhangabaú.....	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101

INTRODUÇÃO

Inicialmente essa pesquisa pretendia estudar a São Paulo Expo, um enorme pavilhão de exposições localizado no distrito do Jabaquara, enquanto uma materialização do não-lugar em São Paulo, pois a infraestrutura parecia ser muito próxima da definição de não-lugar do Augé (2007), enquanto um espaço não histórico, não relacional e não identitário. No entanto, as reformas no Vale do Anhangabaú protagonizadas pela prefeitura trouxeram a questão: é possível o Estado atuar como um produtor de não-lugares no centro de São Paulo? Dessa forma, o estudo da produção de não-lugares se manteve, mas o caso estudado se deslocou para o Vale do Anhangabaú, no centro histórico da cidade, analisando o tema da produção do espaço e das relações entre a sociedade, o Estado e os interesses privados.

No entanto, antes discutir e problematizar conceito de não-lugar, foi necessário compreender as concepções do conceito de espaço, uma vez ele foi negligenciado ao longo do pensamento geográfico. Lefebvre (2003) destaca que as concepções sobre o espaço eram confusas, paradoxais, incompatíveis. O fato é que, do final do século XIX para o século XX, o sistema econômico capitalista se mundializou e conectou os espaços de forma avassaladora e, foi assim que o espaço entrou como um elemento para a reprodução capitalista. Dessa forma, o estudo partiu do remoto Morro do Chá do final do século XIX até o Vale do Anhangabaú da segunda década do século XXI.

Duas tríades indissociáveis se destacam no pensamento lefebriano. A primeira tríade é a do espaço concebido/vivido/percebido, que abarca a dimensão espacial das relações de produção e do planejamento, relacionada à ordem instituída (concebido), o plano do espaço dos moradores e dos artistas, é o espaço dominado e

passivamente experimentado, que a imaginação dos sujeitos sociais tenta se apropriar (vivido) e a dimensão da prática social (percebido).

A segunda tríade indissociável do espaço da modernidade é caracterizada pela fragmentação-hierarquização-homogeneização devido aos métodos de gestão e controle do espaço por meio da vigilância (homogeneização), pela existência de falsos conjuntos, lotes e parcelas do espaço (fragmentação) e pelas funções distintas dos espaços de lazer, residenciais, comerciais ou para os marginais (hierarquização). Para Lefebvre (2003), uma curiosa lógica desse espaço acaba por predominar, pois ele oculta, sob sua homogeneidade, as relações reais e os conflitos do espaço e isso tem efeitos na sociedade como um todo, assim como o não-lugar do Augé (2003) não possui relações reais e é caracterizado pelo fluxo e a não existência de conflitos no espaço.

No processo de produção do espaço, o Estado surge enquanto um agente da racionalidade do espaço, que busca dominá-lo em uma relação dialética entre a necessidade de dominação do espaço que ocorre, em partes, pela atuação do Estado, e da apropriação espacial que ocorre por meio dos sujeitos sociais. A consequência da intervenção do Estado no espaço é o esvaziamento do lugar, sendo o Estado um agente que busca homogeneizar, fragmentar e hierarquizar o espaço, apagamento as contradições dos conteúdos que existem, retirando a vida das pessoas do espaço, sem retirar a presença delas, em busca da obtenção de mais controle do espaço.

O objetivo geral que guiou essa pesquisa foi o de compreender como o Estado atua na produção do espaço e de que forma se deu a produção de não-lugares no contexto da mundialização do espaço. Pretendeu-se então alcançar os seguintes objetivos específicos: analisar o papel do Estado e suas formas de intervenção no

espaço; avaliar como a atuação do Estado impacta nos conteúdos sociais e históricos do espaço; compreender o papel dos interesses privados na produção do espaço. Trabalhou-se com a hipótese de que a intervenção do Estado no espaço urbano tem como consequência, no contexto da mundialização do espaço da metrópole de São Paulo, a produção de não-lugares.

Foi realizado um levantamento bibliográfico de fontes relacionadas aos conceitos acerca do não-lugar, da produção e reprodução do espaço e das tríades lefebvrianas. O trabalho de campo não ocorreu no período da pandemia, mas foram utilizados formas de pesquisa digitais, tais como a análise de entrevistas em podcasts e canais oficiais, como os do SESC TV e do CemporcentoSKATE, compreendendo depoimentos da autora de uma das reformas do Vale do Anhangabaú, Rosa Kliass, e de skatistas renomados do Anhangabaú, Murilo Romão e Marcelo Formiga, pesquisas de fotos e pinturas em bibliotecas online, como o Museu Paulista e o Acervo de São Paulo e busca de matérias jornalísticas no acervos online do antigo jornal A Província de São Paulo, atual jornal Estado de São Paulo.

Está organizado em 3 capítulos. No primeiro capítulo serão abordados os interesses do Estado pelo espaço, primeiramente pela discussão do conceito de espaço devido a negligência do pensamento geográfico em detrimento do tempo, além da importância da dialética lefebvriana e suas tríades para o processo de produção e reprodução do espaço.

No segundo capítulo serão debatidos os conceitos de lugar e não-lugar e a possibilidade de dialogar com esses conceitos com Lefebvre, entendendo o não-lugar enquanto uma dimensão que pode ser produzida espacialmente.

No terceiro capítulo será analisada a produção do espaço do Vale do Anhangabaú por meio de uma série de intervenções do Estado que aconteceram, entendendo que o atual processo se originou e disseminou no espaço devido ao modo de produção capitalista. Dessa forma, será possível compreender as dimensões do espaço existentes no novo Vale e como o lugar e o não-lugar se materializam nesse novo espaço, sem o apagamento do lugar e sem a concretização absoluta do não-lugar, em um movimento dialético lefebvriana.

1. O CONCEITO DE ESPAÇO

1.1. A negligência do espaço

Existe um debate fundamental nas ciências humanas e na geografia acerca da definição dos conceitos de espaço e de lugar, seja para Henri Lefebvre, Marc Augé e Ana Fani Carlos. Lefebvre é fundamental para compreender como se desenvolveu a emergência do conceito do espaço, e a necessidade de pensar na definição de espaço a partir da dialética espacial e no processo de produção de espaço para entender a realidade.

Há doze ou quinze anos, quando este livro foi escrito, as concepções sobre o espaço estavam confusas, paradoxais, incompatíveis. A partir das performances dos cosmonautas, depois com os foguetes interplanetários, o espaço estava incontestavelmente “na moda”: espaço disto, espaço daquilo (espaço pictórico, escultural, até musical); mas a imensa maioria das pessoas e do público só entendiam por essa palavra, o Espaço (maiúsculo) carregado de conotações novas e singulares, as distâncias cósmicas. Tradicionalmente, o termo não evocava senão os matemáticos, a geometria (euclidiana) e seus teoremas, portanto uma abstração: um recipiente sem conteúdo. Na filosofia? Com freqüência, o espaço era desdenhado, tratado como uma “categoria” entre outras (**um “a priori”, diziam os kantianos: uma maneira de dispor os fenômenos sensíveis**). [...] No melhor dos casos, o espaço passava por um meio vazio, recipiente indiferente ao conteúdo, mas definido segundo certos critérios inexpressivos: absoluto, ótico-geométrico, euclidiano-cartesiano-newtoniano. (LEFEBVRE, 2000, p.3, grifo nosso)

Em suma, o espaço como categoria ligada à prática social concreta foi negligenciado ao longo da história das ciências humanas em que houve prevalência do historicismo e subordinação do espaço em relação ao tempo. Para entender as ideias lefebvrieras é necessário dialogar com a construção do pensamento moderno e a crítica a esse pensamento.

No desenvolvimento das ciências humanas, o pensamento neokantiano surgiu e foi criticado, por autores como Lefebvre (2000, p.3), por isolar a geografia. Immanuel Kant produziu uma concepção de não conseguir conhecer a “coisa em si”, mas de

possuir apenas a percepção dela. A "coisa em si", para Kant, é incognoscível. Dessa forma, criou-se uma dicotomia fundamental entre o fenômeno percebido e a coisa em si. A "intuição" de Kant é equivalente a percepção de mundo e tem origem na palavra "intuire", que vem do latim e significa "ver". Portanto, no pensamento de Kant, não é sequer possível saber se o espaço existe. É essa a problemática central apresentada por Lefebvre para a reflexão proposta que se faz pertinente a essa pesquisa: a da necessidade da análise do espaço geográfico na produção do espaço urbano de São Paulo.

Para entender o pensamento de Kant se faz necessário compreender o nascimento da sociedade moderna e o sujeito epistêmico e, portanto, é necessário dialogar, inicialmente, com René Descartes, pois ele foi o primeiro filósofo a colocar em dúvida a existência de tudo e até de si mesmo, se consagrando como o primeiro filósofo moderno. Descartes contornou a sua dúvida existencial pela lógica da máxima "Penso, logo existo", colocando a certeza da existência ao pensamento (Res Cogitans) e não a extensão (Res Extensa) dos objetos.

Segundo Lefebvre¹, o espaço era frequentemente desdenhado pela filosofia, além de ser fragmentado e tratado como um recipiente sem conteúdo e, frequentemente, o espaço social era separado do tempo social. Nesse sentido, ele não separa o espaço do tempo e não os entende apenas enquanto fatos da natureza, à medida que a produção do espaço é uma ação da sociedade sobre a natureza, sendo produtos, como é destacado no trecho abaixo:

De onde o esforço para sair da confusão considerando o espaço (social), assim como o tempo (social), não mais como fatos da “natureza” mais ou menos modificada, nem como simples fatos de “cultura”, mas como produtos. O que acarretava uma modificação no emprego e no sentido desse último termo. A produção do espaço (e do tempo) não os considerava como “objetos” e “coisas” insignificantes, saindo das mãos ou das máquinas, mas

¹ 2006, p.3-4

como os aspectos principais da *segunda natureza*, efeito da ação das sociedades sobre a “primeira natureza”; sobre os dados sensíveis, a matéria e as energias. Produtos? Sim, num sentido específico, notadamente por um caráter de *globalidade* (não de “totalidade”) que os produtos não têm na acepção ordinária e trivial, objetos e coisas, mercadorias (ainda que justamente o espaço e o tempo produzidos, mas loteados, são trocados, são vendidos, são comprados, como “coisas” e objetos!). (LEFEBVRE, 2006, p.5, grifo nosso).

Nessa perspectiva, o espaço geográfico é entendido como social e produto da sociedade em cada momento histórico, sendo marcado por modos de produção e de apropriação. Carlos enfatiza essa condição no trecho abaixo e ressalta que na “discussão do espaço como produto social e histórico se faz necessário articular dois processos: o de produção e o de reprodução do espaço”², em um contexto que produzir/reproduzir também se entende enquanto um ato de apropriação.

Convém aqui esclarecer que partimos da tese de que o espaço geográfico é social, produto do processo de trabalho geral da sociedade em cada momento histórico. Assim as parcelas do espaço-produto (social e histórico) apresentam-se enquanto trabalho materializado acumulado a partir de uma série de gerações, e nesse caso específico o espaço como um todo tem valor e se reproduz a partir de uma multiplicidade de usos (não podemos esquecer que todos os lugares produzidos têm um uso sempre diferenciado), como decorrência do fato de que o processo de produzir/reproduzir é também um ato de apropriação. Nesse contexto o sentido do espaço produzido é aquele marcado por modos de produção e, consequentemente, de apropriação. (CARLOS, 2007, p.62).

1.2. O processo de produção e reprodução do espaço

Pode-se vislumbrar que o sistema econômico capitalista se mundializou³ e conectou os seus espaços de forma avassaladora na passagem do século XIX para o século XXI. O espaço entrou como um elemento para a reprodução capitalista. Nesse sentido, Lefebvre oferece as bases para entender o processo de produção e reprodução do espaço.

² CARLOS, 2007, p.62

³ ALVES, 2019, p.552.

É necessário entender o que é a produção do espaço para relacionar a reprodução do sistema econômico com a produção do espaço. Segundo Alves (2019, p.552), a produção do espaço engloba tanto as materialidades das infraestruturas e edificações quanto os modos de vida dos sujeitos sociais ali existentes.

Mas o que se entende por produção do espaço? Num primeiro momento – e retomamos a questão adiante –, respondemos que, mais que apenas a materialidade (edificações, infraestrutura geral e viária), a produção do espaço significa também um modo de vida, no caso urbano, existente e referente a um dado momento histórico. Para comprehendê-lo, é preciso analisar as relações e as formas de produção existentes no processo de produção espacial (ALVES, 2019, p.552).

Pode-se entender que a evolução do espaço do Vale do Anhangabaú foi acompanhada de transformações, aniquilações e renovações das relações que existiam ali, acompanhando as mudanças dos conteúdos sociais. Por exemplo, a primeira mudança socioespacial significativa estudada nesta pesquisa e que será apresentada posteriormente, foi a retirada do conteúdo social rural do vale devido a atuação do Estado, com as remoções: (1) física, das fazendas de chá e; (2) simbólica, com a construção do Teatro Municipal, o símbolo da modernidade em contraponto ao atraso do modo de vida rural.

O Vale do Anhangabaú já foi “novo” por diversas vezes desde o final do século XIX e, a necessidade da eliminação do conteúdo rural e da imposição da modernidade atingiu seu ápice durante o tão conhecido Plano de Avenidas do Prestes Maia, em que a localidade se tornou (novamente) símbolo do futuro com o advento do rodoviário. É válido ressaltar a importância do Estado nesse meio de século, uma das grandes mudanças trazidas por Lefebvre é a consolidação da escala mundial do Estado como um agente organizador da sociedade de forma racional, como é possível observar abaixo:

Ora, o que advém na segunda metade do século XX a qual “nós” assistimos: a) **o Estado se consolida à escala mundial. Ele pesa sobre a sociedade (as sociedades) com todo seu peso; ele planifica, organiza “racionalmente” a sociedade com a contribuição de conhecimentos e técnicas, impondo medidas análogas, senão homólogas, quaisquer que sejam as ideologias políticas, o passado histórico, a origem social das pessoas no poder. O Estado esmaga o tempo reduzindo as diferenças a repetições, a circularidades** (batizadas de “equilíbrio”, “feed-back”, “regulações” etc.). O espaço o arrasta segundo o esquema hegeliano. Esse Estado moderno se põe e se impõe como centro estável, definitivamente, de sociedades e espaços (nacionais). Fim e sentido da história, como entreviu Hegel, ele achata o social e o “cultural”. **Ele faz reinar uma lógica que põe fim aos conflitos e contradições. Ele neutraliza o que resiste:** castração, esmagamento. Entropia social? Ex-crescência {ex-crescimento} monstruosa tornada normalidade? O resultado está aí. (LEFEBVRE, 2000, p.45)

O excerto acima coloca na discussão dois pontos importantes: a atuação do Estado como planificador das sociedades e agente de imposição da lógica que atua para colocar fim aos conflitos e as contradições espaciais, atuando como um neutralizador do que resiste. É nesse processo que se baseia a hipótese de que o Estado produz o espaço de tal forma, que a sua atuação tem como consequência o apagamento os conteúdos sociais do Vale do Anhangabaú e a negação dos conflitos e as contradições em uma espécie de redução da entropia social, questionada por Henri Lefebvre: uma redução das possibilidades de arranjos sócio-espaciais.

1.3. As tríades lefebvrianas e a dialética espacial

De acordo com Simoni-Santos⁴, Hegel procurou a legalidade e o subjectum da história e concluiu que o elemento que expressa esse fundamento era a própria razão e que o mundo segue para a sua concretização dentro da dialética hegeliana. Entretanto, a dialética hegeliana é consumida pelo próprio pensamento de Hegel, já que o autor se coloca no fim da história, ou seja, na consolidação da razão e fim do processo dialético. Nesse processo, foi necessário Karl Marx entrar no debate para salvar a dialética do próprio Hegel. Marx, reconhece as conquistas do pensamento

⁴ SIMONI-SANTOS, C. S. Henri Lefebvre e a morfologia de uma dialética espacial. Geousp – Espaço e Tempo (Online), v. 23, n. 3, p. 525-550, dez. 2019, ISSN 2179-0892.

hegeliano e a existência de um subjectum da história que coloca tudo a serviço dele próprio, porém esse subjectum seria a luta de classes. Dessa forma, no pensamento hegeliano, a forma do processo histórico está, para Marx, bem delineada. Porém, o poder que se revela em última instância é o mercado mundial e não mais a história universal. O importante é compreender que, se para Hegel o fim da história é um processo dialético de construção, ou seja, positivo, o elemento estruturante do Marx é a crítica a identidade (identitarismo) histórico em que o capitalismo é o motor com um desdobramento negativo, através da dissolução (negação) do próprio regime, a síntese do movimento tese e antítese é, negativa. Além disso, o pensamento lefebvriano também considerará o ataque a história por parte do pensamento nietzsciano, como destaca Simoni-Santos abaixo:

Assim, no pensamento lefebvriano, se estabelece uma relação entre os autores no que tange à posição de cada um frente à história:

- a) Hegel, que formula o problema da história apontando um desfecho positivo ao anunciar o fim da história na realização das categorias elementares que governavam seu movimento, aparece como ponto de partida para a definição das demais posições;
- b) Marx, que observa as contradições em que Hegel via a identidade, aponta o caráter ideológico da representação hegeliana e reconhece a tendência crítica que o fluxo dos acontecimentos carrega consigo sob os desígnios do capitalismo;
- c) Nietzsche também se dirige contra a história no sentido que ela assumiu com Hegel, mas não espera nada que possa vir da própria história ou de seus desdobramentos, nem a revelação de uma verdade invertida, nem a sua autodestruição crítica. (SIMONI-SANTOS, 2019, p.530).

Para entender a dialética lefebvriana, deve-se conhecer suas duas principais tríades: homogeneidade/fragmentação/hierarquização e concebido/vivido/percebido. A primeira tríade lefebvriana, da homogeneidade/fragmentação/hierarquização espacial, se refere aos elementos indissociáveis para a compreensão da produção e reprodução do espaço a partir do final do século XIX, como Alves destaca no trecho a seguir:

De maneira tendencial, principalmente a partir do final século XIX e depois todo o XX, segundo Lefebvre, a produção do espaço também pode ser analisada a partir da seguinte tríade: homogeneidade/fragmentação/hierarquização. [...] Primeiramente, as tríades em Lefebvre implicam uma indissociabilidade dos

elementos, assim, o espaço ao mesmo tempo pode e deve ser entendido a partir dessas três dimensões que se articulam e permitem compreender melhor o processo de (re)produção espacial. [...] (ALVES, 2019, p.554, grifo nosso)

Entende-se que o espaço possui mais de uma dimensão, mas que elas são indissociáveis. Alves destaca que no pensamento lefebvriano, a tendência da homogeneidade espacial tem relação com os métodos de gestão, controle e vigilância da vida socioespacial.

A homogeneidade se caracteriza pela fabricação de elementos sociais/materiais e de métodos de gestão, controle, vigilância e de comunicação sobre toda a vida socioespacial. Essa fabricação/controle impera na vida cotidiana de modo que, para a maior parte da população, essas formas/materialidades passam a ser sinônimos de modernidade e segurança, e são muito pouco questionadas. (ALVES, 2019, p.555, grifo nosso)

Lefebvre (2006) deixa evidente que a homogeneização é contraditória⁵, sendo um sistema de constituição de falsos conjuntos que, paradoxalmente, se fragmentam e se hierarquizam produzindo espaços específicos. Esse processo será compreendido nas diversas atuações do Estado no Vale do Anhangabaú, que está inserido em uma escala mais significativa da cidade e deixou de ser destinado como espaço de sujeitos sociais rurais na reforma inicial até se tornar o espaço das pessoas marginalizadas da sociedade que ocuparam a localidade com o ajardinamento para deixar de ser com as futuras reformas e assim sucessivamente. A atual reforma do Vale tem como objetivo torná-lo um espaço para os fluxos materiais e imateriais e não para a permanência de sujeitos sociais que, dialeticamente, atuam na produção do espaço da modernidade⁶.

⁵ Lefebvre (2006) considera que o espaço da modernidade tende para o homogêneo pela fabricação de elementos e materiais, métodos de gestão e de controle, de vigilância e de comunicação.

⁶ O espaço da modernidade, sendo homogêneo-fragmentado-hierarquizado, é detentor de uma lógica da generalidade e cria generalidades na cultura e no funcionamento da sociedade. Pode-se entender que o espaço da modernidade pode perder conteúdo social, mas não perde a cultura (que é generalidade), pode perder os sujeitos sociais, mas permanece com a existência das pessoas no espaço.

A outra tríade espacial indissociável do Lefebvre se dá entre as dimensões percebido-concebido-vivido do espaço.

É imprescindível que o vivido, o concebido, o percebido sejam reunidos, de modo que o “sujeito”, o membro de determinado grupo social, possa passar de um ao outro sem aí se perder. Eles constituem uma coerência? Talvez, nas circunstâncias favoráveis. Sem dúvida há então uma linguagem comum, um consenso, um código. Pode-se supor que a cidade ocidental, do renascimento (LEFEBVRE, 2000, p.68)

Alves (2019) destaca que Lefebvre entende o espaço concebido como a dimensão espacial das relações de produção e do planejamento, relacionada à ordem instituída, sendo uma dimensão pensada do espaço que não existe separadamente das outras. A dimensão do espaço concebido é de fundamental importância na centralidade da cidade, uma vez que significativa “parte das centralidades das metrópoles, bem como as áreas de requalificação urbanas, são espaços planejados, construídos com essa estratégia de garantia da reprodução do capital, e de controle da sociedade.” (ALVES, 2019, p.556). Lefebvre deixa evidente que essa é a dimensão do espaço produzida pelos tecnocratas.

[...] As representações do espaço, ou seja, o espaço concebido, aquele dos cientistas, dos planificadores, dos urbanistas, dos tecnocratas “retalhadores” e “agenciadores”, de certos artistas próximos da científicidade, identificando o vivido e o percebido ao concebido (o que perpetua as sábias especulações sobre os Números: o número de ouro, os módulos e “canhões”). É o espaço dominante numa sociedade (um modo de produção). As concepções do espaço tenderiam (com algumas reservas sobre as quais será preciso retornar) para um sistema de signos verbais, portanto, elaborados intelectualmente. (Lefebvre, 2000, p.66, grifo nosso).

Já a dimensão do vivido trás o plano do espaço dos moradores e dos artistas, é o espaço dominado e passivamente experimentado, que a imaginação dos sujeitos sociais tenta se apropriar. Essa dimensão está “ligada ao lado clandestino e subterrâneo da vida social, como também à arte, quando esta tem a potência da subversão, ou seja, quando não se define como um código do espaço, mas como um código dos espaços de representação” (ALVES, 2019, p.558).

Os espaços de representação, ou seja, o espaço vivido através das imagens e símbolos que o acompanham, portanto, espaço dos “habitantes”, dos “usuários”, mas também de certos artistas e talvez dos que descrevem e acreditam somente descrever: os escritores, os filósofos. Trata-se do espaço dominado, portanto, suportado, que a imaginação tenta modificar e apropriar. De modo que esses espaços de representação tenderiam (feitas as mesmas reservas precedentes) para sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e signos não verbais. (Lefebvre, 2000, p. 66)

Por fim, o espaço percebido se relaciona com a prática social. Nesse sentido, existe uma articulação do espaço percebido, com “as dimensões do vivido (afinal, toda prática é vivida) e do concebido (dimensão em que as práticas sociais são conceitualizadas, tendendo, assim, ao desaparecimento da dimensão do vivido – ainda que ela exista)” (ALVES, 2009, p.560).

Lefebvre (2000) entende a prática social enquanto uma interação dialética que produz o espaço de forma lenta, com estratégias de dominação e apropriação, mas pontua que a prática espacial⁷ tem relação com o modo de produção que articula a realidade cotidiana com a realidade urbana, como é destacado abaixo:

A prática espacial de uma sociedade secreta seu espaço; ela o põe e o supõe, numa interação dialética: ela o produz lenta e seguramente, dominando-o e dele se apropriando. Para a análise, a prática espacial de uma sociedade se descobre decifrando seu espaço.

O que é a prática espacial no neocapitalismo? Ela associa estreitamente, no espaço percebido, a realidade cotidiana (o emprego do tempo) e a realidade urbana (os percursos e redes ligando os lugares do trabalho, da vida “privada”, dos lazeres). (Lefebvre, 2000, p.65)

Lefebvre segue o seu raciocínio falando da relação dialética no espaço e de suas contradições. No entanto, a ênfase da dialética se dá entre três termos e não dois, “uma relação à dois termos reduz-se a uma oposição, a um contraste, a uma contrariedade; ela se define por um efeito significante: efeito de eco, de repercussão, de espelho.” (LEFEBVRE, 2000, p.67). É na compreensão da dialética espacial de

⁷ Lefebvre (2000, p.66) usa o exemplo dos habitantes das *Habitation à Loyer Modéré* ou *HLM* que existem na França para entender que a prática espacial “moderna”, existente no estudo que ele faz, tem relação com a vida cotidiana desse habitante.

Lefebvre que é possível analisar o Estado enquanto um agente que busca esvaziar o espaço.

Henri Lefebvre não descarta Hegel e Marx e adota o pensamento de Friedrich Nietzsche para compor o seu próprio pensamento dialético. Lefebvre coloca Hegel e Marx em dialética um com o outro, porém juntos quando comparados a Nietzsche. Isso ocorre porque enquanto no pensamento dos dois primeiros se desenvolveu um campo de compromisso com a história e eles se configuraram como autores de pensamento historiador, o último demonstra total desprezo com a própria história e a classifica como um cargo pesado para a humanidade, devendo ser eliminada.

O espaço reclamado em questão não é um espaço qualquer, não é o espaço geométrico, cartesiano ou newtoniano. É o espaço externo, efetivamente vivido e socialmente produzido, ele não é um dado a priori, vazio e sem conteúdo que independe das relações sociais que difere do espaço interno que se explica, na fenomenologia, sendo um espaço mental.

Esse arranjo ganha sentido porque Marx, apesar de crítico de Hegel e da própria ordem do tempo sob o capitalismo, situa-se do lado do que Lefebvre chama de “pensamento historiador” e, por isso, assim como Hegel, deposita nos desdobramentos categoriais e práticos do tempo e da história, senão a expectativa de resolução, do fim, da crise e do colapso do movimento animado pelas contradições, pelo menos a expectativa de obtenção de respostas: ele tem na história o campo por excelência da atividade social. (Simoni-Santos, 2019, p.533)

Simoni-Santos (2019) argumenta que o espaço pode ser compreendido por meio da dialética lefebvriana, que não era concebida pelo pensamento moderno em uma tomada da lógica formal no espaço, compreendendo que ela não proíbe o pensamento dialético, mas ajuda a mostrar a possibilidade dele (pela mediação da lógica dialética) para Lefebvre, entendendo as contradições do espaço geográfico, pois elas são as contradições entre a lógica formal e a dialética.

Assim, não só a dialética, os conflitos, as contradições e as diferenças expressam uma dimensão concreta e sensível, mas a própria lógica

formal assume expressão material efetiva e se confronta na prática com os conteúdos da vida social. De um lado, portanto, está a prática socioespacial, âmbito da vida e das diferenças ou efeito, causa e razão da reprodução das relações de produção, como domínio da dialética vinda da história. De outro, a planificação, o planejamento, a norma e a normatização, a classificação, o crivo do valor de troca, o império da forma, da medida, do numérico e da quantificação como fundamento da ciência do espaço, como elementos de um espaço mental (abstrato) que entra em conflito com as dinâmicas concretas do espaço social e de seus conteúdos, esforçando-se por reduzi-los. (SIMONI-SANTOS, 2019, p.544, grifo nosso)

Dessa forma, no pensamento lefebvriano, o espaço e o tempo são produtos, ou seja, há um processo de produção de ambos, fazendo com que eles possam ser loteados, trocados, vendidos e comprados como objetos devido a história de "autonomização (relativa) do espaço como “realidade”, resultando de um longo processo – sobretudo no capitalismo e no neocapitalismo (de organizações) – introduz contradições novas." (LEFEBVRE, 2000, p.66), sendo assim, a dialética que existe se dá no espaço percebido-concebido-vivido e no processo de produção do espaço.

1.4. O Estado e a produção do espaço

No entendimento do processo da produção do espaço, é necessário se atentar para a atuação do Estado enquanto um agente da racionalidade do espaço, que busca dominá-lo. Há, sobretudo, uma contradição entre a necessidade de dominação do espaço que ocorre, em partes, pela atuação do Estado, e da apropriação espacial que ocorre por meio dos sujeitos sociais.

Na contradição apropriação/dominação de um lado, temos o Estado e instituições que tendem, com sua ação, à dominação do espaço; de outro, forças que buscam a apropriação do espaço. Trata-se de uma disputa pelo espaço, em que da parte do Logos, existe a racionalidade que não cessa de se afirmar e de se reafirmar: formas de organização, aspectos de empresa industrial, sistemas e tentativas para tudo sistematizar, aqui e lá. (ALVES, 2010, p.15)

A consequência da intervenção do Estado no espaço é o apagamento do lugar, ele se configura enquanto um ator que busca homogeneizar, fragmentar e hierarquizar o espaço, apagando as contradições dos conteúdos que existem, ignorando a vida

das pessoas do espaço, mas não retirando-as dele, tornando-as meras espectadoras ou “viajantes”. Alves (2010) ressalta que a destruição dos locais se dá para obter maior controle do Estado e das instituições que detêm o poder:

A prática espaço-social pode permitir à apropriação dos lugares, revigorando o sentido de cidadania. O homem se colocaria como agente participante e não apenas espectador de ações. **Se o uso da rua e dos espaços públicos favorece a prática espaço-social então, para maior controle do Estado e de instituições que detêm o poder, o melhor é destruir esses locais** que, ao favorecer uma grande mistura de populações e interesses, desestabilizam as ações que encaminham para a homogeneização e segregação espaciais que poderiam facilitar o controle e a ordem pretendidos e necessários para a maximização das atividades produtivas. (ALVES, 2010, p.29, grifo nosso).

No processo de controle e dominação do espaço, ocorre o empobrecimento da vida e perde-se a oportunidade do lugar de encontro devido ao cerceamento do espaço público imposto pelo Estado, como descrito por Alves:

A melhor maneira de exercer o controle é através da dominação do espaço e, com isso, temos o empobrecimento da vida, retirando da vida do trabalhador aquilo que é riqueza, mas não pode ser medido pelo dinheiro: os contatos, os encontros, as amizades, as festas. É a deterioração da vida, pela perda das relações entre as pessoas pelo cerceamento do uso do espaço público. (ALVES, 2010, p.29).

Afinal, qual o porquê de o Estado buscar o controle e a dominação do espaço? O objetivo do Estado é viabilizar a reprodução do sistema capitalista no espaço deixando translúcido os interesses do capital e das classes dominantes e transparecendo que estão apenas atendendo aos interesses da sociedade como um todo, como destaca Alves:

Essa regulação espacial, levada a cabo por ações do Estado, visa proporcionar a maior eficácia do modo de reprodução capitalista e, para isso, as estratégias socioespaciais, colocadas em prática pelo Estado, tendem à reprodução das relações de dominação, mas de forma a não se apresentarem à sociedade claramente com esse objetivo. O Estado, suas ordens, mandos e desmandos, parecem nunca atender a classes específicas, mas sim, à sociedade como um todo. Isso se realiza quando as classes dominantes, que são organizadas, criam representações que defendem seus interesses, e fazem com que seus anseios se apresentem como se fossem de interesse comum, de todos os membros da sociedade, e dessa forma acabam por também justificar o seu poder e a sua ação pelo Estado, que responde e representa interesses muito específicos, da classe

dominante, como se fossem os desejos da sociedade como um todo. (ALVES, 2010, p.44, grifo nosso).

É possível dialogar com a concepção da atuação do Estado, descrita por Alves (2010), com o pensamento de Carlos (2007) que descreve o Estado como um ator de planificação racional da sociedade por meio da técnica. Dessa forma, o espaço se torna tanto produto social e histórico quanto instrumento de ação do Estado que controla e busca dominação sobre ele e sobre os sujeitos sociais que também produzem o espaço.

Podemos dizer que o Estado pesa sobre a sociedade planificando-a racionalmente com a contribuição do conhecimento e das técnicas através de planos e programas. Nesse contexto ao mesmo tempo que produto social é meio o espaço é também instrumento da ação — meio de controle, logo de dominação e de poder que produz uma hierarquia dos lugares centrado no processo de acumulação que produz a centralização do poder. O poder central assegura uma forte estabilização do sistema territorial e reforça sua capacidade de resistência a mudança social pois a administração formula a hierarquia e a demanda social através de processos de planificação e organização do território (CARLOS, 2007, p.31).

Carlos (2007) descreve que o processo de globalização deu novos conteúdos para o lugar com a produção da hierarquia espacial (um dos elementos da tríade lefebvriana de homogeneização-fragmentação-hierarquização). Em suma, tanto o espaço quanto o Estado se conectaram em um contexto de consolidação e ampliação do mercado mundial no processo de mundialização do capital.

O capitalismo, o estado e o espaço mundializa-se, o mercado mundial permite a convergência dos fluxos de informação e de mercadorias. O capitalismo constitui-se em totalidade contornando, destruindo, e absorvendo obstáculos, destruindo fronteiras. No processo de globalização o lugar ganha um novo conteúdo, produz-se uma hierarquia diferencial dos lugares que aparece sob a forma de uma competição entre lugares pelo investimento. (CARLOS, 2007, p.32)

Na expansão e dominação do espaço pelo mercado mundial, há um papel de intermediário por parte do Estado, é ele que possibilita a mundialização do espaço e o esvaziamento dos seus conteúdos sociais com o objetivo de atrair o capital. Apesar dos interesses privados e estatais serem de natureza distinta e, portanto, nem sempre

apresentarem confluência lógica, em muitas situações eles possibilitam a continuidade da acumulação capitalista do espaço⁸. Simoni-Santos (2006) destaca a importância das intervenções do Estado no espaço com o objetivo de atrair capital para outra área de São Paulo, na Luz, no contexto da revitalização espacial para inserir os territórios no mercado imobiliário:

Se hoje a cidade é colocada à disposição dos capitais que buscam se valorizar no imobiliário, o papel que o Estado desempenha nesse processo não é desprezível. Como forma de manter a governabilidade, mesmo que em estado crítico, esse Estado constrói uma relação mais próxima e de dependência com o capital. **As intervenções no espaço urbano e na cidade fazem parte, cada vez mais, das estratégias prioritárias de atração desse capital.** A produção da cidade pelo poder público leva em conta a cidade como negócio a partir das possibilidades de valorização ofertadas em determinados territórios do urbano. O potencial de valorização do espaço passa pela liberação desse espaço aos investimentos privados através de uma atuação específica do poder público. A região da Luz, em São Paulo, para a qual pipocam invenções e projetos chamados de “revitalização”, tem sido alvo dessas ações. Ali, num antigo espaço dinâmico da vida urbana da década de 1920, projetos de revitalização procuram reinserir aqueles territórios nos trajetos dos capitais especulativos internacionais através da valorização imobiliária. (SIMONI-SANTOS, 2006, p.116)

O papel do Estado é fundamental, tendo em vista que ele é o ator espacial mais significativo para remover os conteúdos do espaço, sendo capaz de retirar o que não é conveniente para a acumulação do capital, os investimentos e os interesses privados do espaço. Simoni-Santos (2009) entende que o pressuposto dos mecanismos de rentabilidade das Operações Urbanas é a aniquilação das configurações, agentes e da história materializada no espaço urbano para proporcionar novos ciclos de acumulação.

Todo o mecanismo de rentabilidade proporcionado pelas Operações Urbanas conta com um pressuposto infalível: a aniquilação de configurações, agentes e de toda a história materializados no espaço urbano destinado aos novos investimentos. Trata-se de um mecanismo que reformula e reapresenta, como condição da reprodução ampliada do capital, o pressuposto não só genético, mas estrutural, da acumulação primitiva. A partir da força de lei do Estado, os espaços do urbano são aniquilados, em forma e conteúdo, para serem liberados posteriormente para novos ciclos de acumulação. Com isso, a história materializada naqueles espaços, as populações residentes e o cotidiano se perdem (ou são expulsos para novas periferias) na reordenação espacial urbana. (SIMONI-SANTOS, 2006, p.119)

⁸ SIMONI-SANTOS, 2013a, p.12.

É por meio da compreensão do processo da produção do espaço por meio da ótica da dialética lefebvriana que será discutida a dominação do espaço pelo Estado (no contexto da mundialização do capital, descrito por Alves e Carlos) e a aniquilação das configurações, agentes e história materializada no espaço (descrito por Simoni-Santos) que serão tecidas relações com o conceito de não-lugar, concebido por Augé, e a produção dos não-lugares.

2. O LUGAR E O NÃO-LUGAR

2.1. Os conceitos de lugar e não-lugar

Carlos (2007) destaca que, além do conceito de espaço, o conceito de lugar também passou por uma problemática de redefinição dentro da Geografia, principalmente com o advento da mundialização do capital. Dessa forma, surge no debate a necessidade de compreender se o lugar é uma singularidade ou se ele vai desaparecer e ser esmagado pela mundialização.

Nas Ciências Humanas e na geografia, em particular, o problema da redefinição do lugar emerge como uma necessidade diante do esmagador processo de globalização, que se realiza, hoje, de forma mais acelerada do que em outros momentos da história. Nesse contexto, é possível, ainda pensar o lugar enquanto singularidade? O lugar é uma noção que se desfaz e se despersonaliza diante da massacrante tendência ao homogêneo, num mundo globalizado? Ou lugar ganha uma outra dimensão explicativa da realidade como, por exemplo “enquanto densidade comunicacional, informacional e técnica”, como afirma Milton Santos? (CARLOS, 2007, p.17)

Segundo Carlos (2007), há uma dimensão da história que se realiza na prática cotidiana, instalada no plano do espaço vivido e que proporciona o desenvolvimento da vida em todas as suas dimensões no lugar.

[...] há também a dimensão da história que entra e se realiza na prática cotidiana (estabelecendo um vínculo entre o “de fora” e o “de dentro”), instala-se no plano do vivido e que produziria o conhecido-reconhecido, isto é, é no lugar que se desenvolve a vida em todas as suas dimensões. Também significa pensar a história particular de cada lugar se desenvolvendo ou melhor se realizando em função de uma cultura/tradição/língua/hábitos que lhe são próprios, construídos ao longo da história e o que vem de fora, isto é o que se vai construindo e se impõe como consequência do processo de constituição do mundial. Mas o que ligaria o mundo e o lugar? (CARLOS, 2007, p.17)

De acordo com o antropólogo Marc Augé (2017), o lugar se define enquanto um espaço identitário, relacional e histórico e, em contraponto, o não-lugar enquanto um espaço que não é identitário, não é relacional e nem histórico. O autor ressalta que o não-lugar nunca existe de forma pura e nunca se realiza efetivamente, na

mesma medida que o lugar nunca é completamente apagado, como é destacado abaixo:

Acrescentemos que existe evidentemente o não-lugar como o lugar: ele nunca existe sob uma forma pura; lugares se recompõem nele; relações se reconstituem nele; as “astúcias milenares” da “invenção do cotidiano” e das “artes de fazer” [...] **O lugar e o não-lugar são, antes, polaridades fugidas: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente** – palimpsestos em que se reinventa, sem cessar, o jogo embaralhado da identidade e da relação. (AUGÉ, 2017, p.60, grifo nosso)

Em suma, Augé enfatiza alguns espaços específicos como não-lugares, sendo destacados como exemplos “as instalações necessárias à circulação acelerada das pessoas e bens quanto os próprios meios de transporte ou os grandes centros comerciais, ou ainda os campos de trânsito prolongado onde são alojados os refugiados do planeta” (AUGÉ, 2018, p.28) e podemos dar destaque às rodovias, aeroportos e shoppings, que constituem “lugares de passagem” sem conteúdo identitário e histórico.

A definição de Augé nos permite ultrapassar esses exemplos mais nítidos de não-lugares, afinal eles já foram concebidos com uma intenção elementar de facilitar a circulação, não possuindo conteúdos de um lugar. É possível entender que o não-lugar é uma dimensão do espaço que existe concomitantemente com o lugar, ou seja, não se deve pensar que onde há não-lugar, não há lugar: ambos convivem no espaço enquanto “polaridades fugidas”, em que o lugar permanece sem ser apagado e o não-lugar nunca se realiza. Afinal, se o não-lugar existisse de forma pura, ter-se-ia a realização proposta pela dialética hegeliana (ou o seu fim), em que o não-lugar é o espaço pensado pela lógica formal e imposto por meio da intervenção do Estado no espaço através das Operações Urbanas.

Dessa forma, defende-se a tomada da dinâmica entre lugar e não-lugar para a dialética lefebriana, em vista que na concepção de Augé não há um “fim da história”

para o espaço devido a impossibilidade de concretização do não-lugar. Conclui-se que ocorre, segundo o Augé (2018), um processo de reinscrição no espaço que embaralha a identidade e a relação do lugar, é essa a dimensão do não-lugar.

Além disso, segundo Augé (2018), os não-lugares possuem signos particulares relativos ao modo de usar o espaço, podendo ser prescritivo, proibitivo e/ou informativo. O fato de os não-lugares possuírem cercamento e controle em relação ao uso dialoga com a necessidade do Estado controlar o uso do espaço para impedir a prática espacial, dificultando o movimento de apropriação do espaço.

Porém, os não-lugares reais da supermodernidade, aqueles que tomamos emprestados quando rodamos na autoestrada, fazemos compras no supermercado ou esperamos num aeroporto o próximo voo para Londres ou Marshelha, têm isto de particular - **definem-se, também, pelas palavras ou textos que nos propõe: seu modo de usar**, em suma, que se exprime conforme o caso, **de maneira prescritiva ("pegar a fila da direita"), proibitiva ("proibido fumar") ou informativa ("você está entrando na Beaujolais")** e que recorre tanto a ideogramas mais ou menos explícitos e codificados (os do código da estrada ou dos guias turísticos) quanto à língua natural. (AUGÉ, 2018, p.73, grifo nosso).

Nesse contexto, esses novos espaços são dotados de novas condições de circulação, em que a interação dos indivíduos se dá por meio de textos ou por presenças vagas como a da atuação do Estado em prol das melhores condições de vida da sociedade e mensagens transmitidas por painéis, telas e cartazes, o autor identifica a pessoa que existe nesse espaço dotada da condição de um "viajante". No entanto, comprehende-se a intensificação da mundialização do espaço, o processo descrito por Augé para caracterizar rodovias e aeroportos está se direcionando para outros espaços, como será observado no Vale do Anhangabaú no próximo capítulo.

Assim, são instaladas as condições de circulação em espaços onde se supõe que os indivíduos só interajam com textos, sem outros anunciantes que não pessoas "morais" ou instituições (aeroportos, companhias aéreas, Ministério dos Transportes, sociedades comerciais, polícia rodoviário, municípios), cuja presença se adivinha vagamente ou se afirmar, mais explicitamente ("o Conselho Geral financia este trecho da estrada", "o Estado está trabalhando para melhorar suas condições de vida"), por trás das injunções, dos conselhos, dos comentários, das "mensagens" transmitidas pelos inúmeros "suportes"

(painéis, telas, cartazes) que são parte integrante da paisagem contemporânea. (AUGÉ, 2018, p.73-74).

Carlos (2007) segue o mesmo raciocínio, identificando que a construção da identidade e do reconhecimento inerente ao processo de produção espacial produz um espaço baseado na não-identidade e no não-reconhecimento: ocorre a produção dos não-lugares.

[...] desenvolvemos a ideia de que o processo de reprodução do espaço comporta, em sua dimensão local, a constituição de um processo que se realiza na relação cidadão/cidade baseada na construção da identidade, no sentido de “pertencer ao lugar”, posto que a vida humana se realiza no plano do lugar. Aqui vou trabalhar no sentido oposto, isto é, ao lado da construção da identidade e do reconhecimento inerente ao processo de produção espacial, que produz, neste fim de século um novo espaço baseado na não-identidade e no não-reconhecimento; que é o que estamos caracterizando como “não-lugar”. (CARLOS, 2007, p.61)

Faz-se necessário elucidar, ao leitor, que a ideia de não-lugar, que foi desenvolvida, não se coloca como a antítese do lugar; por outro lado não tem, evidentemente, um sentido de negatividade, nem tampouco a ausência, apesar do prefixo “não”. Entende-se como a dimensão da relação entre o Estado e o espaço, porém Augé dá pouca ênfase para a atuação do Estado no seu livro⁹. Dessa forma busca-se trazer o Estado para o centro da discussão como um agente fundamental para a produção dos não-lugares.

2.2. O Estado e a produção do não-lugar

Com o objetivo de refletir sobre as ações do poder público no centro de São Paulo, o Estado não pode ser entendido como ingênuo e deve ser valorizada a análise do espaço. De acordo com Carlos (2017), essa análise pode ser feita pelo entendimento da tríade habitante – identidade – lugar e, por meio dessa relação, se torna possível compreender a produção da cidade. Entende-se por habitante a pessoa

⁹ Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade

que detém identidade com um determinado espaço, elevando-o à categoria de lugar, na mesma medida que o lugar dá identidade ao habitante, pois ele é passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido por meio do corpo, como é destacado abaixo:

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante – identidade – lugar. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. **É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo.** (CARLOS, 2007, p.17, grifo nosso)

No entanto, surge a seguinte questão: como se apropriar do espaço de uma metrópole como São Paulo? De maneira mais geral, esse espaço aparenta ser impassível de apropriação. Carlos (2007) defende que a metrópole só pode ser vivida parcialmente e que o percurso de uma prática vivida/reconhecida é reconhecido em pequenos atos que criam os laços de identidade do habitante com outros habitantes e com o lugar.

Por outro lado, a metrópole não é "lugar" ela só pode ser vivida parcialmente, o bairro como o espaço imediato da vida das relações cotidianas mais finas – as relações de vizinhança, o ir às compras, o caminhar, o encontro dos conhecidos, o jogo de bola, as brincadeiras, o percurso reconhecido de uma prática vivida/reconhecida em pequenos atos corriqueiros, e aparentemente sem sentido que **criam laços profundos de identidade, habitante-habitante, habitante-lugar.** São os lugares que o homem habita dentro da cidade que dizem respeito a seu cotidiano e a seu modo de vida onde ele se locomove, trabalha, passeia, flana, isto é, pelas formas através das quais o homem se apropria e que vão ganhando significado dado pelo uso. (CARLOS, 2007, p.18, grifo nosso).

O fato de a metrópole só poder ser vivida parcialmente e de que o lugar se constrói por meio da vivência, dificulta a compreensão da produção do lugar na metrópole. Se o lugar se define enquanto um espaço identitário, relacional e histórico e o não-lugar enquanto um espaço que não é identitário, não é relacional e nem histórico, o não-lugar nunca existe de forma pura e nunca se realiza efetivamente, na mesma medida que o lugar nunca é completamente apagado, conclui-se que no processo de produção e reprodução do não-lugar não, há uma tentativa de aniquilação

da história e dos seus conteúdos sociais do lugar, mas dessa relação, produzem-se novos lugares e não-lugares. Além disso, as concepções de Augé podem dialogar com algumas ideias de Damiani (2004), que ressalta que não é possível compreender o teor interno do processo de capitalização por meio da noção do espaço enquanto vazio e os processos da sociedade moderna não se resolvem numa materialidade visível e nem em determinações gerais como forma de análise desta sociedade. Dessa forma, se faz necessário a realização de uma análise mais complexa dos processos econômicos e sociais, concebendo-os como espaciais e não somente como temporais.

Segundo Damiani (2004), a retirada das referências sociais, culturais e naturais e que conferem ao espaço uma qualidade particular, constitui o processo de acumulação primitiva do capital à luz do espaço. Dessa forma, pode-se concluir que a produção de não-lugares pelo Estado constitui uma estratégia de acumulação primitiva do espaço.

[...] Numa contribuição ímpar ao sentido do processo de capitalização, no que respeita ao espaço, Henri Lefebvre resgata e revê a acumulação primitiva do capital à luz do espaço (LEFEBVRE, 2000): **trata-se de retirar as referências culturais e naturais, mesmo as econômicas que preenchem um espaço, e lhe conferem uma qualidade particular. Retirar dele a historicidade viva, negá-la, de forma absoluta, criando os pressupostos para a instauração e desenvolvimento capitalista, portanto, próprios à racionalidade da mercadoria, do mundo da mercadoria. Essa varredura repõe, como existência não só lógica, mas enquanto presença real, o espaço geométrico como suposto histórico do processo em curso [...] (DAMIANI, 2004, p.80, grifo nosso)**

Dessa forma, pode-se pensar que a produção do não-lugar funciona como estratégia para a acumulação espacial do capital e tem o Estado enquanto um agente central. Além disso, a racionalidade da mercadoria própria do desenvolvimento do capitalismo instaura o desenvolvimento de novos processos por meio da retirada da historicidade viva do espaço. Dessa forma, repõe-se a lógica do espaço geométrico como suposto histórico do processo em curso. A acumulação primitiva se recoloca, o

tempo todo, por meio da necessidade de esvaziamento primeiro do espaço. Damiani (2004, p.80) ressalta que o espaço pode ser entendido enquanto social e mental ao mesmo tempo e é por isso que, segundo a autora, se faz necessário compreender a produção do espaço.

[...] podemos repor o significado do espaço vazio como pura extensão. Numa contribuição ímpar ao sentido do processo de capitalização, no que respeita ao espaço, Henri Lefebvre resgata e revê a acumulação primitiva do capital à luz do espaço (LEFEBVRE, 2000): **trata-se de retirar as referências sociais, culturais e naturais, mesmo as econômicas que preenchem um espaço, e lhe conferem uma qualidade particular. Retirar dele a historicidade viva, negá-la, de forma absoluta, criando os pressupostos para instauração e desenvolvimento de novos processos, estes próprios do desenvolvimento capitalista**, portanto, próprios à racionalidade da mercadoria, do mundo da mercadoria. Essa varredura repõe, como existência não só a lógica, mas enquanto presença real, o espaço geométrico como suposto histórico do processo em curso; há evidências indicando essa anulação de conteúdos precedentes com o processo de capitalização. Essa acumulação primitiva é, também, simultânea às condições de desenvolvimento do capitalismo. O tempo todo se recoloca a necessidade de constituição desse esvaziamento primevo. (DAMIANI, 2004, p.80, grifo nosso)

O centro de São Paulo está, a todo momento, inserido nessa lógica por meio das revitalizações urbanas. Para Alves (2010, p.100) revitalizar é dar-lhe o poder necessário para concentração do capital em meio ao contexto da globalização com a necessidade da circulação do capital internacional.

A globalização exige o reforço dos centros nas metrópoles, já que eles teriam o poder de concentrar “as funções estratégicas das firmas multinacionais e os serviços avançados elas que necessitam”, para efetivamente fazer fluir o capital internacional por todos os pontos do planeta. Revitalizar o centro é conferir-lhe o poder necessário para a manutenção da produção e concentração do capital (ALVES, 2010, p.102)

O centro de São Paulo já recebeu diversos projetos de revitalização e reurbanização ao longo da história e já se fala em realizar esse tipo de investimento no Vale do Anhangabaú com a criação de leis e o destino de investimentos públicos com o objetivo de “tornar o Centro atraente, visual e esteticamente, para o estabelecimento de atividades modernas, atraindo também turistas de todo o mundo,

ao mesmo tempo que procura evitar a entrada dos sem-teto, mendigos e pobres na área”¹⁰ de forma análoga ao que ocorre no Anhangabaú.

Como já foi dito anteriormente, Augé (2017) ressalta que o não-lugar nunca se efetiva completamente, já Alves (2010) fala das possibilidades de apropriação do centro, revitalizado e reurbanizado, por parte da população e Damiani (2004) afirma que a produção do espaço sempre deixa sobras e sedimentos culturais e que nenhuma estratégia consegue ser completa. As ideias desses autores permitem convergir para a compreensão de que os conteúdos históricos, relacionais e identitários do espaço, mesmo sofrendo ciclos de esvaziamento, nunca são absolutos.

O vivido e a história são as resistências, as derivas. Na varredura que a produção do espaço capitalístico define, há sobras: **sedimentos culturais; civilizatórios; próprios de uma economia contraditória;** do corpo individual e social, expropriado e explorado, que se põe. Nenhuma estratégia consegue ser absoluta (DAMIANI, 2004, p.89, grifo nosso)

A inauguração da nova pista de skate no Vale do Anhangabaú¹¹ surge no contexto da revitalização do espaço do centro pelo poder que aparenta possuir o objetivo de tornar o espaço mais racional e funcional e, como consequência, instaura-se um processo de aniquilação da história do espaço, porém essas estratégias não são completas, elas não se efetivam completamente e a população inicia uma tentativa de apropriação do espaço. Ou seja, apesar da revitalização do Vale do Anhangabaú presente na Operação Urbana Centro representar a tentativa da produção de um não-lugar, também há a existência de um movimento dialético no espaço que culminou na construção de uma nova pista de skate¹², pois ela surgiu

¹⁰ ALVES, 2010, p.110

¹¹ Pista de skate é inaugurada no Vale do Anhangabaú, no Centro de SP. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/22/pista-de-skate-e-inaugurada-no-vale-do-anhangabau-no-centro-de-sp.ghtml>. Acesso em 10/07/2021.

¹² Os protestos dos skatistas e a nova pista de skate serão desenvolvidos no próximo capítulo.

como reivindicação de movimentos de apropriação do espaço que são legítimos e fazem parte do morar, do viver e do se apropriar do espaço.

A necessidade da atuação do mercado imobiliário no urbano de São Paulo do século XXI dá origem a mecanismos de revitalização do urbano presentes nas Operações Urbanas em São Paulo que se efetivam na produção de não-lugares. Isso ocorre, pois o não-lugar facilita a inserção do espaço enquanto mercadoria na nova lógica de produção do espaço urbano que se pauta na circulação de pessoas e capitais, como foi demonstrado por Damiani (2004), que há uma relação entre os momentos da produção, do consumo e da circulação do capital e a produção do espaço urbano pelo Estado.

As inúmeras relações espaço-temporais possíveis, nascidas da história desses espaços – sempre insistindo o teor do espacial, que é preservar e reviver os tempos e o dos tempos, que é se pôr espacialmente -, são negadas, pois essa totalidade não é vivida, mas restos dela, produtos de estratégias diversas, tendo como condutor a circulação do capital: são os momentos da produção, do consumo, da circulação do capital: são os momentos da produção, do consumo, da circulação, propriamente, com a unidade implícita entre eles, mas a autonomia também; são, inclusive, momentos diversos do capital, já que ele se realiza de modos temporalmente diferentes – **e o poder estatal que o sustenta** - cada vez mais necessário considerando a importância ampliada, na produção e reprodução do capital, do capital fixo independente, investimento, majoritariamente, **patrocinado pelo Estado**. (DAMIANI, 2004, p.90, grifo nosso)

Nessa problemática, o processo de reprodução do espaço atingiu novos patamares com a sua dominação espacial (mundialização), englobando mais espaços, é o capital que ultrapassa as fronteiras nacionais, transpassando os espaços. Nesse processo, o espaço entra como um elemento da troca e torna-se uma mercadoria. O não-lugar é a dimensão do espaço produzida pelo Estado para inserir o espaço como mercadoria, uma vez que o lugar com todo o seu conteúdo e do domínio do capital.

Ocorre que agora não se vende mais tijolos ou habitação, mas cidades. O espaço entra na troca, torna-se mercadoria; áreas antes desocupadas entram na comercialização, posto que ocupadas por novas indústrias, como a da cultura, do turismo e do lazer (...). Assim as relações sociais de produção

ultrapassam os limites do mundo da mercadoria." Neste plano de análise é preciso considerar o sentido da mundialização, o que significa que o processo de reprodução das relações sociais se realiza na escala mundial. Em seu desenvolvimento o capitalismo tomou o espaço da mundialidade. Tal processo implicou a unificação do espaço mundial, onde a organização se produz a partir de uma hierarquia de Estados que vão do centro à periferia e se desenvolvem a partir de relações de dominação/subordinação, que têm como elemento articulador o mercado mundial. (CARLOS, 2007, p.62).

As operações urbanas são constantemente necessárias porque a dimensão do não-lugar não apaga por completo os conteúdos sociais anteriores, além de poder criar oportunidades não concebidas para a apropriação de novos conteúdos sociais do espaço, ele pode ser ressignificado e apropriado e, por isso, deve-se estudar com mais detalhes o processo de produção do Vale do Anhangabaú.

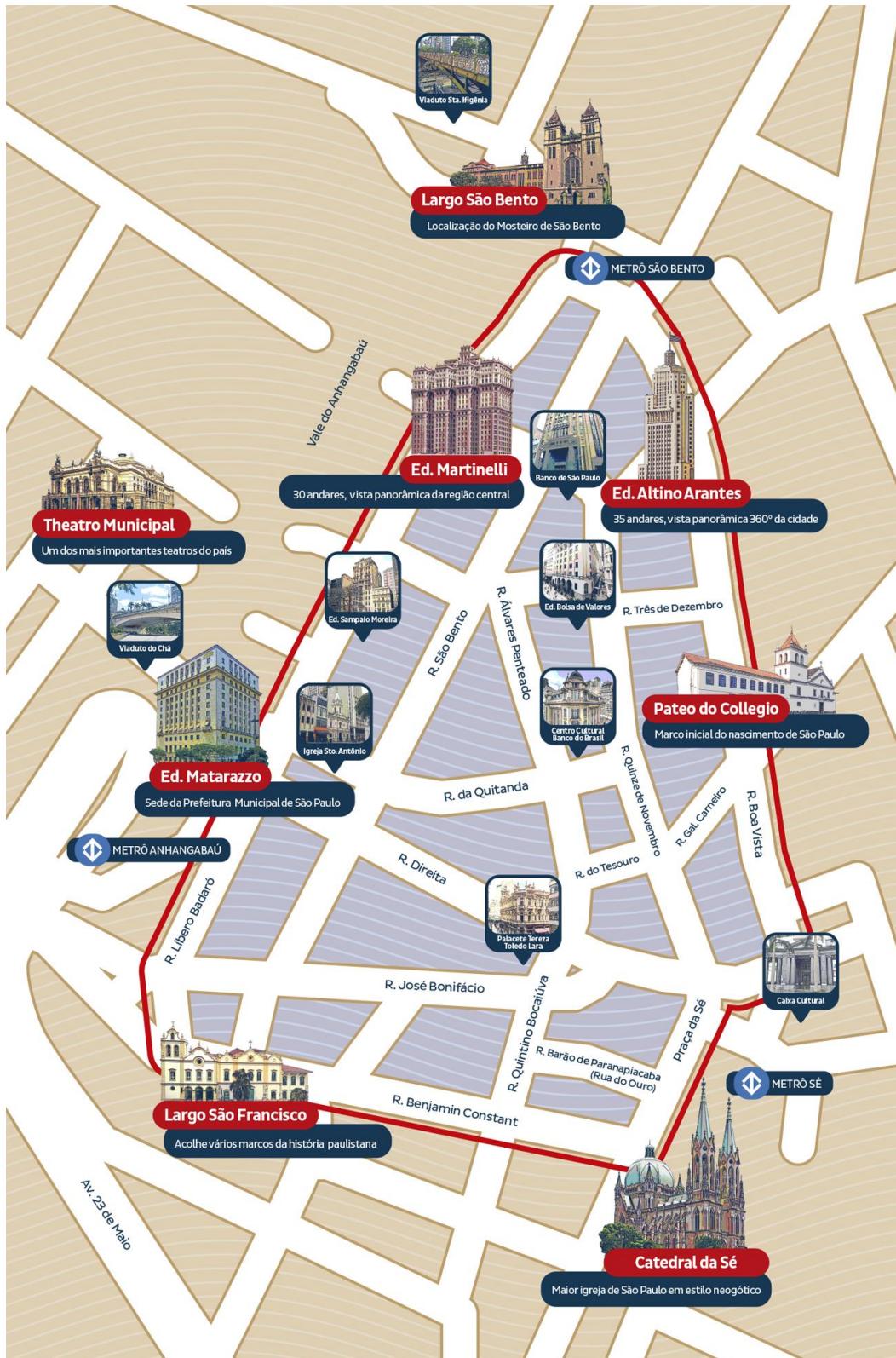
3. A PRODUÇÃO DO ANHANGABAÚ: O LUGAR/NÃO-LUGAR

3.1. O Centro de São Paulo

O que se entende enquanto centro de São Paulo foi modificado ao longo da história por meio de processos de expansão, valorização e desvalorização espacial e econômica. O historiador Nicolau Sevcenko (2004) ressalta que o centro velho de São Paulo surgiu na área conhecida como Triângulo Central, que corresponde às ruas: (1) Direita; (2) 15 de Novembro; (3) e São Bento. Posteriormente, ocorreu a valorização do Vale do Anhangabaú e da Cidade Nova, em que a rua São João e a rua Ipiranga assumiram destaque. Com o passar do tempo, o deslocamento do eixo de investimentos seguiu em direção para o que se denominou por espião central, compreendendo as áreas à sudoeste do município de São Paulo, gerando valorização para a Avenida Paulista e expandindo-se para a Faria Lima, Berrini e Águas Espraiadas, o atualmente chamado “vetor sudoeste”.

Além disso, o site da prefeitura de São Paulo destaca o “Triângulo São Paulo” como uma área mais abrangente do que a definição do Sevcenko, entre as ruas Boa Vista, Líbero Badaró, Benjamin Constant e a Praça da Sé, uma espécie de triângulo expandido, como demonstrado na Figura 1.

Figura 1 - Mapa do triângulo de São Paulo



Fonte: Prefeitura de São Paulo.¹³

¹³ Disponível em:prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/turismo/descobrindo_triangulo_sp/index.php?p=285147. Acesso em: 01/12/2022

Não há um consenso da exatidão da área do centro e o entendimento sobre o que é o centro, e a área que ele possui, sofre influência política do Estado. Nesse sentido, ao longo do processo histórico, o centro foi se expandindo, sofrendo desvalorizações internas e fazendo com que o Estado começasse a elaborar políticas públicas e destinar recursos para a alteração do espaço do centro, a partir de um determinado momento essas políticas ficaram conhecidas como “Operações Urbanas”, sendo que apenas na década de 1980 “foram criadas as “operações interligadas” como um protótipo do que mais tarde assumiria a forma das atuais “operações urbanas”. (SIMONI-SANTOS, 2013a, p.171).

O importante é frisar que apesar da consolidação do que ficou conhecido como operações urbanas “foi elaborada por ocasião da intervenção em duas áreas consideradas prioritárias no vetor sudoeste da cidade de São Paulo, a saber, a construção da Avenida Nova Faria Lima e da Avenida Águas Espraiadas, ambas na década de 1990” (SIMONI-SANTOS, 2013a, p.171), as intervenções do Estado no espaço estudado começaram cerca de um século antes, por isso essa pesquisa partirá do final do século XIX. O problema é que as “operações urbanas só podem funcionar como um dispositivo de interesse do mercado em todos os níveis, a partir da associação entre o imobiliário e o financeiro, recrudescendo a dinâmica de segregação urbana” (SIMONI-SANTOS, 2013a, p.175), mesmo com o discurso de funcionar em prol dos interesses coletivos e esse é o cenário que a Operação Urbana Centro se enquadrou.

A autora Gatti (2019) ressalta que durante a gestão do prefeito Celso Pitta, em 1997, foi aprovada a Operação Urbana Centro com o objetivo de reverter o processo de deterioração do centro.

Em 1991, na gestão da prefeita Luiza Erundina, foi iniciada a aplicação das Operações Urbanas com a aprovação da Operação Urbana do Vale do Anhangabaú. A OUA tinha como objetivo alavancar recursos de contrapartidas do setor privado, através da flexibilização da regulamentação urbanística para remodelação do Vale do Anhangabaú, mas foi implementada em um período econômico conturbado, com altas taxas de inflação e, como pouquíssimos resultados práticos, permanecendo em vigor somente até 2004. Em 1997, na gestão do prefeito Celso Pitta, foi aprovada a Operação Urbana Centro (Lei 12.349 de 6 de junho de 1997), após anos de tramitação na Câmara dos Deputados, destinada a alavancar novos investimentos no centro histórico sem contrapartidas definidas (Louro Silva; Campos, 2016). (GATTI, 2019, p.2)

Ademais, Gatti ainda argumenta que, com a escassez de estoque construtivo em outras áreas da cidade, o interesse econômico pelo centro de São Paulo foi retomado e, a partir de 2010, se iniciou uma reversão do esvaziamento populacional. Nesse contexto, a Operação Urbana Centro está exercendo papel de gestora da atuação dos interesses privados, como é destacado abaixo:

Nestes vinte anos de vigência da Operação Urbana Centro, o que foi feito? **A Operação Urbana Centro tem exercido o papel de gestora da atuação do mercado privado no território**, concedendo benefícios para a implementação de empreendimentos residenciais e facilitando a transferência de potencial construtivo de grandes proprietários de imóveis tombados para dentro e fora do perímetro da operação, **mas não tem operado para uma transformação inclusiva do território, tanto no que se refere a quem tem sido os beneficiários da Operação como a política urbana alcançada.** (GATTI, 2019, p.4, grifo nosso).

Além da Operação Urbana Centro exercer o papel da gestão da atuação do mercado imobiliário no território, pois ela concede benefícios para a implementação de empreendimentos residenciais e criar outros mecanismos que, de maneira geral, são imprescindíveis para as estratégias de valorização do espaço, como destaca Simoni-Santos abaixo:

[...] os projetos de **renovação, revitalização ou modernização do espaço urbano contribuem sobremaneira para a rentabilidade dos negócios do imobiliário**. Nesse sentido, a participação do Estado e de alguns técnicos urbanistas que dão forma aos projetos de requalificação é imprescindível do ponto de vista das estratégias de valorização do espaço. (SIMONI, 2013a, p.26. grifo nosso).

De acordo com Gatti (2019), as tentativas de dinamizar e requalificar o centro se mostraram ingênuas e insuficientes e que a precariedade habitacional e social

permaneceu no local. No entanto, a permanência da precariedade habitacional e social no centro não deve ser considerada apenas como consequência de uma política ingênua por parte do Estado, como afirma a autora, para que não se perca a importância científica do tema, já que a ingenuidade não deve e não pode ser concebida na dialética do espaço, pois ela imputa as razões que os agentes que produzem o espaço possuem.

De acordo com Alves (2010, p.32), o centro surge como “expressão maior da cidade”, permitindo a renovação das relações existentes. Nesse sentido, pode-se entender que a evolução do centro histórico de São Paulo passou por uma série de renovações e de mudanças das formas espaciais, por processos de produção e reprodução do espaço, e que ele é:

[...]povoado das mais diversas formas e atividades, que, no conjunto, formam a representação do que se chama de cidade. Desta maneira, o centro surge como a expressão maior de cidade. É o local em que as relações se renovam constantemente, permitindo, ao mesmo tempo, a existência pela duração da ação, pela mudança mais lenta de suas formas, e da instabilidade, pela multiplicidade de atividades, pessoas, permissões, proibições e transgressões que se realizam na pluralidade das relações existentes. (ALVES, 2010, p.32)

Além da necessidade da mudança dos conteúdos socioespaciais, há uma necessidade do estabelecimento de fluxos materiais e imateriais no desenvolvimento da centralidade de São Paulo. Desse modo, ocorreu uma mudança da predominância dos tipos de fluxos, que passaram da circulação de bens materiais para a circulação de informações e capitais através de impulsos, fazendo com que o papel do centro fosse o de integrar pontos de produção de capital e de informação. Isso também aconteceu com o Vale do Anhangabaú, uma vez que junto a retirada do conteúdo rural do espaço, houve a necessidade do aumento da circulação por meio da construção do primeiro Viaduto do Chá e do Viaduto de Santa Ifigênia pela necessidade da

coesão por nível pelo advento dos bondes elétricos. O centro tem o papel de integrar pontos de produção de capital e de informação, como destaca Alves abaixo:

Ao mesmo tempo em que é ponto de convergência, também é de onde se dispersam os mesmos fluxos de capitais, informações, bens materiais e pessoas. O que se produz e divulga neste centro, a vida urbana que se gesta, reproduz-se por outros pontos, às vezes integralmente, outras em parte, gerando em outras localidades, modelos de vida semelhantes, mas que ainda mantêm uma determinada particularidade. O centro, desta forma, só existe como centro na relação com outros lugares, já que se coloca como ponto de onde se integram e se dispersam atividades. (ALVES, 2010, p.32)

O centro não pode ser entendido como um espaço isolado, uma vez que o surgimento da centralidade é uma relação interespacial. Nessa lógica, um dos pontos significativos é o fato do Vale do Anhangabaú se desenvolver com a necessidade de se diferenciar do Vale do Tamanduateí, afinal não há processo de valorização com igualdade espacial. A existência da centralidade e seu deslocamento reforça as desigualdades espaciais.

Enquanto tendência, a centralidade caminha hoje para o reforço da desigualdade espacial, dada pela especificidade de funções de cada um dos novos centros, que expulsa para as periferias tudo aquilo (pessoas e atividades) que não faz mais parte dessa nova forma de produção econômica, especializada e funcional. (ALVES, 2010, p.39)

Segundo Alves (2010), os projetos urbanísticos mais recentes, desenvolvidos pelo Estado, tendem para a eliminação dos lugares que concentram atividades, pessoas e relações em nome da funcionalidade e da especialização do espaço, a privatização do urbano e o consumo dos lugares. No entanto, também é possível subentender que os projetos urbanísticos do século XIX possuíam um embrião dessa demanda (em menor escala): no próximo subcapítulo será abordado o surgimento da cobrança de pedágio para os pedestres no contexto da construção do primeiro viaduto do Chá enquanto um exemplo para a constituição de um embrião da privatização do urbano e, posteriormente, no século XX, também poderá se observar a construção do Teatro Municipal como um embrião do consumo do espaço urbano, em que a

desigualdade espacial proporcionou o consumo do espaço por parte da elite para reafirmar sua posição social.

Os atuais projetos urbanísticos tendem para a eliminação dos lugares que concentrariam atividades, pessoas e relações, ou seja, para o esvaziamento do centro histórico, em nome da funcionalidade dos locais que, assim especializados, levam a uma quase uniformização dos espaços dada por sua função, que tende à privatização do urbano, para o uso e consumo dos lugares. Esse processo conduz a atomização pessoal, levando as pessoas a agirem exclusivamente de acordo com os próprios interesses de modo que a vida privada parece ser mais livre, tendendo para o individualismo, que praticamente, exclui a necessidade de contato com o outro. (ALVES, 2010, p.35, grifo nosso).

Por fim, o centro possui atenção especial por ser o elo das necessidades da reprodução do capital e que “exigem do poder estatal e dos agentes e empreendedores privados, ações estratégias para o controle socioespacial e o desejo de apropriação por parte da população da vida urbana” (ALVES, 2010, p.33). O próximo subcapítulo se desenvolve na busca da compreensão das estratégias do controle socioespacial do estado e dos agentes privados, no Vale do Anhangabaú, desde o final do século XIX, pois esses elementos também são importantes para a materialização do não-lugar.

3.2. O Vale do Anhangabaú

Com o objetivo de compreender a produção do espaço do Vale do Anhangabaú foi fundamental retomar registros históricos desde o final do século XIX, com a intenção de compreender a dinâmica das mudanças espaciais da localidade de estudo, além de buscar elementos da história desse espaço que se transformou com a sociedade, já que “o espaço (social) intervém no modo de produção, ao mesmo tempo efeito, causa e razão, ele muda com esse modo de produção! Fácil de compreender: ele muda com “as sociedades”, se se quiser exprimir assim. Portanto,

há uma história do espaço." (LEFEBVRE, 2000, p.9). A provocação posta por Lefebvre incita a compreensão das mudanças próprias do espaço.

O núcleo urbano da cidade de São Paulo se concentrou e se desenvolveu no triângulo central e nos encontros dos vales do rio Tamanduateí e do Anhangabaú, é a partir desse núcleo que se desenvolve a centralidade da cidade. Entre os encontros se apresentava a famosa colina histórica, com uma média de 745 metros de altitude, conforme indicado no esquema abaixo de Ab'Saber (Figura 2). Devido à importância natural da localização deste espaço desde a ocupação dos povos originários do Brasil, o núcleo urbano de São Paulo surgiu. Observa-se que nesse período, havia diferenças espaciais por condições naturais e não desigualdades socioespaciais produzidas.

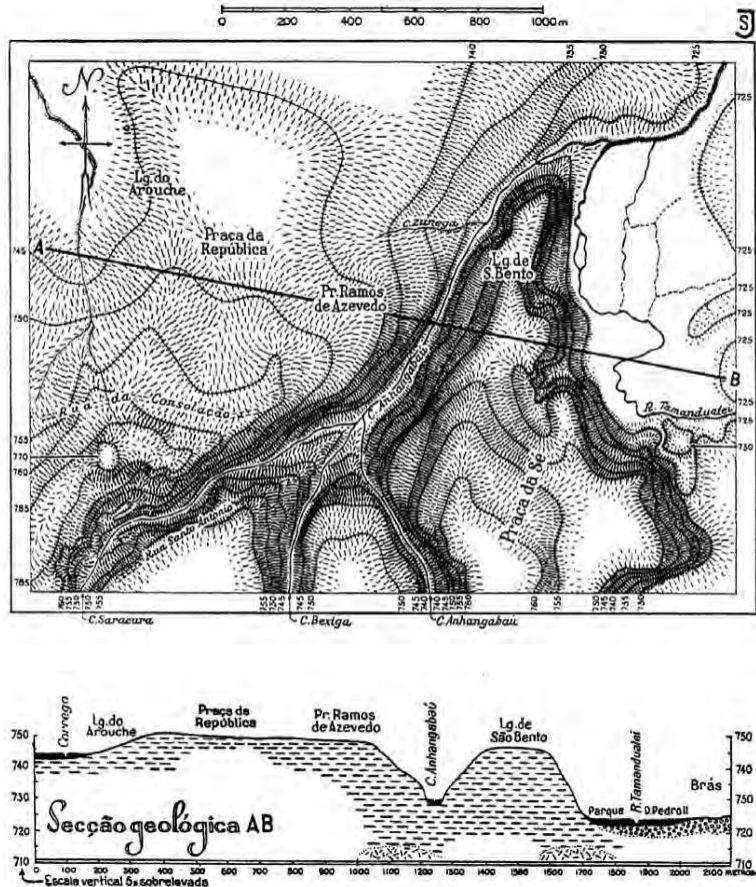
Posteriormente, com o desenvolvimento de São Paulo e a inauguração da São Paulo Railway, em 1867, ocorreu a implementação do sistema ferroviário para o escoamento da produção de café com o objetivo de criar condições espaciais necessárias para o aumento da velocidade e intensidade do fluxo do capital e a sua consequente territorialização.

Segundo Hereñú (2003, p.23-25), a porção leste da colina histórica, próxima ao Tamanduateí, era uma espécie de "frente" da cidade até a metade do séc. XIX, mas perdeu esse papel com a inauguração da Estação da Luz, em 1867, que se configurou como a "entrada nobre" da cidade, dos grandes proprietários rurais e dos empresários, passou a ser pelo Norte. Essas pessoas passaram a chegar ao centro através das ruas Brigadeiro Tobias e Florêncio de Abreu e, como consequência, o Vale do Tamanduateí sofreu desvalorização espacial e ficou com a função de serviços e abastecimento da cidade.

Com a inauguração da Estação da Luz, em 1867, a "entrada nobre", dos grandes proprietários rurais e dos empresários e visitantes provenientes de Santos, passou a ser pelo norte, chegando ao centro através das ruas Brigadeiro Tobias e Florêncio de Abreu e potencializando a ocupação do setor noroeste da cidade. Sua localização está associada aos loteamentos

empreendidos a partir de 1870, com destaque para o do Morro do Chá (1876) e dos Campos Elíseos (1879). A obsolescência da primeira estação, causada pelo aumento do movimento de cargas e de passageiros, determinou a construção de um novo edifício, projetado pelo engenheiro inglês Charles Driver e inaugurado em 1901 (HEREÑÚ, 2003, p.23-25).

Figura 2 - Planta topográfica e seção geológica da área central de São Paulo A-B (indicada na planta)



Fonte: AB'SABER, Aziz Nacib. Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo. São Paulo: FFCLUSP, 1957.

O trecho acima aponta a produção das desigualdades espaciais no embrião do que se tornaria a metrópole de São Paulo, o autor destaca que a localização da Estação da Luz está associada aos loteamentos empreendidos a partir de 1870, com destaque para o Morro do Chá e os Campos Elíseos, em uma espécie de valorização além do vale. É a partir desse período que o Morro do Chá começou a ser alvo de atenção por parte do Estado e dos interesses dos empreendimentos privados.

3.3. 1870-1888: Morro do Chá

O momento da construção da Estação da Luz é significativo para compreender as transformações e a produção da futura condição espacial do Vale do Anhangabaú, já o contexto proporcionou o redirecionamento do eixo de valorização para noroeste de São Paulo. Segundo Hereñú (2003), o Anhangabaú era uma localidade tratada como “fundo” da cidade de São Paulo, mas com a nova configuração ela espacial se tornou uma barreira física para a ligação entre a “cidade antiga”, sobre a colina histórica, e a “cidade nova”, sobre o Morro do Chá. Nesse sentido, a transposição do vale se tornou uma necessidade para a eficiência da circulação do capital e foi encarado como um espaço a ser superado.

Na época, era possível conceber um espaço conectado pelo vale (Figura 3), uma vez que os “pontos de cruzamento entre as ruas Direita e São José, e Barão de Itapetininga e Conselheiro Crispiniano Soares, apresentavam-se perfeitamente em nível” (HEREÑÚ, 2003, p.27) superando o desafio físico que o Anhangabaú representava. Segundo Hereñú (2003), “qualquer pessoa” poderia vislumbrar a travessia do vale e a sua conexão até pelo traçado viário já existente. No entanto, deve-se ressaltar que não coube a “qualquer pessoa” idealizar o que seria feito, essa transformação se tornou o papel do Estado para concretizar a centralidade da cidade.

Qualquer pessoa que de um desses dois cruzamentos olhasse para o outro lado do vale, conseguiria vislumbrar a travessia. Podemos até imaginar que o próprio traçado viário do loteamento do Morro do Chá já colocava a Rua Barão de Itapetininga como uma continuação da Rua Direita, pressupondo a inevitabilidade de sua conexão. (Hereñú, 2003, p.27, grifo nosso)

Figura 3 - Encosta leste da colina histórica em 1862



Autor: Militão Augusto de Azevedo. Fonte: HEREÑÚ, Pablo Emilio Robert.¹⁴

Os registros do final do século XIX descreveram o Morro do Chá como um bairro perigoso e com ausência de policiamento, além de ser insalubre, com diversos problemas urbanos, excesso de lama e falta de luz pública. No entanto, a localidade do Vale do Anhangabaú passou a ser visada como um local para a expansão da cidade concebida pela elite paulista e, para isso, ele precisava se diferenciar do Vale do Tamanduateí e do bairro do Brás, sendo necessário um esvaziamento do espaço. Dessa forma, é fundamental fazer uma breve reconstituição das transformações do espaço do Vale do Anhangabaú por meio de pinturas, fotografias e periódicos de jornais sobre a região.

Até 1887, as ruas do Morro do Chá constituíram um espaço com poucas atuações do Estado e com muitas reclamações acerca das péssimas condições de vida no bairro, com pontos centrais que estavam sem calçamento, iluminação,

¹⁴ Sentidos do Anhangabaú. 2007. Dissertação (Mestrado em Projeto, Espaço e Cultura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/D.16.2007.tde-17052010-145047.

saneamento básico, falta de segurança pública e presença de lixo ou animais mortos nas ruas com reportagens publicadas em tom de revolta, como é destacado por Oliveira no trecho abaixo:

[...] jornais como o A Província de São Paulo que esses moradores conduziam incessantes reclamações sobre as ruas do Morro do Chá, como a que figurava no jornal em 22 de julho de 1875 e 29 de julho de 1877, acerca da péssima situação em que o bairro se encontrava. Os pontos centrais estavam na ausência de calçamento, ausência de iluminação, presença de lixo ou animais mortos nas ruas, ausência de saneamento básico, falta de segurança pública dentre outros. As reportagens eram escritas em tom de revolta, cobrando diretamente da municipalidade obras de reparação ou ações efetivas para resolver a situação. Muitas contavam com comentários do próprio editor, que não só apoiava como instigava os moradores a reivindicar as melhorias. (OLIVEIRA, 2017, p.591)

Com base em uma pesquisa no acervo do antigo jornal “A Província de São Paulo”, fundado em 4 de janeiro de 1875 e, hoje conhecido como “O Estado de São Paulo” ou simplesmente “Estadão”, é possível observar que a imagem da região passada pelo periódico era negativa, afirmando a ausência do poder público na localidade e alegando a existência da chamada rua Formosa com "imundície" e roupas de bexiguentos¹⁵ e um pedido para que os vereadores atuassem sobre a localidade, como é possível observar na transcrição abaixo das edições de 22 de julho (Figura 5) e 12 agosto de 1875 (Figura 6).

Além disso, trechos das edições de 29 de julho de 1877 (Figura 7) e 09 de fevereiro de 1878 (Figura 8) demonstram a continuidade das alegações de ausência do poder público. A matéria "O Chá às escuras" (Figura 7) alerta sobre a falta de iluminação na localidade, afirmindo que os moradores estavam se iluminando apenas com "lampiões da esperança". Já a matéria seguinte (Figura 8) é uma carta ao Antônio da Silva Prado, chefe da câmara municipal do período, reclamando da falta de segurança e presença de ratoneiros¹⁶ que invadiam os quintais das pessoas,

¹⁵ termo utilizado, no século XIX, para designar pessoas com varíola.

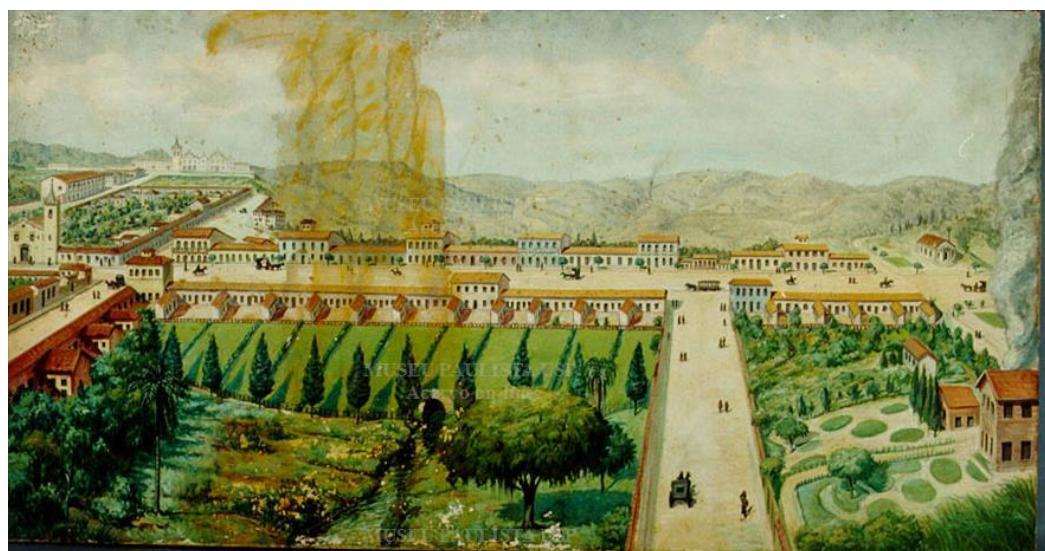
¹⁶ Indivíduo que furta coisas de pouco valor

novamente pela falta de luz pública, pela falta de pedregulho que ocasionava excesso de lama e pela falta de fiscalização para impedir o represamento das águas na rua Formosa. É notável que na carta publicada pelo jornal, o presidente da câmara é intitulado de "justiceiro" e tratado com muito respeito pelo jornal.

Nesse contexto, a edição de 02 de abril de 1879 (Figura 9) intitula o Morro do Chá como um "bairro do futuro" e enaltece a representação em aquarela do litógrafo e pintor Jules Martins (1832-1906) sobre uma concepção de como seria um Morro do Chá do futuro e elogia o trabalho do Jules Martin como sendo valioso e um notável incentivo para a capital, com astúcia para projetar um bairro do futuro para ser erguido nas águas e nos ditos pobres lameiros do antigo Vale do Anhangabaú, em meio as velhas e tristonhas edificações de São Paulo. A caracterização negativa do bairro é enaltecida para que o poder público seja capaz de destruir e reconstruir o bairro e criar um Vale do Anhangabaú.

A edição de 16 de abril de 1886 (Figura 10) mostra um raro depoimento divergente de uma pessoa que se intitulou de "Emaus" no jornal, sendo natural da Judéia e reclama que tudo tem sido mudado pelo implacável progresso e que quer melhorar São Paulo com um viaduto, que ele afirmar dispensar e que irá "gritar de todas as formas" contra esse tipo de melhoramento, subentendendo que não era algo que beneficiaria ele. Não é possível obter mais informações sobre esse depoimento específico, mas é um indicativo de que nem todos os moradores estariam satisfeitos com a forma que a intervenção do Estado se deu no espaço.

Figura 4 - Reelaboração da litografia do projeto proposto por Jules Martin para o Vale do Anhangabaú em 1878



Autor: Henrique Manzo, século XX. Óleo sobre tela Fonte: Museu Paulista.¹⁷

Figura 5 - Umas das diversas reclamações sobre a rua pisques entre a ponte e a rua Formosa publicadas

Pela quarta ou quinta vez. — Estamos cansados de dirigir á municipalidade reclamações sobre a urgencia de concertar-se as cavas incommodas e perigosas que transformam em arriscado fosso a parte da rua do Piques entre a ponte e a rua Formosa.

Ha ahí quasi todos os dias carros naufragados, sustos, quedas, e a nada, entretanto, attende a municipalidade !

Fonte: A Província de São Paulo. 22/07/1875, p.2. Edição Nacional¹⁸

¹⁷ Disponível em: <http://acervo.mp.usp.br/iconografiaV2.aspx#>. Acesso em 01/12/2022

¹⁸ Pela quarta ou quinta vez -- Estamos cansados de dirigir á municipalidade reclamações sobre a urgencia de concertar-se as cavas incommodas e perigosas que transformam em arriscado fosso a parte da rua do Piques entre a ponte e a rua Formosa.

Ha ni quase todos os dias carros naufragados, sustos, quedas, e a nada, entretanto, attende a municipalidade!

Figura 6 - Matéria publicada sobre a situação da rua Formosa

Accio publico—Na rua Formosa fazem
deposito de quanta immundicia ha, e agora
[ilegível] colxões e roupas de bexiguentos vão em-

Mor alli em decomposição de mistura com os
animais mortos e lixo.
Tudo isso serve para por em perigo a vida
dos habitantes d'aquelles arredores.
Por vezes providencias tem sido reclama-
das dos srs. assessos e de alguns vereadores,
mas debalde.
E' de justiça que a camara attenda á esta
reclamação.

Fonte: Província de São Paulo, 12/08/1875, p.3 - Edição Nacional¹⁹

Figura 7 - Matéria publicada sobre a falta de iluminação no Morro do Chá.

O Chá as escuras—Os moradores do
novo e florescente Morro do Chá representa-
ram e já obtiveram promessa de ser levada
até ahí a illuminação a gás.
Só resta uma insignificancia : a realização
da promessa.
Dava para um longo artigo de fundo isto,
mas contentamo-nos com estas linhas e com
a declaração de que os moradores daquelle
bairro continuam a illuminar-se com os lam-
peões da esperança.

Fonte: A Província de São Paulo. 29-07-1877 - p.3 - Edição Nacional

¹⁹ Na rua Formosa fazem deposito de quanta immundicia ha, e agora [ilegível] colxões e roupas de bexiguentos vão entrar alli em decomposição de mistura com os animais mortos e lixo. Tudo isso serve para por em perigo a vida dos habitantes d'aquelles arredores. Por vezes providencias tem sido reclamadas dos srs. [ilegível] e de alguns vereadores, mas debalde. E de justiça que a camara attenda á esta reclamação

Figura 8 - Matéria publicada para o presidente da câmara municipal reclamando da ausência do poder público

**Ao illm. sr. dr. Antonio da Silva Prado,
muito digno presidente da camara
municipal**

Ha mais de 3 annos que os moradores do Morro do Chá reclamam com toda a justiça os melhoramentos que requer aquelle já populoso bairro.

Por falta de nivelamento, vêem-se os proprietarios obrigados a cercar os seus terrenos, com paus tocos e desegunes, que não só enfeiam este pittorescos arrabalde, como dão azo a que os ratoneiros invadam os quintaes.

Por falta de luz vêem-se obrigados a não sahir à noite de suas casas temendo cahir

nos grandes buracos e na enorme valla que atravessa a rua do barão de Itapetininga.

Por falta de pedregulho vêem-se obrigados a não sahir de casa nos dias de chuva, ou então sujeitar-se a ficar enlameados extraordinariamente, sendo que a rua Formosa, de mais transito de carroças, e já bastante avultado, fica em um estado lastimavel.

Por falta de fiscalização, na rua Formosa alguns moradores represam as aguas que correm de uma bica, e ahi se deixam estagnadas, com o fim de regarem suas plantas, não considerando no mal que fazem a si proprios e aos que por alli passam.

Esperamos, pois, que o muito digno e justiciero dr. Antonio da Silva Prado, que tanto interesse tem tomado pelo municipio, mande providenciar estes melhoramentos.

Outros moradores.

Fonte: A Província de São Paulo, 09-02-1878, p.2²⁰

²⁰ Ao illm. sr. dr. Antonio da Silva Prado, muito digno presidente da camara municipal Ha mais de 3 annos que os moradores do Morro do Chá reclamam com toda a justiça os melhoramentos que requer aquelle já populoso bairro.
Por falta de nivelamento, vêem-se os proprietarios obrigados a cercar os seus terrenos com paus e tocos e desegunes, que não só enfeiam este pittorescos arrabalde como dão azo a que os ratoneiros invadam os quintaes.
Por falta de luz vêem-se obrigados a não sahir à monte de suas casas temendo cahir no grandes buracos e na enorme valla que atravessa a rua do barão de Itapetininga.
Por falta de pedregulho vêem-se obrigados a não sahir de casa nos dias de chuva, ou então sujeitar-se a ficar enlameados extraordinariamente, sendo que a rua Formosa, de mais transito de carroças, e já bastante avultado, fica em um estado lastimavel.
Por falta de fiscalização, na rua Formosa alguns moradores represam as aguas que correm de uma bica, e ahi se deixam estagnadas, com o fim de regarem suas plantas, não considerando no mal que fazem a si proprios e aos que por alli passam.
 Esperamos, pois, que o muito digno e justiciero dr. Antonio da Silva Prado, que tanto interesse tem tomado pelo municipio, mande providenciar estes melhoramentos.

Outros moradores

Figura 9 - Matéria conclamando o Morro do Chá como um bairro do futuro

Um bairro do futuro—Devem lembrar-se muitos dos nossos leitores que em 1877 o sr. Jules Martin expoz em sua officina uma vistosa aquarella representando, como se já existisse, uma bella ponte de ferro ligando a rua Direita ao bairro do Morro do Chá,—projecto que desde então começou a entrar em voga com certa insistencia.

Como de novamente volta agora aquelle projecto á discussão, e com todos os visos de entrar em via de realização, pois faz assunto de um projecto de lei subjeito á deliberação da assembléa provincial, o sr. Jules Martin, entusiasta e artista, e sempre a phantasiar futuros embellesamentos para a cidade e província de que fez a sua patria adoptiva, offerece um bello e novo plano para ligar aquelles dous alludidos pontos da cidade.

Modificando a sua idéa de 1877, a ponte de ferro, apresenta-nos agora um novo quadro em que dá como ligados aquelles pontos da cidade por um grande aterro sobre o qual o desenho imagina uma larga rua entre duas alas de casas.

O desenho do sr. Martin mostra a vôo de passaro a projectada rua e os bairros proximos da cidade, phantasiando com muita naturalidade a perspectiva geral que pôde ter a grandiosa obra, quando realizada.

As dimensões aproximadas do plano imaginado são as seguintes:

O aterro geral com 120 a 130 metros de comprimento e 64 de largo.

Ao longo do aterro uma rua de 14 metros de largura, sendo os terrenos lateraes distribuidos para edificação de casas, 15 por banda, tendo cada uma um quintal de 10 metros de fundo, afóra a parte correspondente da rampa que desce do nível do aterro ao nível do riacho.

Para a passagem deste o aterro representa um tunnel central, e um outro para deixar livre a rua Formosa.

Para a passagem deste o aterro representa um tunnel central, e um outro para deixar livre a rua Formosa.

O interessante quadro que aqui pallidamente esboçamos em rápidos traços está exposto na vitrina das officinas do infatigável artista, a rua de S. Bento, e melhor do que qualquer descrição dará idéa das magnificas proporções a que pôde chegar a projectada e utilissima obra.

O trabalho do sr. Martin é um valioso impulso e notavel incentivo para que o projecto seja considerado na devida importancia e merecimento que incontestavelmente possue.

Nem mais, nem menos ; o sr. Martin oferece à capital—um bairro do futuro, erguendo das aguas e dos podres lameiros do estreito valle do Anhangabahú um novo bairro, um formoso boulevard em pleno seio das velhas e tristonhas edificações da nossa capital.

Fonte: A Província de São Paulo. 02/04/1879, p.2²¹

²¹ Um bairro do futuro - Devem lembrar-se muitos dos nossos leitores que em 1877 o sr. Jules Martin expoz em sua officina uma vistosa aquarella representando, como se já existisse, uma bella ponte de ferro ligando a rua Direita ao bairro do Morro do Chá,—projecto que desde então começou a entrar em voga com certa insistencia.

Como de novamente volta agora aquelle projecto a discussão, e com todos os visos de entrar em via de realização, pois faz assunto de um projeto de lei subjeito á deliberação da assembléa e artista, e sempre a phantasiar futuros embellesamentos para a cidade e província de que fez a sua patria adoptiva, offerece um bello e novo plano para ligar aquelles dous alludidos pontos da cidade. Modificando a sua ideia de 1877, a ponte de ferro, apresenta-nos agora um novo quadro em que dá como ligadoa aquelles pontos da cidade por um grande aterro sobre o qual o desenho imagina uma larga rua entre duas alas de casas.

O desenho do sr. Martin mostra a vôo de passaro a projectada rua e os bairros proximos da cidade, phantasiando com muita naturalidade a perspectiva geral que pôde ter a grandiosa obra, quando realizada.

As dimensões aproximadas do plano imaginado são as seguintes:

O aterro geral com 120 a 130 metros de comprimento e 64 de largo.

Ao longo do aterro uma rua de 14 metros de largura, sendo os terrenos lateraes distribuidos para edificação de casas, 15 por banda, tendo cada uma um quintal de 10 metros de fundo, afóra a parte correspondente da rampa que desce do nível do aterro ao nível do riacho.

Figura 10 - Depoimento sobre o Morro do Chá

Viaducto do Chá

Sou natural da judéa, e desde moço habitei-me a procurar no pó dos cartorios o segredo de fazer ouro:

O meu nome—E.(!)—máus—é uma satyra pungente lançada á face dos meus bemfeiteiros; mas, que posso eu fazer, se desde a mocidade odeio fatalmente ao progresso desta terra, onde fiz-me alchimista?

Tenho verdadeiramente saudades das antigas rotulas e das grotescas abas dos velhos pardieiros da legendaria paulicéa!

Tudo tem sido mudado pelo implacavel progresso que ainda não satisfeito de tudo que ha feito, quer ainda melhorar a paulicéa com um—viaducto—que eu dispenso, e heide gritar por todas as fórmas, centrando similhante melhoramento, porque, no fim das contas... etc e tal, a coisa hade pingar.

Até amanhã.

Emaus.

Fonte: A Província de São Paulo. Páginas da Edição de 16 abril de 1886 p.2²²

Para a passagem deste o aterro representa um tunnel central, e um outro para deixar livre a rua Formosa.

O interessante quadro que aqui pallidamente esbolamos em rapidos traços está exposto na vitrina das officinas do infatigavel artista, a rua de S. Bento, e melhor do que qualquer descrição dará idéa das maguificas proorções a que pôde chegar a projectada e utilissima obra.

O trabalho do sr. Martin é um valiosa impulso e notavel incentivo para que o projecto seja considerado na devida importancia e merecimento que incontestavelmente possue.

Nem mais, nem menos; o sr. Martin oferece á capital—um bairro do futuro, ergendo das aguas e dos podres lameiros do estreito valle do Anhangabahú um novo bairro, um formoso boulevard em pleno seio das velhas e tristonhas edificações da nossa capital.

22 Viaducto do Chá

Sou natural da judéa, e desde moço habituei-me a procurar no pó dos cartorios o segredo de fazer ouro.

O meu nome -E.(!)-máus—é uma satyra pungente lançada á face dos meus bemfeiteiros; mas, que posso eu fazer, se desde a mocidade odeio fatalmente ao progresso desta terra, onde fiz-me alchimista? Tenho verdadeiramente saudades das antigas rotulas e das grotescas abas dos velhos pardieiros da legendaria paulicés !

Tudo tem sido mudado pelo implacavel progresso que ainda não satisfeito de tudo que ha feito, quer ainda melhorar a paulicéa com um — viaduct — que eu dispenso, e heide gritar por todas as fórmas contra similhante melhoramente, porque, no fim das contas... etc e tal, a coisa hade pingar. Até amanhã

Emaus

O site da Assembleia de São Paulo²³ publicou que Jules Martin atuou entre o final da década de 1870 e início de 1880 para conseguir as prerrogativas legais para a construção do viaduto junto ao Estado. Nesse contexto, após uma série de acordos e mudanças de projeto, ele conseguiu um acordo que estabelecia: (1) a construção do viaduto de ferro; (2) o direito de cobrança, por parte de Jules Martin, de pedágio "pela passagem de pessoas a pé, cavaleiros, carros, bondes e outros veículos"; (3) a possibilidade de desapropriação do viaduto, depois de cinco anos, por utilidade pública, "pagando o capital despendido e mais a quantia que faltou para completar o juro de 8% ao ano, sobre o dito capital, caso a renda de pedágio tenha sido inferior a esta porcentagem nos anos anteriores" à desapropriação. Além disso, Hereñú (2003) destaca a aprovação dos estatutos, em 1888, da Companhia Paulista do Viaduto do Chá e o início da construção das obras, em 1889. Todo o movimento de reclamações acerca da ausência do Estado na região, junto às cartas publicadas em jornais como o A Província de São Paulo possibilitaram a intervenção urbana do Estado por meio de agentes como Jules Martin e Victor Nothmann, atendendo aos interesses imobiliários da época.

Para empreender a construção do viaduto, Martin associou-se ao alemão Victor Nothmann, que alguns anos antes havia loteado com Frederico Glette a chácara do Barão de Limeira e criado o bairro dos Campos Elíseos e que alguns anos depois criaria o bairro de Higienópolis, com Martinho Burchard. Em 1880 a Assembleia Provincial deferiu o pedido de construção do viaduto e em 1888 foram aprovados os estatutos da "Companhia Paulista do Viaduto do Chá". Nesse mesmo ano a construção foi iniciada. (HEREÑÚ, 2003, p.37)

3.4. 1888-1929: Parque Anhangabaú

A primeira mudança significativa da localidade foi anunciada quatro anos antes da construção do primeiro viaduto do chá, com a Lei Provincial nº65 de 23/03/1885,

²³ Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. O Viaduto do Chá e o Legislativo paulista. Data: 19/12/2003; Acesso em 04/08/2022. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=309976>

para a construção de um viaduto com o objetivo de conectar a rua Direita com a Barão de Itapetininga, como está destacado abaixo:

Art. 1. - Fica o governo da província autorizado a modificar o contracto que em virtude da lei provincial n. 48, de 6 de abril de 1880 foi celebrado com o cidadão Jules Martin para a construcção do um atterro ou boulevard que deve ligar a rua Direita desta capital com a rua do Barão de Itapetininga, com as alterações que se seguem:

§ 1. ° - Substituir o atterro por um viaducto de ferro, devendo o concessionario apresentar em tempo no governo da província o plano e orçamento do dito viaducto.

A notável resistência histórica que aparece nos relatos de jornais e materiais históricos foi a do Barão de Tatuí, ele possuía um imóvel que deveria ser desapropriado para a construção do viaduto. Essa disputa, segundo Hereñú (2003), ganhou conotação política e criou um contexto de embate simbólico entre as oligarquias rurais e os capitalistas liberais. Nesse sentido, nota-se que o Estado produziu uma ilusão de que ele buscava fazer melhorias para a população, enquanto o Barão de Tatuí era o problema para o progresso e a melhoria do bairro.

As obras tiveram início em 1888, sendo interrompidas poucos meses depois devido a problemas com a desapropriação do imóvel pertencente ao Barão de Tatuí, localizado na Rua de São José (atual Libero Badaró) no eixo da Rua Direita e cuja demolição era imprescindível para a construção do viaduto. A disputa ganhou conotação política e passou a ser encarada simbolicamente como o embate entre as oligarquias rurais conservadoras e os capitalistas liberais progressistas. A desavença só foi resolvida judicialmente, com ganho de causa dado ao grupo de Jules Martin. Em 1889 iniciou-se a demolição do casarão e em 1892 o viaduto foi inaugurado. (Hereñú, 2003, p.37).

Figura 11 - Pintura de Jules Martin ironizando a destruição da casa do Barão de Tatuí



Fonte: TEIXEIRA, Dante M., PAPAVERO, Nelson, MONNÉ, Miguel Angel.²⁴

No fim, o Barão de Tatuí foi derrotado e a Gravura satírica feita pelo próprio Jules Martin (Figura 11) mostrando a demolição do palacete dos Barões de Tatuí conota a vitória da população sobre o barão de Tatuí por formigas tanajuras²⁵ ao invés de pessoas. Em relação às formigas tanajuras da imagem, é importante deixar evidente que as “referências disponíveis apresentam várias lacunas e contradições, além de oferecer poucos detalhes quanto aos insetos propriamente ditos”, a imagem passa questionamentos sobre uma concepção simbólica dos corpos que habitam o espaço: seriam os seres humanos concebidos simbolicamente como formigas por Jules Martin? Enquanto os seres humanos podem constituir sujeitos sociais distintos

²⁴ Insetos em presépios e as "formigas vestidas" de Jules Martin (1832 - 1906): uma curiosa manufatura paulistana do final do século XIX. Anais do Museu Paulista, Volume 16, Número 2, Jul./Dez. 2008, p.110

²⁵ Não foram encontradas fontes acerca do significado simbólico das formigas na época. No artigo “Insetos em presépios e as “formigas vestidas” de Jules Martin (1832-1906): uma curiosa manufatura paulistana do final do século XIX”, o autor Teixeira (2008), apenas descreve que as formigas tanajuras eram um elemento presente na vida das pessoas de São Paulo, fazendo parte da construção de presépios e da alimentação, mas que se perdeu socialmente.

e particulares, as formigas são vistas como seres que existem e seguem apenas instintos naturais, não possuindo conteúdos sociais.

A população do local na época não constituía parte da elite paulistana e era de classe baixa ou intermediária, além de que a análise de fotografias da época permite concluir que “as casas aparentam má conservação, construção simples, sendo térreas de porta e janela, com pinturas descascando e algumas delas separadas por um muro da casa central” (OLIVEIRA, 2017, p.581), o que difere do padrão da elite paulistana na época,

Jules Martins contribuiu para a construção e inauguração do primeiro Viaduto do Chá (de estrutura metálica importada da Alemanha) e, após inaugurado, só era permitida a passagem pelo viaduto de quem fosse capaz de pagar um pedágio, até mesmo para atravessar a pé. Ou seja, o primeiro viaduto entra como potencializador das mudanças espaciais que aconteceram posteriormente: higienismo social, especulação imobiliária, remodelação espacial e elitização.

Nesse contexto, após a inauguração do primeiro viaduto do chá, em 1892, o encanto da população se transformou em descontentamento quando perceberam que, para utilizar o viaduto, era necessário pagar três vinténs. Nesse contexto, nota-se que um novo espaço foi produzido pelo Estado, com influência da concepção de progresso das cidades europeias, fragmentando o lugar por meio da retirada de quem morava lá, homogeneizando o lugar por meio da imposição de formas espaciais exógenas as do Vale do Anhangabaú e hierarquizando o lugar concomitantemente as restrições em relação ao uso do espaço, afinal só utilizava o viaduto quem tinha dinheiro para pagar e em contrapartida, quem não possuía dinheiro, deveria utilizar outro caminho para atravessar todo o vale. Dessa forma, o novo viaduto se configura enquanto um

elemento de passagem e se implementa em meio a um processo de retirada dos conteúdos sociais do espaço, ele é o primeiro elemento da dimensão do não-lugar que começa a surgir no Anhangabaú.

Com todo o descontentamento da população, não demorou muito para surgir uma campanha na cidade pelo fim do pedágio. No dia 5 de junho de 1893 o Congresso Legislativo do Estado de São Paulo²⁶ recebeu um livro de 157 páginas, no qual 3.636 paulistas pediam o fim do pedágio e a encampação²⁷ do Viaduto do Chá²⁸. O fato de a população rejeitar a cobrança do pedágio no viaduto constitui um processo de apropriação do espaço e de resistência. Afinal, se o primeiro plano do discurso para a construção do viaduto era o de beneficiar toda a população e de atender os interesses populares, a população não entendia o porquê de ele beneficiar interesses privados do uso do espaço, a população desejava usar o viaduto. Posteriormente, em 30 de setembro de 1896, por lei municipal, o Viaduto do Chá foi encampado, mediante resarcimento aos antigos concessionários, pela Cidade de São Paulo. A necessidade de coesão em nível por viadutos entre o núcleo antigo e o novo aumentou com a chegada dos bondes elétricos, pois eles necessitavam de nivelamento para funcionar corretamente, o que incentivou o surgimento do Viaduto Santa Ifigênia também.

Toda a intervenção espacial do Estado fez com que, no início do século XX, "o Vale do Anhangabaú figurasse como local privilegiado para a expansão e representação da florescente cidade burguesa em contraposição ao do Tamanduateí

²⁶ Legislativo paulista que abrigou Câmara e Senado, de 1891 a 1930.

²⁷ Processo de tomada de posse, pelo governo, de uma empresa privada mediante compensação.

²⁸ Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. O Viaduto do Chá e o Legislativo paulista. Data: 19/12/2003; Acesso em 04/08/2022. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=309976>.

cujo bairro vizinho, o Brás, operário e pobre, não permitiria comunicar a ideia de modernidade”²⁹.

Em 1906, o Estado começa a debater a necessidade de uma cidade mais moderna e da eliminação dos resquícios rurais no Vale do Anhangabaú. Dessa forma, o projeto do Teatro Municipal consolida a eliminação e sua inauguração ocorre em 1911, constituindo-se enquanto um signo da civilidade e da cultura nos moldes ocidentais, inspirado no Opera Garnier Paris.

²⁹ Oliveira, 2017, p.575.

Figura 12 - Vista parcial da cidade com o primeiro Viaduto do Chá



Autor: Cópia fotográfica de gelatina e prata Manuel, F. (Frédéric). 1906.

A fotografia acima (Figura 12), tirada por Manuel Frédéric, retrata a área do Vale depois da construção do primeiro viaduto em ferro armado, porém antes da demolição das casas para construção e inauguração do Teatro Municipal. A fotografia foi tirada próximo ao quarteirão onde hoje se encontra o Teatro que foi inaugurado cinco anos depois, na área à direita.

Posteriormente, o Viaduto Santa Ifigênia surgiu na paisagem do dito bairro do futuro, apesar de ter sido concebido na década de 1890, ele só foi inaugurado em 1913, logo após a construção do Viaduto do Chá. Nesse contexto, para a construção do Viaduto Santa Ifigênia, o município “adquiriu empréstimo junto ao governo inglês de 700 mil libras esterlinas que constituiu fato inédito na história da cidade”³⁰. Além disso, a estrutura metálica foi encomendada na Bélgica e, novamente, veio de fora e

³⁰ Hereñú, 2003, p.53.

foi construída com o emprego de mão de obra estrangeira e com elevados custos finais.

A estrutura metálica foi encomendada na Bélgica e fabricada pela Société Anonyme des Aciéries d'Angleur. Chegou de barco a Santos e de trem a São Paulo. Sua montagem levou três anos e foi supervisionada pelo mestre de obras alemão Johann Grundt. Boa parte da mão de obra empregada foi estrangeira o que elevou significativamente os custos finais. A inauguração aconteceu em julho de 1913. (HEREÑÚ, 2003, p.53).

Por fim, foi com a o Viaduto Santa Ifigênia (Figuras 13 e 14) que se encerrou a condição de barreira física da expansão da cidade de São Paulo, constituindo uma centralidade espacial da localidade e uma nova função de expansão da centralidade para o Vale. Dessa forma, as novas ligações criadas pelos viadutos instaurados “consolidaram o vetor oeste como setor de expansão natural do centro, relegando à zona leste um papel secundário e de menos prestígio. O Anhangabaú passaria a ser agora o foco das atenções” (HEREÑÚ, 2003, p.55).

Além disso, em 17 de março de 1911, a Câmara Municipal aprovou a solicitação do vereador Alcântara Machado recomendando a contratação de Joseph Antoine Bouvard. No projeto de Bouvard, estava prevista a criação do Parque Anhangabaú, concomitantemente às construções do Viaduto Santa Ifigênia e do Teatro Municipal de Paulo, e o espaço era concebido como um pequeno espaço livre para circulação e “configurado por um conjunto articulado de edificações: sobre as encostas o teatro e os ‘blocos’ simétricos, no fundo do vale, os edifícios junto à Rua de São João e junto ao Largo do Piques” (HEREÑÚ, 2003, p.105).

Além desses projetos públicos, vários outros projetos que surgiram no entorno podem ser citados como importantes para a produção do espaço do Vale do Anhangabaú, como o exemplo do surgimento do primeiro Arranha-céu paulistano em

1924, intitulado de Edifício Sampaio Moreira e que demonstram o papel de centralidade do Vale.

Figura 13 - Obras para a construção do Viaduto Santa Ifigênia em 1910



Fotógrafo: BECHERINI, Aurélio (Becherini) Data: 1910
Fonte: Acervo da Prefeitura de São Paulo³¹

Figura 14 - Vista do Viaduto Santa Ifigênia em 1925



Fotógrafo: BECHERINI, Aurélio (Becherini) Data: 1925
Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo³²

³¹Disponível em: <https://www.acervosdacidade.prefeitura.sp.gov.br/PORTALACERVOS/ExibirItemArquivo.aspx?id=437094%20Acervo:%20Acervo%20Fotogr%C3%A1fico%20do%20Museu%20da%20Cidade%20de%20S%C3%A3o%20Paulo>

³²Disponível em: <https://www.acervosdacidade.prefeitura.sp.gov.br/PORTALACERVOS/ExibirItemArquivo.aspx?id=437094%20Acervo:%20Acervo%20Fotogr%C3%A1fico%20do%20Museu%20da%20Cidade%20de%20S%C3%A3o%20Paulo>. Acesso em: 01/12/2022

Figura 15 - Theatro municipal em 1928



Vista do Viaduto Santa Ifigênia, tomada da torre do Mosteiro de São Bento, em sudoeste, para a Avenida São João, por volta de 1925.

Fonte: Acervo da Cidade de São Paulo ³³

Figura 16 - Fotografia tomada do alto do antigo Viaduto do Chá entre 1916-1918



A esquerda, o ajardinamento, já terminado do Morro do Chá e da Esplanada do Theatro Municipal; mais para a direita o traçado da Rua Formosa.

Fotógrafo: BECHERINI, Aurélio³⁴

³³ Disponível em: <http://acervo.mp.usp.br/iconografiaV2.aspx#>. Acesso em: 01/12/2022.

³⁴

Figura 17 - Foto aérea de 1925, com o Parque Anhangabaú projetado por Bouvard implantado



Fonte: Hereñú, 1989. p.174.

3.5. 1929-1990: Avenida Anhangabaú

No ano de 1930, o famoso Plano de Avenidas do Prestes Maia foi concebido, mas foi apenas em 1938, com a chegada do Prestes Maia ao cargo de prefeito da cidade, que ele começou a ser implementado. O Plano de Avenidas foi e é amplamente estudado e tem um impacto para muito além do vale do Anhangabaú, por isso não será feita uma análise do plano em si, mas dos seus impactos no espaço, em vista que foi um plano central das obras que foram realizadas até pelas gestões posteriores.

Oito anos após a publicação do Plano de Avenidas, Prestes Maia foi nomeado prefeito da cidade, exercendo o cargo de maio de 1938 a novembro de 1945. Durante os sete anos e meio à frente do município, executou um conjunto de obras dentro do espírito do plano. O modelo se impôs e ditou a orientação das obras realizadas por boa parte das gestões posteriores. (HEREÑÚ, 2003, p.187).

Prestes Maia foi prefeito de São Paulo entre 1938 e 1945, e implementou o Plano de Avenidas com a pretensão de remodelar o Vale do Anhangabaú com o modal rodoviário e retirou completamente os jardins da localidade para transformar um espaço de permanência em um espaço de passagem. É possível ver a imagem que

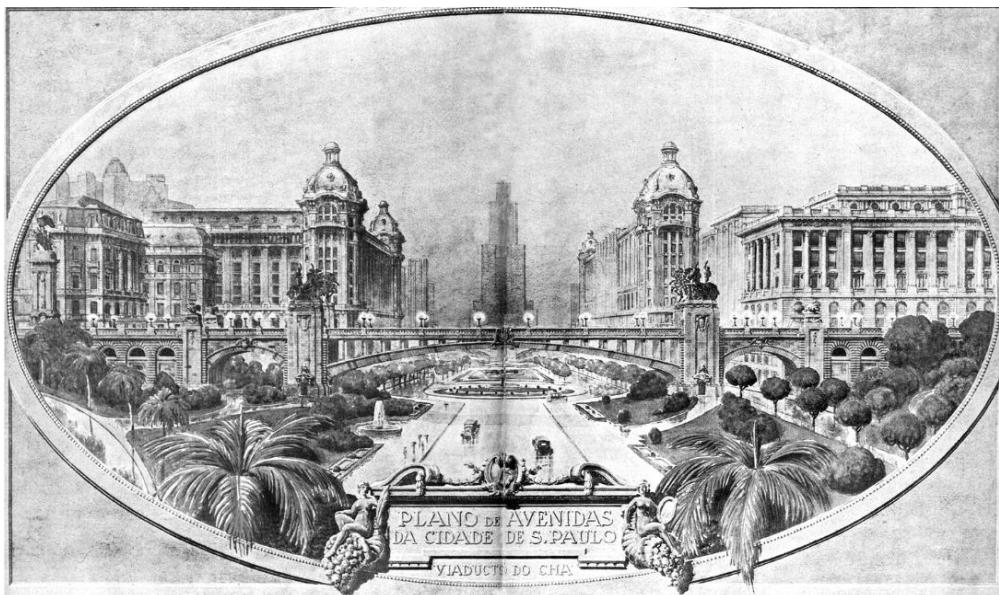
mostra a concepção de um dos projetos iniciais (Figura 18) e a foto tirada depois da finalização da obra (Figura 19).

O primeiro viaduto do chá foi utilizado pela população por algumas décadas até ser considerado ultrapassado e, depois passou a ser chamado de viaduto “primitivo”, até a decisão, por parte do Estado, de demolir o primeiro viaduto devido às limitações impostas ao tráfego pelas dimensões do viaduto primordial. O elemento do “bairro do futuro” destacado anteriormente pelo período A Província de São Paulo (Figura 9) já era uma forma do passado que precisava ser destruída. Ele acabou sendo demolido para a construção de um novo viaduto que “considerava a articulação dessa obra a novos circuitos viários propostos, coerentes com a lógica do Plano de Avenidas” (HEREÑÚ, 2003, p.199) do Prestes Maia.

O que se observa no novo Vale do Anhangabaú (Figura 19), depois do Plano de Avenidas, é que não há mais jardins e nem rotatórias como na proposta anterior (Figura 20), há apenas canteiros e ilhas de separação do tráfego no Vale do Anhangabaú e, posteriormente, o segundo viaduto do Chá foi construído ao lado do primeiro, mas dessa vez sendo feito de concreto e não de ferro. Todas essas transformações fizeram com que o Vale saísse da situação de desprezo e se tornasse um cartão postal da cidade. Aqui, o cartão-postal (Figura 20) se configura como signo do não-lugar materializado por essa série de intervenções, às fazendas de chá haviam sido destruídas, casas de pessoas de baixa/média renda (Figura 12) e também o palacete do Barão de Tatuí, o rio foi apagado da paisagem e instaurou-se uma paisagem com formas geométricas, atendendo a função do fluxo de carros, atendendo ao viajante no barulho dos carros da avenida e no “silêncio do grito” do *Emaus* (Figura 10) que desde o século XIX tinha conhecimento das mudanças do implacável progresso. É devido a esses elementos encontrados que um recuo histórico mais

amplo se tornou importante, apontando para a hipótese de que o não-lugar pode se configurar enquanto uma condição provisória, com a possibilidade de apropriação social posterior, ou um produto de futuros esvaziamentos que pesam sobre os conteúdos enraizados do espaço social. No entanto, qual a razão do surgimento do não-lugar enquanto uma condição provisória? Os não-lugares não surgem ao acaso e não são produzidos sem intenção, o processo da produção de não-lugares tem relação com a viabilização dos ciclos de valorização espacial.

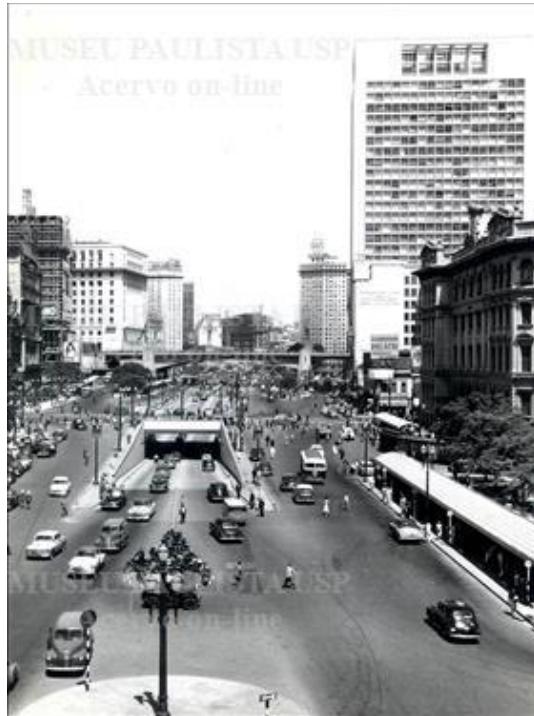
Figura 18 - Perspectiva da proposta do Plano de Avenidas com um novo Viaduto do Chá



Fonte: Heneru³⁵

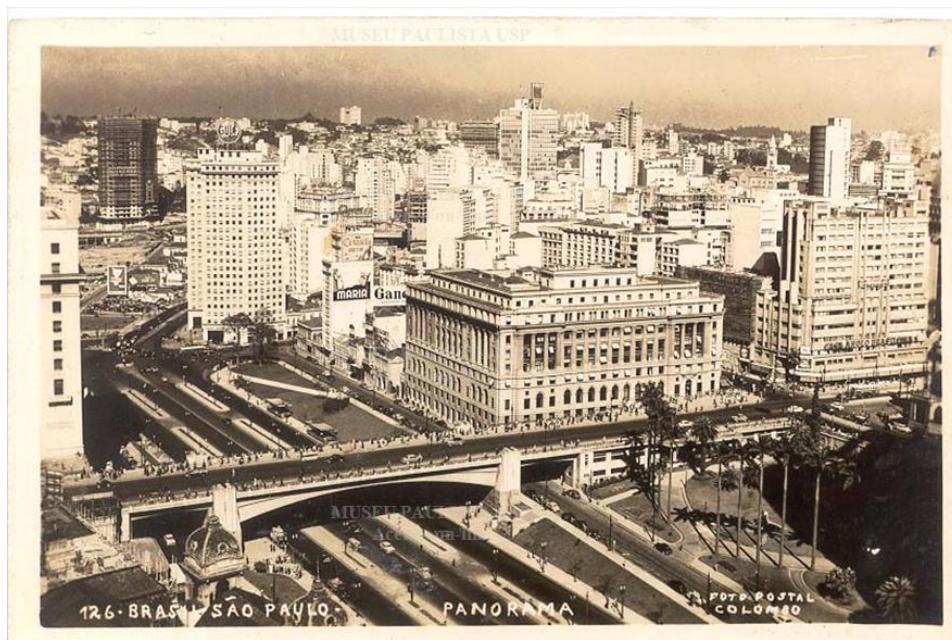
Figura 19 - Vale do Anhangabaú entre 1940-1960

³⁵ Hereñú, Pablo Emilio Robert. Sentidos do Anhangabaú. 2007. p.184.



Autoria: Werner Haberkorn. Papel Fotográfico Revelação/Gelatina.
Fonte: Acervo Museu Paulista³⁶

Figura 20 - Vista aérea do Vale do Anhangabaú e do Viaduto do Chá na década de 1950



Cartão Postal. Foto Postal Colombo. Autor desconhecido
Fonte: Acervo Museu Paulista³⁷

³⁶ Disponível em: <http://acervo.mp.usp.br/iconografiaV2.aspx#>. Acesso em: 01/12/2022.

³⁷ Disponível em: <http://acervo.mp.usp.br/iconografiaV2.aspx#>. Acesso em: 01/12/2022.

O Plano de Avenidas impôs diversos impactos no Anhangabaú, transformando-o em um ponto de confluência de automóveis e pedestres, com relatos de vários problemas locais, em um contexto que “acidentes, atropelamentos e confusões passaram a ser eventos cotidianos. Atravessar o vale a pé, a partir do final dos anos sessenta e anos setenta, havia se tornado mais difícil do que antes da inauguração do primeiro Viaduto do Chá.” (HEREÑÚ, 2003, p.225). O autor enfatiza que atravessar o vale, para o pedestre, se tornou mais difícil do que era no passado, porém o “Novo Vale” perdeu grande parte dos seus conteúdos, à medida que ele ganhou novas formas espaciais e o problema que surgiu na localidade, era um problema gerado pelo rodoviárioismo em praticamente toda a cidade de São Paulo.

Já na década de 1960, a localidade perdeu sua centralidade com a consolidação do centro financeiro na Paulista e com a desvalorização espacial da localidade com o excesso de poluição sonora e do ar, iniciando-se um processo de discussão da reurbanização do Vale que resultou no tamponamento e novamente no seu ajardinamento, criando um parque sobre um túnel, que será tratado a seguir.

3.6. 1990-2020: Tamponamento do Vale

O sentido da delimitação do Vale do Anhangabaú foi se transformando com o passar das transformações espaciais, e hoje em dia, “quando alguém se refere ao Vale do Anhangabaú, está se referindo à “praça” implantada sobre a laje. Não poderia estar se referindo à região da Praça da Bandeira nem ao trecho da Avenida Prestes Maia posterior ao Viaduto Santa Efigênia, pois estes não pertencem mais ao recinto.” (Hereñú, 2003, p.357).

A Avenida Anhangabaú se tornou um elemento a ser superado e, com isso, o Estado decidiu pelo seu tamponamento, cria-se então uma praça (Figura 26) sobre uma laje e esconde-se os carros (Figura 24). Com o tamponamento da rodovia sobre o vale, surge uma cobertura que é transforma em uma praça e esconde o sistema viário, é uma configuração espacial de importância, pois além de delimitar funções distintas para o espaço, impede que as manifestações populares no vale, como ocorreu com as Diretas Já (Figura 21), atrapalhem a circulação e os fluxos dos automóveis na parte inferior da cobertura. Aqui, o não-lugar foi concebido para os viajantes que se locomovem pelos carros ou a pé, mas como dito anteriormente por Augé (2017), será observado que o não-lugar nunca se realiza completamente e lugares se reinscrevem nele entre um jogo de identidade e relação.

A partir da década de 1990, a prática do skate começou a ficar extremamente popular em São Paulo, apesar de na década anterior, o antigo prefeito Jânio Quadros ter proibido por lei a prática de skate em um contexto que o skatista era considerado um marginal e poderia ser detido pelo Estado. Isso só mudou com a eleição da prefeita Luiza Erundina que se aproximou dos skatistas (Figura 25), os quais começaram a se apropriar do lugar e a praticar esporte de rua aproveitando as quatros “ilhas” de escadaria que existiam e estavam distribuídas ao longo de diversas áreas do vale, em um processo de apropriação do espaço por parte desses sujeitos sociais.

Figura 21 - Comício pelas "Diretas Já", em 1984, no Vale do Anhangabaú



Fonte: Matuti Mayezo/Folhapress³⁸

Figura 22 - Obras no Vale do Anhangabaú em 1991



Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira³⁹

³⁸Disponível em: folha.uol.com.br/poder/2017/05/1885116-diretas-ja-sim-mas-tambem-com-um-pacto.shtml. Acesso em: 01/12/2022

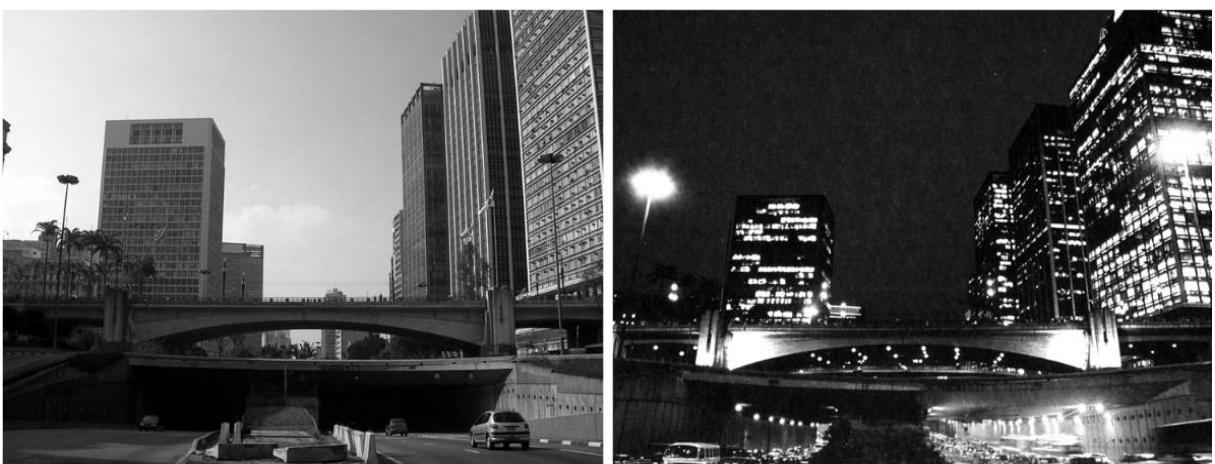
³⁹ OBRAS no Vale do Anhangabaú. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: enciclopedia.itaucultural.org.br/obra2915/obras-no-vale-do-anhangabau. Acesso em: 02 de dezembro de 2022.

Figura 23 - O “novo” vale do Anhangabaú em 2003



O novo Vale do Anhangabaú em 2003. Autor: Hereñú Ano: 2003

Figura 24 - Tamponamento da avenida



Fonte: Heneru, p.337

Figura 25 - Luiza Erundina, prefeita de São Paulo, andando de Skate em 1990



Luiza Erundina, andando de skate no Hospital Municipal de Campo Limpo, 14/9/1990.
Fonte: Epitácio Pessoa/Estadão⁴⁰

Figura 26 - Vale do Anhangabaú em 2019



Fonte: Bruno Niz⁴¹

⁴⁰Disponível em: <https://fotos.estadao.com.br/fotos/acervo,luiza-erundina,609511>. Acesso em: 01/12/2022

⁴¹Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/952948/vale-do-anhangabau-multiplicidade-do-espaco-no-imaginario>. Acesso em 01/12/2022

3.7. 2020: O Novo Vale do Anhangabaú

A prefeitura de São Paulo anunciou o projeto do novo Vale do Anhangabaú em 2015, cerca de quatro anos antes do início das obras. No projeto, apresentado⁴² são elencados os seis principais desafios da localidade (Figura 27), que são: (1) dificuldade para acessar o transporte público, referente a dificuldade de acesso dos pedestres aos terminais e estações de transporte público; (2) ambiente ruim para os sentidos, devido ao excesso de poluição do ar e sonora; (3) ausência de atividades e fachadas passivas dos prédios do entorno; (4) ausência de bancos confortáveis; (5) dificuldade de acesso ao vale e a (6) sensação de insegurança devido à baixa variedade de "grupos de usuários, funções e atividades fazem com que o Vale seja aproveitado por poucas pessoas ao longo do dia".

É possível notar que dentre os itens listados acima, há ênfase na necessidade de facilitar a circulação e o fluxo de pessoas pelo vale, seja para chegar ou sair do vale, uma vez que a circulação é um elemento importante da dimensão do não-lugar. Ao apontar a existência de sensação de insegurança no vale e afirmar que ele estava dominado por pequenos grupos de usuários, sem denominar que usuários perigosos eram esses, surge o objetivo de aumentar a quantidade de pessoas no vale para garantir mais segurança quando é declarado que a presença de muita gente faz as pessoas se sentirem mais seguras.

⁴² Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/centro-dialogo-aberto/o-vale-do-anhangaba%C3%BA-u/>. Acesso em: 01/12/2022

Figura 27 - Os principais desafios do Vale do Anhangabaú



Fonte: Prefeitura de São Paulo⁴³

Após elencar os principais desafios, são apresentadas as estratégias para a vida urbana segundo a prefeitura (Figuras 28, 29, 30 e 31), sendo elas: (1) melhorar o fluxo de pedestres; (2) diluir a escala monumental e (3) ofertar programas variados nos edifícios e terrenos do entorno; que se configuraram enquanto estratégias para viabilizar a fragmentação hierarquização e homogeneização. A primeira estratégia (Figura 28) garante elementos para aumentar a eficiência da circulação pelo local com piso contínuo de superfície única, integração com toda a rede de ruas, evitar barreiras e fomentar o deslocamento entre o transporte público.

⁴³ Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/centro-dialogo-aberto/o-vale-do-anhangabau/>. Acesso em: 01/12/2022

Já a segunda estratégia (Figura 29), aparenta ser mais vaga, pois fala em respeitar a escala humana diluindo a escala monumental. Nesse sentido, questiona-se: o que é o respeitar a escala humana e diluir a monumental? Essa estratégia configura apenas uma justificativa para a fragmentação do espaço por meio da sua divisão em funções flexíveis que atendem a interesses específicos, uma vez que é possível notar que a segunda estratégia destaca que o espaço é excelente para grandes celebrações e eventos. Ou seja, a consequência disso poderá ser a do empobrecimento da escala de vida por meio da limitação das possibilidades de uso do espaço, como foi citado anteriormente por Alves (2010). A análise que pode ser feita é a de que o Estado considera que ele deve controlar e definir a escala de uso do espaço das pessoas, novamente, controlando e dominando o espaço, fragmentando e hierarquizando o espaço em unidades menores. Além disso, apesar de destacar que devem existir boas e variadas oportunidades para sentar-se e permanecer no espaço, também é definido que os bancos devem estar localizados próximos ao térreo dos edifícios e os comércios, o que indica que a diferença entre a condição de permanência e de passagem não é simplesmente de dimensão temporal, mas de apropriação espacial. Nesse sentido, uma pessoa pode passar horas em um show ou ir várias vezes assistir a diversos jogos no Anhangabaú na condição de passagem, pois o tempo não determina a permanência ou não, essa determinação vem pela apropriação do espaço.

A terceira estratégia (Figura 30), fragmenta o dia, com base no pensamento do trabalho das pessoas, em três períodos: (1) manhã/antes do trabalho; (2) hora do almoço/começo da tarde e (3) começo da noite/depois do trabalho. Nessa figura é demonstrado a necessidade de consumo no/do espaço por meio da busca da garantia do lazer, das compras e dos eventos, em uma análise de que a reforma precisava ser

feita porque “não é possível identificar vida urbana no local”. O que se faz notar depois da não identificação formal da existência dos skatistas antes de começar a revitalização do Vale do Anhangabaú. Por fim, ela acaba por identificar as porções do vale que recebem sombra uma parte do dia e, curiosamente, as porções que não recebem sombra em nenhum período são as que ficaram destinadas à prática de esportes.

Por fim, a quarta estratégia (Figura 31) é mais direta, propõe a “oferta de programas variados” com o objetivo de convidar as pessoas a passarem o tempo, fazer atividades física e jogar, através da instauração de quiosques e pavilhões na localidade, criando-se uma permanência associada ao consumo que, segundo a descrição da imagem, são as lojas, restaurantes e cafés que devem se apropriar e ocupar esse espaço. No entanto, que tipo de convite para frequentar o espaço será efetivamente produzido? Esses convites serão pensados, elaborados e executados pela iniciativa privada.

Figura 28 - Estratégia para a vida urbana 1

Melhorar os acessos Estratégia para a vida urbana 1



FLUXO DE PEDESTRES

O Vale do Anhangabaú é um ponto de passagem para os pedestres que atravessam o Centro de Leste a Oeste. O Vale deve se conectar melhor com o transporte público e à rede de calçadões. O fluxo de pedestres entre as diferentes regiões do Centro e entre os modais de transporte deve ser facilitado pelo projeto e leilão do Anhangabaú.

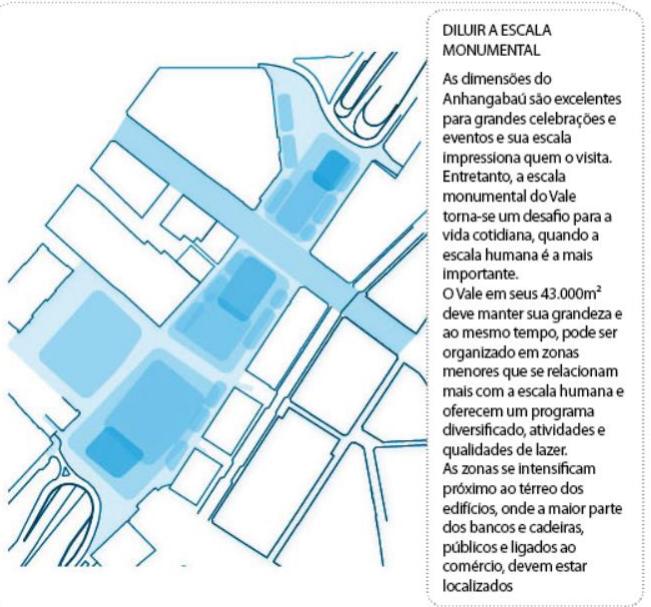
Para se tornar o coração da cidade, o Novo Anhangabaú precisa ser um lugar convidativo para todos:

- ter um piso contínuo, em superfície única, para garantir acessibilidade universal para todos os grupos de usuários
- estar integrado à toda a rede de ruas de pedestres do Centro
- permitir que os pedestres caminhem respeitando seu desejo de deslocamento – evitar barreiras.
- garantir boas condições para o pedestre também nas ruas que dão acesso ao Vale.
- conduzir e fomentar o deslocamento de pedestres entre os terminais e estações de transporte público.

Fonte: Prefeitura de São Paulo⁴⁴

Figura 29 - Estratégia para a vida urbana 2

Respeito à escala humana Estratégia para a vida urbana 2



DILUIR A ESCALA MONUMENTAL

As dimensões do Anhangabaú são excelentes para grandes celebrações e eventos e sua escala impressiona quem o visita. Entretanto, a escala monumental do Vale torna-se um desafio para a vida cotidiana, quando a escala humana é a mais importante. O Vale em seus 43.000m² deve manter sua grandeza e ao mesmo tempo, pode ser organizado em zonas menores que se relacionam mais com a escala humana e oferecem um programa diversificado, atividades e qualidades de lazer. As zonas se intensificam próximo ao térreo dos edifícios, onde a maior parte dos bancos e cadeiras, públicos e ligados ao comércio, devem estar localizados

Para tornar o Vale do Anhangabaú um lugar convidativo para todos os grupos de usuários, o local deverá oferecer:

- Um ambiente que respeite a escala humana, acrescentando à escala monumental do Vale unidades menores, convidativas para a vida urbana cotidiana, concentrando as pessoas junto ao térreo dos edifícios.
- Boas e variadas oportunidades para sentar.
- Um ambiente confortável do ponto de vista sensorial (visual, auditivo, olfativo, temperatura)
- Mais verde e água para garantir um bom ambiente para o lazer
- Campo visual desobstruído, atividades durante todas as horas do dia e todos os dias do ano, boa iluminação e atividades para todos os grupos de usuários garantindo um ambiente seguro

Fonte: Prefeitura de São Paulo⁴⁵

⁴⁴ Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/centro-dialogo-aberto/o-vale-do-anhangabau/>. Acesso em: 01/12/2022

⁴⁵ Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/centro-dialogo-aberto/o-vale-do-anhangabau/>. Acesso em: 01/12/2022

Figura 30 - Estratégia para a vida urbana 3

Flexível e robusto

Estratégia para a vida urbana 3

Atualmente o Vale do Anhangabaú recebe eventos quase diariamente. Apesar disso, não é possível identificar vida urbana cotidiana no local que, além dos eventos, não abriga muitas atividades.

Para garantir que o Vale seja flexível e robusto o bastante, para facilitar tanto as atividades do dia-a-dia quanto os eventos, ele deverá ser:

- atrativo para a vida cotidiana convidando todos os grupos de usuários para o Vale oferecendo lazer, atividades físicas, compras, encontros, etc.
- atrativo para a realização de eventos de todos os tamanhos, oferecendo uma superfície flexível que se ajuste às dimensões e necessidades de cada evento ou atividade.
- robusto para seu uso e fácil manutenção.
- adaptável ao clima e aos diferentes grupos de usuários ao longo do dia, semana e ano.

PROGRAMAS INTENSOS E VARIADOS PARA O USO DA PRAÇA DURANTE O DIA

Manhã – Antes do Trabalho
No período da manhã a sombra cobre a parte leste do Vale e as principais funções do vale estarão relacionadas à hora do rush e atividades para as crianças (escolas e famílias)

Hora do Almoço – Começo da Tarde
Na hora do almoço mais pessoas vão usar o espaço público para comer, reuniões, diferentes atividades e compras. O sol preenche todo o Vale e as feiras e os cafés começam a ter mais clientes.

Começo da Noite – Depois do Trabalho
No final da tarde e começo da noite, a segunda hora do rush traz muitas pessoas para funções ativas como bares e restaurantes. Os programas noturnos podem se tornar mais diversos se incluirmos efeitos de iluminação, eventos públicos e feiras noturnas.

Fonte: Prefeitura de São Paulo⁴⁶

Figura 31 - Estratégia para a vida urbana 4

Fachadas ativas e programação

Estratégia para vida urbana 4

EDIFÍCIOS, TÉREOS E PAVIMENTO OFERECEM UM PROGRAMA VARIADO

Os térreos dos edifícios que conformam o Anhangabaú estão em geral inativos ou introvertidos. Articular com os proprietários dos edifícios a abertura de seus térreos é uma ação chave para convidar mais usuários para o Vale. Enquanto isso não ocorrer uma fachada secundária formada por bancas e pavilhões pode servir como um gerador de vida urbana. A programação do espaço e o novo piso devem acrescentar uma nova camada de convites ao uso da praça.

Para tornar o Vale do Anhangabaú um espaço público diverso e programado é importante:

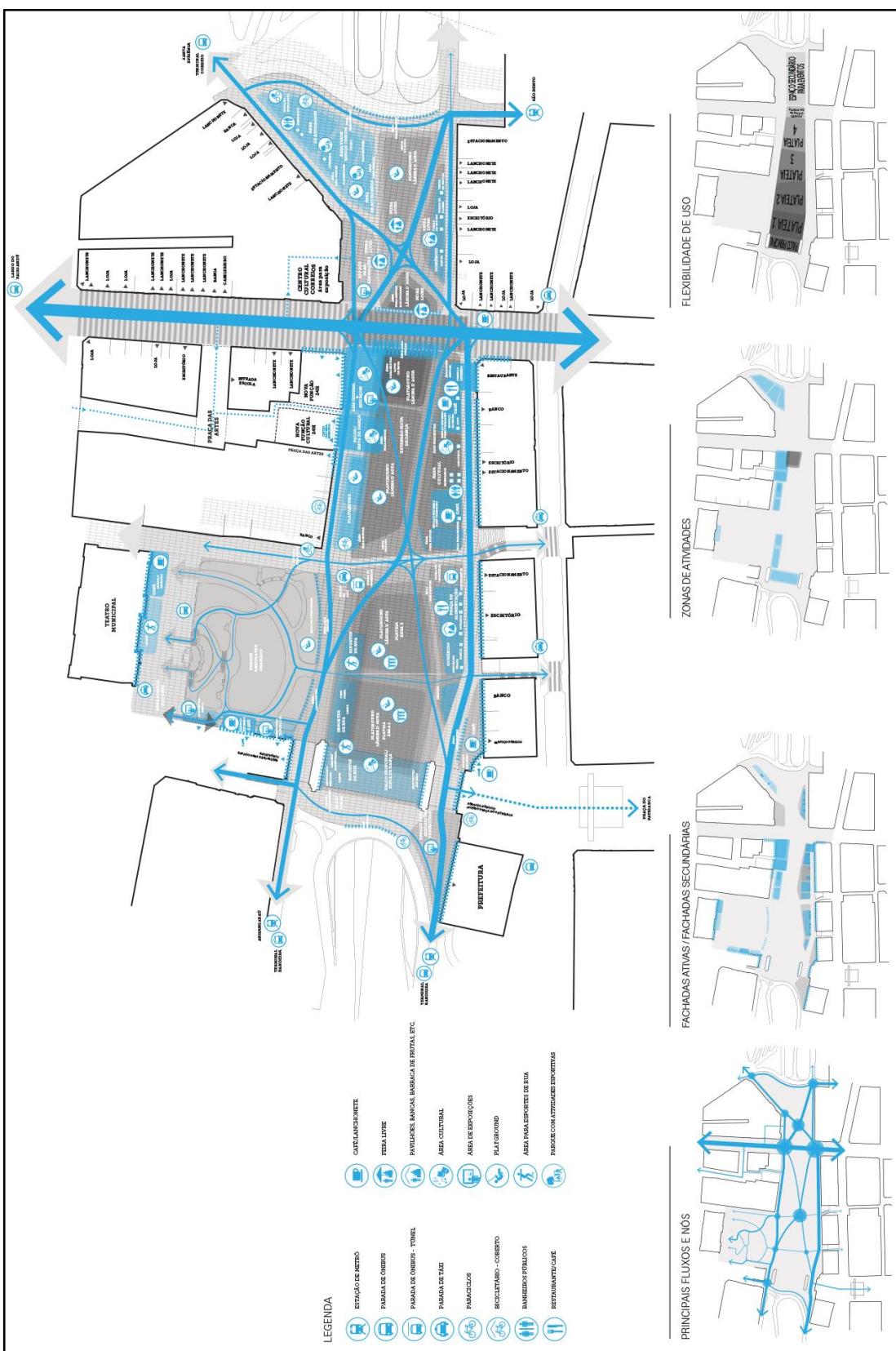
- Reativar as fachadas no térreo dos edifícios que contornam o Anhangabaú, dando apoio e criando vida ao longo das bordas do Vale. Lojas e restaurantes/cafés devem se apropriar e ocupar a zona próxima aos edifícios com mobiliário e atividades.
- acrescentar atividades por meio de uma ‘fachada secundária’ de bancas, quiosques e pavilhões com funções e serviços que interagem diretamente com as pessoas.
- Ativar o espaço como um todo, ao propor um desenho de mobiliário urbano e elementos que convidam as pessoas a passarem o tempo, fazer atividades físicas e jogar, tornando o Vale um local que atrai diversos tipos de usuários.

Fonte: Prefeitura de São Paulo⁴⁷

⁴⁶ Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/centro-dialogo-aberto/o-vale-do-anhangabau/>. Acesso em: 01/12/2022.

⁴⁷ Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/centro-dialogo-aberto/o-vale-do-anhangabau/>. Acesso em: 01/12/2022.

Figura 32 - Concepção geral para o novo vale



Fonte: Prefeitura de São Paulo⁴⁸

⁴⁸ Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/centro-dialogo-aberto/o-vale-do-anhangabau/>. Acesso em: 01/12/2022.

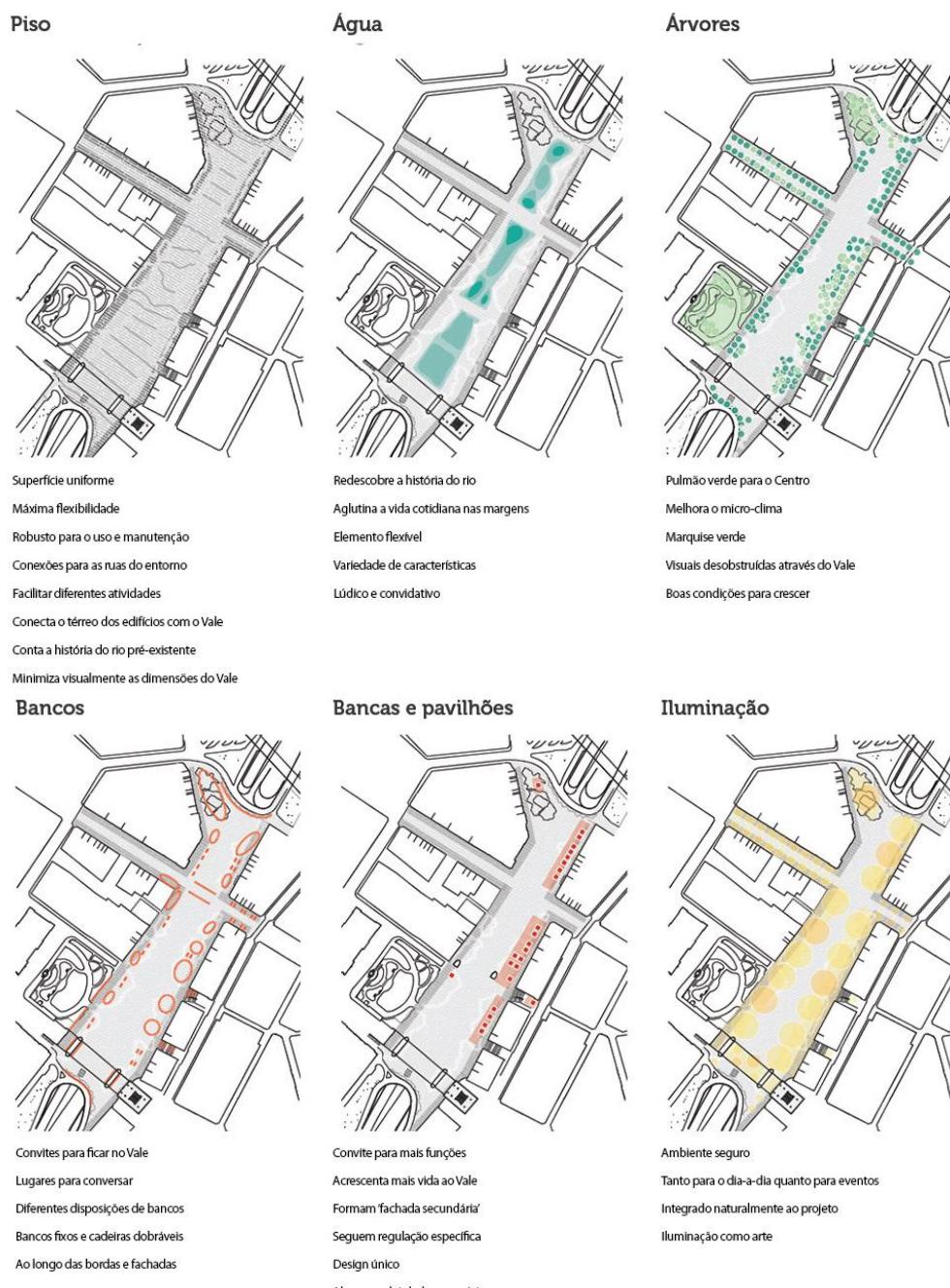
Nesse projeto, bancas, quiosques e pavilhões (Figura 33) entram como o elemento para acrescentar mais vida ao vale e a “água”. A “água” corresponde ao sistema de fontes com 852 jatos d’água, espalhados no chão ao longo do Vale do Anhangabaú, que entram como elemento da organização espacial do Vale e, segundo o projeto analisado, entra definida como “elemento lúdico” e de “redescoberta da história do rio Anhangabaú”. É escrito (Figura 34) que a água poderá ocupar os “espaços vazios” em dias de nenhum evento, criando um ruído positivo e “misterioso”, indicando que se não há nenhum evento acontecendo, o espaço pode ser tido como vazio. A concepção do projeto do novo vale projetou diversos cenários possíveis para eventos, desde um grande evento até um pequeno ou múltiplos eventos acontecendo e destacando que a água implementada “pode ajudar na limpeza de um grande evento” após o seu término. Afinal, uma limpeza rápida e eficiente é essencial para melhorar o fluxo e permitir a ocorrência de outro evento em seguida e o acionamento das fontes de água impede a permanência na parte central do Vale quando tudo estiver “vazio”. Dessa forma, o sistema de fontes com jatos d’água podem funcionar como elemento de dominação e controle do espaço devido a sua disposição no espaço e pelas possibilidades de restrição de uso do espaço.

Na Figura 33, é possível notar que a porção com maiores círculos destinados a existências de bancos e maior quantidade de árvores se localizava na porção leste, onde estão previstos a permanência dos quiosques e bancas e toda a disposição do novo vale cria uma imagem de um corredor para fácil circulação, sendo fácil tanto para entrar quanto para sair.

É possível verificar que as bancas e pavilhões ficaram com a porção do vale que recebe sombra na parte da manhã, enquanto as outras áreas destinadas a permanência da população ficaram na porção oeste do vale, que é iluminada o dia

todo e, se não houver presença de árvores, dificulta a permanência pela ausência de sombras. É dessa forma que o Estado domina o espaço: fragmentando, hierarquizando e homogeneizando. Combate-se o espaço de “pequenos grupos” e produz-se um lugar para viajantes⁴⁹ e passantes.

Figura 33 - As seis camadas do novo vale

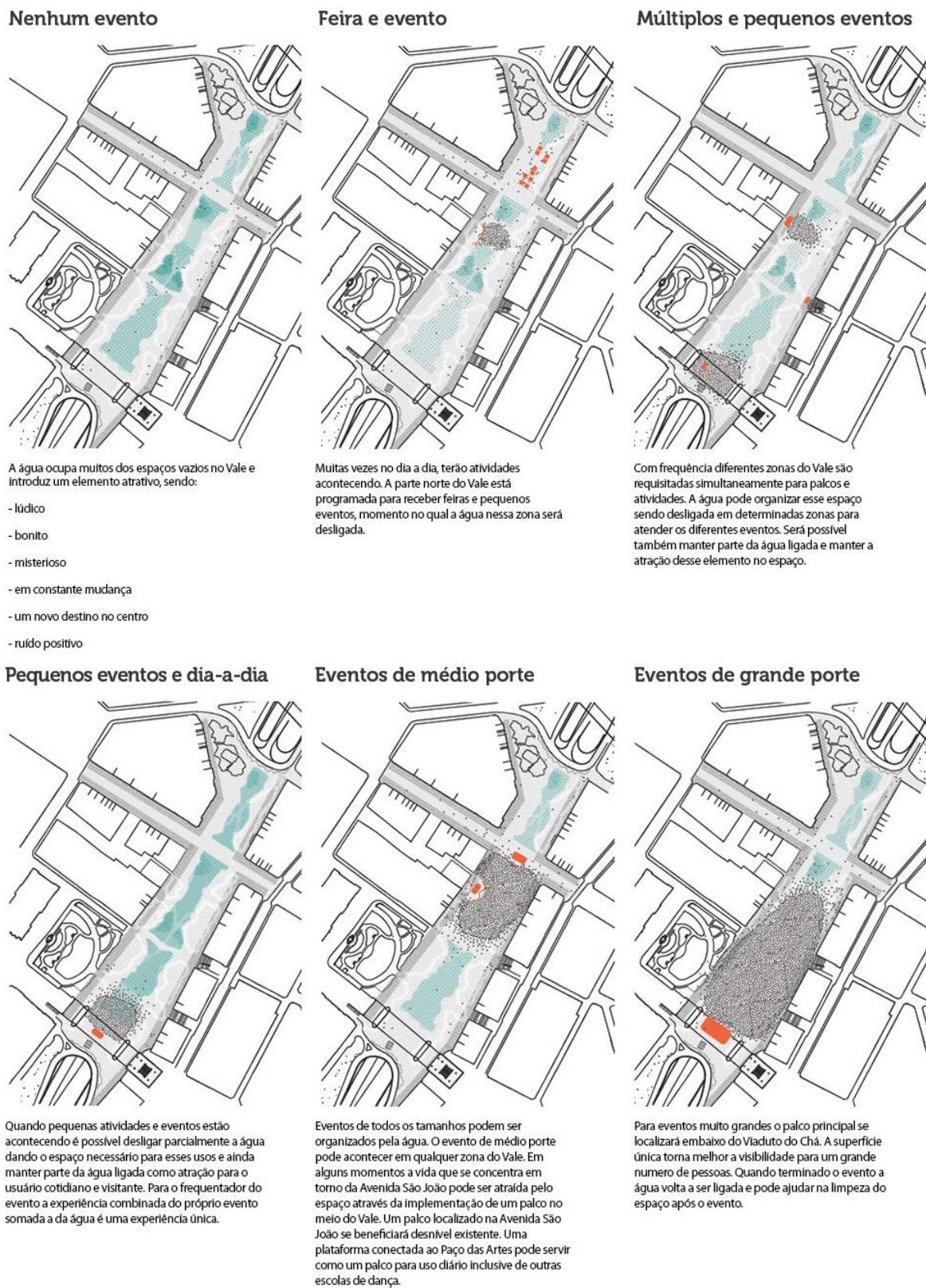


Fonte: Prefeitura de São Paulo⁵⁰

⁴⁹ Defende-se a concepção de viajante descrita por Augé, descrita anteriormente, como a pessoa que é própria do não lugar.

⁵⁰ Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/centro-dialogo-aberto/o-vale-do-anhangaba>

Figura 34 - Flexibilidade de organização dos eventos pela água



Fonte: Prefeitura de São Paulo⁵¹

u/. Acesso em: 01/12/2022.

⁵¹ Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/centro-dialogo-aberto/o-vale-do-anhangaba-u/>. Acesso em: 01/12/2022.

Com toda a concepção do projeto, a prefeitura de São Paulo iniciou a construção de mais um novo Vale do Anhangabaú, dessa vez mais eficiente para a circulação de pedestres e para receber eventos de grande porte, seja pela maior capacidade de controlar os fluxos das pessoas no novo espaço ou pela facilidade de limpar a área depois da realização dele.

Rosa Kliass afirmou, em documentário⁵², que a prefeitura deu os primeiros indícios da vontade de mudança espacial já na década de 1970, e ela idealizou o projeto que ganhou o concurso e foi implementado na década de 1990 (e que foi destruído posteriormente), para criar criando um parque, enquanto área pedestrianizada sem acesso de carros, embutindo o sistema viário e ofertando diversas possibilidades, “espaços democráticos” para ofertar todas as possibilidades de circulação que poderiam ser escolhidos pelas pessoas com criação de ambientes e perspectivas distintas pelas pessoas. A própria Kliass termina acusando que a desvalorização do Anhangabaú ocorreu por própria responsabilidade do poder público e presenciou a destruição de todo o seu projeto, como pode-se observar na Figura 36. No entanto, a criação de parque e implementação de áreas verdes não favoreceu a valorização econômica da área a longo prazo, o resultado foi o do isolamento e da proteção dos carros para evitar problemas de fluxo decorrentes de manifestações, como ocorreu no movimento das Diretas Já (Figura 21) e o abandono sistemático do vale tinha intenção de afastar a população que criou um sentimento de relação e identidade política com o lugar. O Estado rejeita e combate a criação da identidade dos sujeitos com os lugares, ele busca destruí-los sistematicamente.

⁵² Documentário Arquiteturas: Anhangabaú. SESC TV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xyEu7FKqloA>. Acesso em: 05/12/2022.

Tanto na análise feita a partir do recuo histórico quanto nas falas da Rosa Kliass, nota-se a existência de ciclos de valorização e desvalorização do espaço em um jogo embaralhado de lugares e não-lugares surgindo e se pulverizando no espaço e uma progressiva apropriação privada. Alves (2010) relembra que a Operação Urbana Anhangabaú de 1991 foi realizada em um contexto de revalorização da área por meio da reurbanização feita pelo Estado, com melhorias de circulação e o embelezamento da área e ressalta que isso não foi suficiente para revalorizar o espaço e surgiram estratégias para tornar esse novo espaço um centro de uso cultural, em mais um momento de valorização para posterior desvalorização do espaço.

Junto a essa iniciativa, a prefeitura passa a incentivar a recuperação do valor simbólico do centro, de seu poder como organizador das atividades produtivas em todos os sentidos, de modo a torná-lo, como dizia a secretária da Cultura Marilena Chauí (administração PT), o coração cultural da cidade, de forma a retomar seu papel de destaque enquanto irradiador de atividades. (ALVES, 2010, p.112)

O Anhangabaú, da Figura 26, foi transformado em forma e conteúdo, em um primeiro momento, dando segurança de fluxo dos carros e depois abandonando a área pedestrializada para impedir a permanência da população. No entanto, lugares se recompõem e criam a necessidade de o Estado fazer novas intervenções para mudar suas formas e seus conteúdos, até mesmo negando a existência da vida urbana. O Vale começou a ser apropriado pelos skatistas a partir da década de 1990. Com a revitalização do vale em 2019, surgiu o movimento "Salve o Vale" por parte dos skatistas para que as pistas de skate de rua permanecessem no lugar.

Quando os skatistas tomaram conhecimento que tudo seria destruído e que a reforma avançaria para os mármores skatáveis, surgiu o movimento "Salve o Vale"⁵³ e o primeiro protesto para tentar impedir a demolição dos bancos de mármore foi

⁵³ RIBEIRO, Eduardo. O Corre dos skatistas para salvar o pico de street mais clássico de São Paulo: o Vale do Anhangabaú. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/o-corre-dos-skatistas-para-salvar-o-pico-de-street-mais-classico-de-sao-paulo-o-vale-do-anhangabau#>. Acesso em: 20/12/2022

realizado na manhã de 10 de junho de 2019, em frente à prefeitura. Skatistas como Murilo Romão mostraram vídeos de skate, livros e outros registros para o assessor do Covas com o objetivo de demonstrar a importância do lugar para os skatistas de São Paulo e do mundo. Além da importância de preservar a prática de skate, os skatistas também queriam preservar o material de mármore dos antigos bancos.

Figura 35 - Marcelo Formiga na antiga pista de skate do Anhangabaú



Foto: Otávio Neto.

Fonte: Marcos Hirishi/Redbull⁵⁴

Figura 36 - Destrução da antiga pista de skate do Anhangabaú

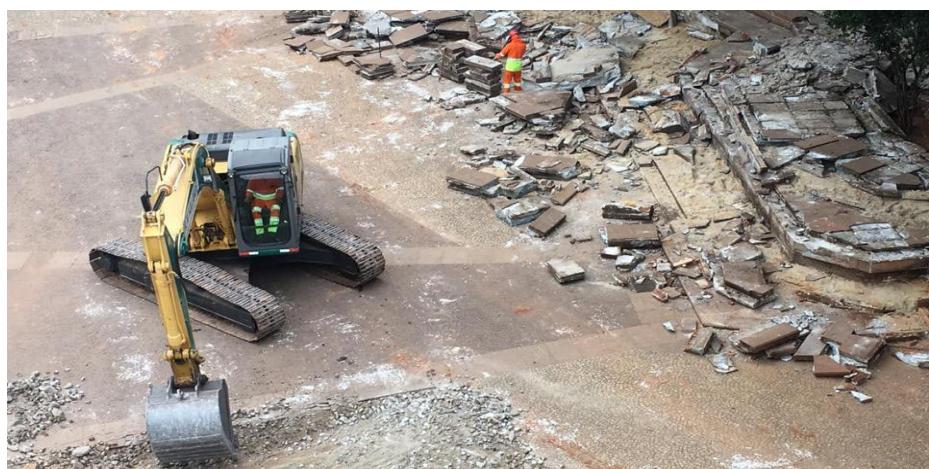


Foto: Acervo Flanantes

Fonte: UOL⁵⁵

⁵⁴ Disponível em: redbull.com/br-pt/5-picos-cl%C3%A1ssicos-do-skate-e-s%C3%ADmbolos-de-sp. Acesso em: 10/12/2022

⁵⁵ Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/o-corre-dos-skatistas-para-salvar-o-pico-de-street-mais-classico-de-sao-paulo-o-vale-do-anhangabau#>. 10/12/2022

Figura 37 - Protesto dos Skatistas em frente à Prefeitura de São Paulo contra o projeto de revitalização do Vale do Anhangabaú



Fonte: Globo⁵⁶

Figura 38 - Nova pista de Skate do Anhangabaú

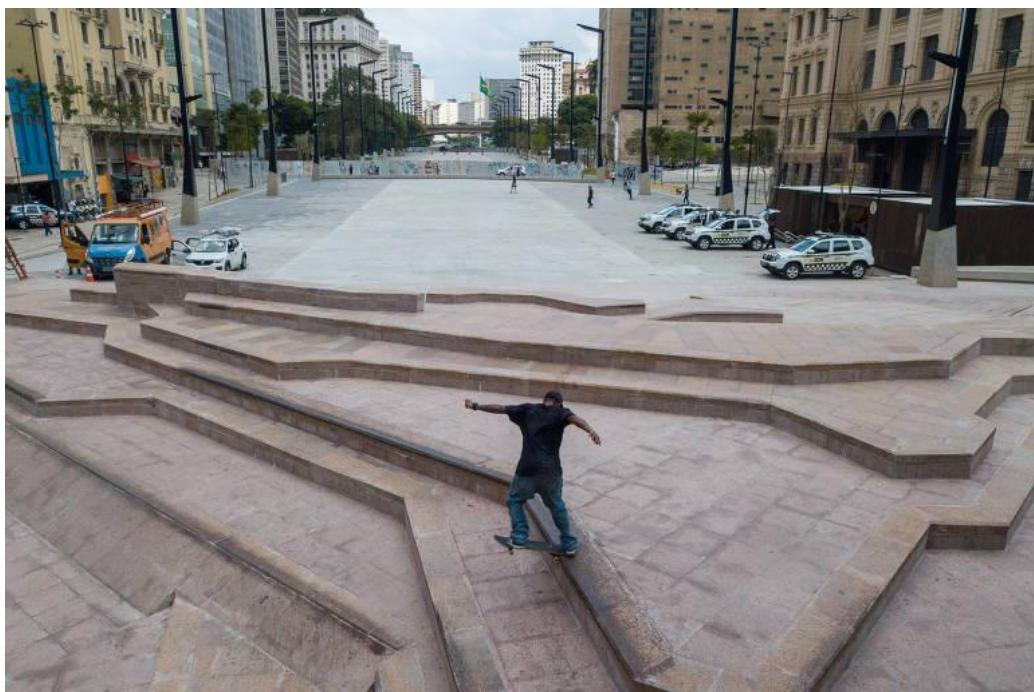


Foto: Danilo Verpa, Folhapress
Fonte: Folha de São Paulo⁵⁷

⁵⁶ Disponível em: g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/10/skatistas-protestam-contra-projeto-de-reurbanizacao-do-vale-do-anhangabau.ghtml. Acesso em: 10/11/2022.

⁵⁷ Disponível em: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1692432202861490-prefeitura-de-sao-paulo-libera-pista-de-skate-no-vale-do-anhangabau>. Acesso em: 10/11/2022.

Dessa forma, o atual memorial da pista de skate que surgiu foi feito com as mesmas peças de mármore que antes deram forma às famosas quatro ilhas removidas e seus degraus e, apesar de não ter resistido espacialmente como uma cicatriz da paisagem, renasceu como um elemento de resistência de conteúdo e permanência dos skatistas. É outra pista que também é um memorial às antigas.

Murilo Romão, um dos skatistas do Vale, afirmou em documentário⁵⁸ que "a gente não salvou o Vale porque o vale foi destruído. O que a gente salvou foi parte do material que a gente conseguiu refazer como se fosse uma réplica, uma homenagem". Em suma, a intervenção do Estado pressupõe destruição dos conteúdos e das formas e a reinvenção do não-lugar no esvaziamento do espaço.

Marcelo Formiga, um dos principais skatistas de São Paulo e referência em diversos picos de skate, que foi uma figura fundamental na luta do movimento conhecido como "Salve o Vale" em uma entrevista para o CemporcentoSKATE⁵⁹, comenta que chegou em São Paulo na época da proibição do Skate por Jânio Quadros. Na hora que o entrevistador pergunta se o lugar ficou do jeito que ele gostaria, ele responde que não acreditava que o vale era tombado e que jamais poderia ser modificado e, na resistência ao novo projeto, conseguiu resistir e pressionar para a construção do memorial, ele comenta que o lugar foi abandonado pelo estado, mas nunca foi abandonado pelos skatistas. Ele comenta que, individualmente, prefere o vale antigo para praticar o skate e pela história dele e do skate, mas coletivamente (no sentido da importância para a percepção dos skatistas), prefere o novo vale, já que surgiu como se fosse um "renascimento" trazendo visibilidade positiva para os skatistas que, segundo eles, eram vistos de forma negativa (segundo ele, como vagabundos) pela

⁵⁸ O lendário spot brasileiro: Vale do Anhangabaú - Past & Future Daniel Galli. Brasil. Pocket Skate Mag, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q1k-jTtVNN4&t=79s>. Acesso em: 10/12/2022.

⁵⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iHhgtw11y1Y>. Acesso em: 10/11/2022.

sociedade e agora conta com presença de pais e filhos praticando skate também. Para Formiga, o que surgiu não é simplesmente uma pista de skate, é um memorial que faz parte da arquitetura da cidade e pertence a todos, mas que grande parte da população não sabe o que aconteceu⁶⁰.

O novo vale é extremamente extenso e dá para perceber a imensidão do vale pelo fato de não ser nem possível ver a nova e enorme pista de skate, que se localiza bem ao fundo da Figura 36. O novo vale do Anhangabaú pode ser visto como um enorme corredor com iluminação e dispersores de jatos d'água que não ajudam muito bem a relembrar a existência do rio Anhangabaú e que também não configuram uma fonte. A forma desse novo espaço garante um fluxo intenso, um controle por parte do estado e atende aos interesses privados para realizar desde eventos pequenos até eventos enormes, em uma escala maior do que no vale anterior. A realização dos eventos culturais está em disputa, se situando entre uma lógica de apropriação da população presente “aos eventos não é uma massa amorfa, um rebanho de cordeiros prontos a receberem ordens, a serem imolados sem se rebelar” (ALVES, 2010, p.113) e outra de valorização do espaço urbano por meio de sua privatização, com controle de circulação e uso por parte de empresas privadas.

Figura 39 - Vale do Anhangabaú durante a reforma em 2020

⁶⁰ O lendário spot brasileiro: Vale do Anhangabaú - Past & Future Daniel Galli. Brasil. Pocket Skate Mag, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q1k-jTtVNN4&t=79s>. Acesso em: 10/12/2022.

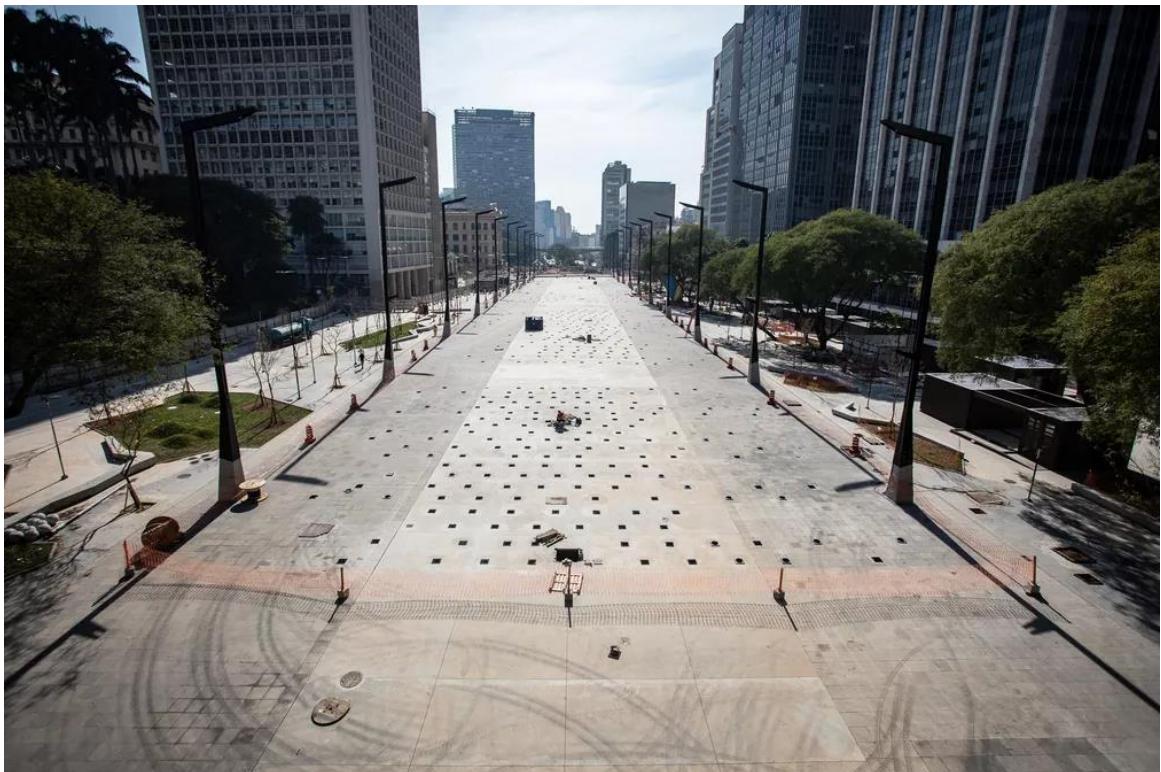


Foto: Fábio Tito
Fonte: G1⁶¹

Figura 40 - Projeto de comunicação visual apresentado à CPPU



Fonte: Viva o Vale⁶²

⁶¹ Disponível em: globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/07/08/reforma-no-vale-do-anhangabau-no-centro-de-sp-ja-custou-pelo-menos-r-17-milhoes-a-mais-do-que-o-previsto.ghtml

⁶² Disponível em: prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/noticias/index.php?p=33334. Acesso em: 10/12/2022

Além disso, no dia 10 de agosto de 2020, a Comissão de Proteção à Paisagem Urbana (CPPU), vinculada à Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL), aprovou um Plano de Comunicação Visual para o Vale do Anhangabaú chamado de “Novo Anhangabaú - O Vale da Gente”. A Prefeitura anunciou através do seu site⁶³ que um projeto foi apresentado pela concessionária do espaço Viva o Vale e que busca “aplicar uma nova identidade visual ao espaço e suas futuras estruturas, como painéis fixos e de LED com a programação das atividades culturais a serem desenvolvidas, contêineres (como bicicletários), totens de sinalização e palcos”. Além disso, o site anunciou que outros equipamentos previstos incluem “decks para descanso, estações de locação de equipamentos (skate, patins, etc.), chaparia (atividades físicas de dança, esportes) e pontos de hidratação”, indicando que o novo Anhangabaú permitirá inserir a prática do skate dentro de uma mercadológica por meio da locação dos equipamentos.

Além dos LEDs, o site divulgou também que os banners nos postes de iluminação do Anhangabaú também receberam aval da CPPU e contarão com funções decorativas, alusivos a eventos ou datas comemorativas ou que indiquem locais de interesse no entorno imediato do espaço, como Viaduto do Chá, Correios, Farol Santander, Shopping Light, Galeria Prestes Maia, Rua Formosa, Rua São Bento e Praça Ramos de Azevedo. Não é permitida a inserção de publicidade nessas peças. No pensamento lefebvriano, há importância dos signos do/no espaço e a Figura 40 demonstra que o vale contará com diversas informações visuais das programações e outras propagandas pagas.

[...] As representações do espaço, ou seja, o espaço concebido, aquele dos cientistas, dos planificadores, dos urbanistas, dos tecnocratas “retalhadores” e “agenciadores”, de certos artistas próximos da científicidade, identificando o vivido e o percebido ao concebido (o que

⁶³ Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/noticias/index.php?p=333348>. Acesso em: 10/12/2022

perpetua as sábias especulações sobre os Números: o número de ouro, os módulos e “canhões”). É o espaço dominante numa sociedade (um modo de produção). As concepções do espaço tenderiam (com algumas reservas sobre as quais será preciso retornar) para um sistema de signos verbais, portanto, elaborados intelectualmente. (Lefebvre, 2000, p.66, grifo nosso).

Já em 22/07/2021, a Prefeitura de São Paulo assinou um contrato de concessão do Vale do Anhangabaú⁶⁴, pouco antes da reabertura oficial e o consórcio “Viva o Vale” será o responsável pela gestão do espaço pelos próximos dez anos, sendo responsável por administrar mais de 70.000m² do Anhangabaú. A concessionária está autorizada a locar o espaço para eventos de música, teatro, gastronomia, comércio e alimentação.

O consórcio é liderado pela empresa URBANCOM⁶⁵, focada em desenvolvimento de projetos inovadores de ocupação das cidades, que foi fundada em 2019 e não possui histórico de atuação anterior em união e parceria estratégica com a gigante conglomerado empresarial WTorre Entretenimento⁶⁶. A WTorre é uma empresa com diversas áreas de atuação, dentre elas a do desenvolvimento de estratégias de entretenimento e engenharia, foi a empresa responsável pela reforma do Allianz Parque em São Paulo, por exemplo.

Por sua vez, a concessionária Viva o Vale criou o site intitulado de “Novo Vale”⁶⁷. No site, a concessionária disponibiliza a imagem da área com a fragmentação dos espaços do vale, observa-se que existe um setor bem delimitado para o Skate na legenda, próximo à praça Pedro Lessa. Na legenda também há a existência do setor da “terra de todos”, onde costumam ficar os palcos dos grandes eventos. Todos os

⁶⁴ Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/noticias/index.php?p=315545#:~:text=A%20desestatiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Vale%20do,Municipal%20de%20Desestatiza%C3%A7%C3%A3o%20\(PMD\)](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/noticias/index.php?p=315545#:~:text=A%20desestatiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Vale%20do,Municipal%20de%20Desestatiza%C3%A7%C3%A3o%20(PMD)). Acesso em: 10/12/2022

⁶⁵ Empresa de arquitetura e urbanismo fundada em 2019 com sede em São Paulo. Disponível em: <https://www.linkedin.com/company/urbancombr/about/>. Acesso em: 10/12/2022

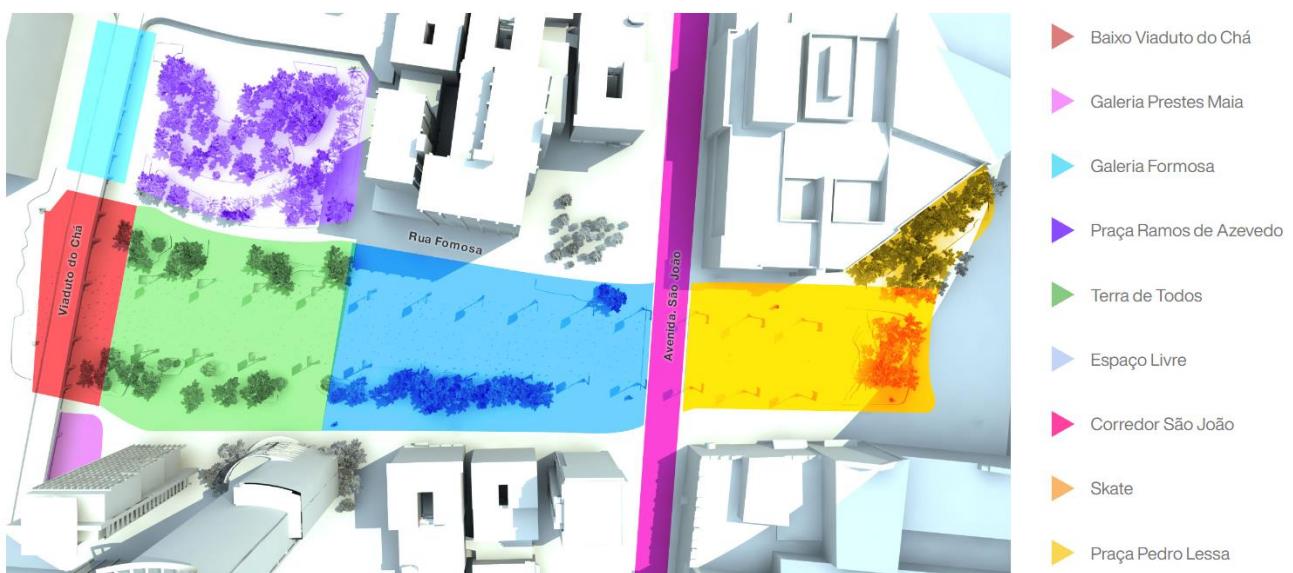
⁶⁶ Conglomerado empresarial com atuação em engenharia, construção, centros logísticos, entretenimento, shopping centers e infraestrutura. <http://www.wtorre.com.br/grupo/>

⁶⁷ Disponível em: <https://www.novoanhangabau.com.br/>. Acesso em 10/12/2022.

mapas, desde os do projeto até o apresentado pelo site, demonstram as diversas formas de fragmentação desse espaço tido como vazio.

Figura 41 - Mapa do Vale do Anhangabaú segundo o Vive o Vale

📍 Mapa



Fonte: Viva o Vale/Novo Anhangabaú⁶⁸

O Vale do Anhangabaú, por ser parte da área central e uma das centralidades de São Paulo, foi reformado para continuar sendo local de realização de eventos culturais, mas com uma dinâmica mercadológica mais intensa e que efetivamente pode ser utilizado pelo como objeto de consumo no e do espaço, tanto pela enorme dimensão do vale que tem capacidade para muitas pessoas consumirem no Vale, quanto pelas novas formas de utilização e criação de simulacros para consumir o espaço do vale. A questão central é que surgem ramificados interesses privados pelas diversas possibilidades de rentabilidade do espaço que o novo Anhangabaú possibilitou.

O centro é o local de realização e concentração de “eventos culturais” e, mesmo que ocorra o controle cultural dos objetos, que devem ser consumidos, essa tentativa de domínio não se realiza plenamente pela existência da multiplicidade que proporciona a diversidade, dificultando o controle total.

⁶⁸ Disponível em: <https://www.novoanhangabau.com.br/>. Acesso em 10/12/2022.

Nessa multiplicidade de eventos culturais que se desenvolvem no centro, uns tendem a ser cooptados, tornados objetos de consumo dirigido, transformando a cultura em um simples produto de troca; mas, entre os elementos, mesmo que parcialmente controlados, ainda se encontram expressões culturais que não são totalmente cooptadas, em que encontramos os resíduos, aquilo que resiste ao processo de transformação de tudo em mercadoria. (ALVES, 2010, p.38)

No ano de 2022 ocorreram vários eventos no Anhangabaú: em fevereiro ocorreu o Carnaval, já em maio foi a vez da Virada Cultural e em novembro foi feita a Fifa Fan Fest para assistir ao jogo entre Brasil e Suíça, com a montagem de um dos maiores telões já construídos para um evento no Brasil. Alves (2013) destaca que mesmo com a multiplicidade de eventos que existem, existem elementos que escapam ao domínio total tentado pelo Estado e que o espaço múltiplo existe de forma latente.

Os exemplos não são muitos, mas existem. Mesmo quando o Estado promove festas populares, nas áreas centrais da cidade, como grandes shows ao ar livre, ou em parceria com emissoras de tv, faz da paixão nacional (o futebol) um espetáculo a que se assiste em grandes telas; e ainda que parte dos que participam do evento só estejam ali devido às propagandas feitas para chamar o público, não raro vemos pessoas que, realmente, emocionam-se, gritam, choram, envolvidas não só com o espetáculo em si, mas no contato com outros, participando, ao mesmo tempo, de modo coletivo e individual do evento. O riso, o choro, a alegria e tristeza, por mais que tendam a ser comandados, escapam do domínio total, tentado pelo Estado, que até corre o risco, nessas ocasiões, de perder o controle que acredita exercer. O espaço múltiplo, ainda democrático, existe de modo latente e assusta. (ALVES, 2010, p.38. grifo nosso).

No entanto, existe uma relação entre o Estado e os agentes privados do consórcio “Viva o Vale” no espaço que também promovem festa no Anhangabaú, o Estado garante o espaço seja dominado pela mercadológica e os agentes privados garantem o controle e a vigilância do espaço durante os próprios eventos cercando o espaço fisicamente com cercas como é possível identificar na Figura 42.

A Figura 45 é relativa ao show do cantor Jão⁶⁹ que ocorreu no dia 11 de dezembro de 2022, o show lotou o Vale do Anhangabaú (Figura 46). As empresas privadas que

⁶⁹ João Vitor Romania Balbino.

patrocinaram e apoiaram o show são a Claro, KitKat e Chillibeans. Além disso, o show foi transmitido pela Claro e na rede social TikTok. O show foi feito em local fechado, com ingressos gratuitos e limitados que deveriam ser resgatados pelo Sympla, uma plataforma de venda de ingressos online para shows. Em suma, os shows no novo Anhangabaú têm potencial para serem de maior proporção com um espaço mais aberto e iluminado que possibilita mais organização e gestão das pessoas que circulam por lá.

Figura 42 - Foliões no carnaval do Anhangabaú em 2022



Foto: Eduardo Knapp/Folhapress. Data: 24/04/2022
Fonte: Folha de São Paulo⁷⁰

⁷⁰ Disponível em: www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/04/baixo-augusta-lota-o-anhangabau-no-carnaval-no-1o-grande-evento-apos-reforma.shtml. Acesso em: 10/12/2022

Figura 43 - Virada Cultural no Anhangabaú em 2022



Foto: Roberto Sungi/Futura

Fonte: Press/Estadão.⁷¹

Figura 44 - Fifa Fan Fest no Vale do Anhangabaú para assistir a estreia do Brasil na Copa do Mundo de 2022



Foto: Fábio Tito

Fonte: G1⁷²

⁷¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/05/29/apos-madrugada-violenta-shows-da-virada-cultural-tem-ambiente-agradavel-nos-bairros-e-tenso-no-centro-de-sp-neste-domingo.ghml>. Acesso em: 10/12/2022.

⁷² Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/11/24/torcedores-se-reunem-em-fan-fest-no-vale-do-anhangabau-em-sp-para-acompanhar-estreia-do-brasil-na-copa-do-mundo-do-catar-fotos.ghml>. Acesso em: 10/12/2022.

Figura 45 - Folder de divulgação do show do cantor Jão



Fonte: Sympla Eventos⁷³

Figura 46 - Show do Jão no Anhangabaú



Fonte: João Vitor Romania Balbino⁷⁴

Além dos grandes e notáveis eventos, o novo Anhangabaú também permite a realização de eventos menores e pagos. Em março de 2022, foi realizado um pequeno

⁷³ Disponível em: <https://beta.sympla.com.br/evento/show-do-jao-encerramento-da-turne-pirata/1801838>. Acesso em: 01/11/2022

⁷⁴ @jão. 2022. FIM! Essa turnê mudou minha vida. Obrigado. 11/12/2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CmDICw3syqq/>. Acesso em 11/12/2022

evento fechado de caráter mais elitizado conhecido como “Arca de Noé - Eden” (Figuras 47 a 52), com entrada paga e com segurança privada, que foi uma festa open bar realizada à noite para um público de renda acima da média da população, com direito a diversas marcas e criando simulacros instagramáveis⁷⁵ para seus viajantes. Apesar de ter sido um evento de escala reduzida em comparação ao da copa do mundo, ele repercutiu muito entre os skatistas, não pela presença dos skatistas na festa open bar, mas pela montagem da arca (Figura 47) e realização do evento muito próxima ao memorial da pista de skate. A revista CemporcentoSKATE publicou a foto (Figura 47) em uma matéria intitulada “Salve o Vale (outra vez)”⁷⁶ denunciando a montagem da Arca de Noé ao lado do memorial dos skatistas, o título da matéria captou o movimento contínuo de disputa do lugar que os skatistas deverão fazer. Uma festa com essas características lúdicas, se realiza exatamente pela dimensão do não-lugar produzida no atual vale do Anhangabaú. O evento em si não é e nem será o mais significativo para o Vale, ele foi destacado por ser simbólico, o lugar dos skatistas ainda está em disputa, a dialética não se encerrou com o atual vale, em uma dialética consistentemente espacial.

⁷⁵ Um espaço instagramável é um ambiente específico para despertar o desejo de tirar fotos ou gravar vídeos e a origem do nome remete justamente a rede social de fotos Instagram.

⁷⁶ Disponível em: <https://CemporcentoSKATE.com.br/blogs/salve-o-vale-outra-vez/>. Acesso em: 10/12/2022

Figura 47 - Montagem da Arca fechando a pista de Skate



Fonte: CemporcentoSKATE⁷⁷

Figura 48 - Projeções feitas durante a festa Arca de Noé - Éden SP



Foto: Diego Botefur, Lali Moss. Fonte: Arca de Noé - Eden⁷⁸

⁷⁷ Disponível em: <https://CemporcentoSKATE.com.br/blogs/salve-o-vale-outra-vez/>. Acesso em: 10/12/2022

⁷⁸ Disponível em: <https://vibra.pixieset.com/arcadeno-sp-1/>. Acesso em: 10/12/2022

Figura 49 - Pequena “roda gigante” na festa Arca de Noé



Foto: Diego Botefur, Lali Moss. Fonte: Arca de Noé - Eden⁷⁹

Figura 50 - Arca montada na festa Arca de Noé



Foto: Diego Botefur, Lali Moss. Fonte: Arca de Noé - Eden⁸⁰

⁷⁹ Disponível em: <https://vibra.pixieset.com/arcadeno-sp-1/>. Acesso em: 10/12/2022

⁸⁰ Disponível em: <https://vibra.pixieset.com/arcadeno-sp-1/>. Acesso em: 10/12/2022

Figura 51 - Ambientes Instagramáveis da festa Arca de Noé



Foto: Diego Botefur, Lali Moss. Fonte: Arca de Noé - Eden⁸¹

Figura 52 - Open bar da Absolut na festa Arca de Noé



Foto: Diego Botefur, Lali Moss. Arca de Noé - Eden⁸²

Verificam-se semelhanças entre o espaço produzido pela indústria do turismo descrito por Carlos (2007) e o espaço produzido pela intervenção do Estado no Vale do Anhangabaú, na tentativa da produção de um espaço com presente sem espessura, esvaziando a sua identidade, a tendência se mostra a partir da intensificação da negação da vida pelo ser humano no lugar, criando-se roteiro de uso e tempo gasto no vale com imagens do espaço que não permitem estabelecer uma

⁸¹ Disponível em: <https://vibra.pixieset.com/arcadeno-sp-1/>. Acesso em: 10/12/2022

⁸² Disponível em: <https://vibra.pixieset.com/arcadeno-sp-1/>. Acesso em: 10/12/2022

relação com o lugar, uma vez que em ambos os espaços produzidos há um interesse em comum: o de possibilitar a instauração da mercadológica no espaço e do consumo no/do espaço.

O espaço produzido pela indústria do turismo perde o sentido, é o presente sem espessura, quer dizer, sem história, sem identidade; neste sentido é o espaço do vazio. Ausência. Não-lugares. Isso porque o lugar é, em sua essência, produção humana, visto que se reproduz na relação entre espaço e sociedade, o que significa criação, estabelecimento de uma identidade entre comunidade e lugar, identidade essa que se dá por meio de formas de apropriação para a vida. O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano de vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade. Aí o homem se reconhece porque aí vive. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar se liga indissociavelmente à produção da vida. "(CARLOS, 2007, p.67)

A análise do recuo histórico e a série de intervenções do Estado realizadas no Anhangabaú apontam para uma relação entre a imposição do não-lugar, enquanto condição temporária, e a dinâmica dos ciclos de valorização/desvalorização do espaço estudado. Há relação entre o processo de valorização do espaço e a retirada dos seus conteúdos sociais, o que faz do não-lugar uma condição provisória para favorecer a valorização do espaço. Carlos (2017) enfatiza a relação entre a intervenção do Estado no espaço e o processo de valorização do solo.

O estado, com seus instrumentos legais, produz grandes transformações nos usos e funções dos lugares da cidade reproduzindo uma hierarquia destes lugares no conjunto do espaço metropolitano. Mas, ao direcionar os investimentos em infraestrutura aprofundam as desigualdades na metrópole, interferindo de modo profundo nas formas de apropriação do espaço à medida em que produzem, com sua intervenção, um processo de valorização diferencial do solo urbano. (CARLOS, 2017, p.22)

Segundo Alves (2010), a vida urbana possui uma continuidade necessária e base da reprodução das relações sociais, que são repletas de contradições e apresentam descontinuidades, rupturas e que tem momentos de insurgências, por vezes ligados a festas, comemorações e reivindicações públicas que ocorrem no centro. É devido a isso que a permanência e a apropriação do centro são importantes e se dão entre a contradição da produção social do espaço e da apropriação privada

na definição de uso dada pelo Estado. O não-lugar e o lugar se fazem presente na materialidade do novo Vale e se misturam no espaço, o não-lugar não é apenas uma dimensão metafísica e distante, ele se impõe na negação das relações sociais que existem no espaço por meio da disputa do espaço.

A vida cotidiana, existente na sociedade urbana, apresenta uma continuidade, necessária e base da reprodução das relações sociais. Mas, essa reprodução é repleta de contradições. Essas fazem parte da vida e se apresentam como descontinuidades, rupturas e que têm sua insurgência em alguns momentos, que vislumbramos como sendo os ligados à festa, às comemorações, às reivindicações públicas que ocorrem no centro simbólico da cidade, carregado de história e sentido. Por isso, a necessidade da observação, da permanência, do contato no centro, durante esses eventos, com os que vivem esses momentos, de modo a mostrar como se utilizam o centro e como o entendem. Neles, procuraremos os modos em que as “insurgências” se realizam, enquanto apropriação do centro histórico da cidade, resultado da contradição entre a produção social do espaço e a apropriação privada que se revela, quando da tentativa de normatização do espaço, em que o Estado tende a limitar e definir o uso. (ALVES, 2010, p.44).

Por fim, retomo a citação do lugar e do não-lugar do Augé, entendendo que, no Vale do Anhangabaú, há tanto a dimensão do lugar (dos sujeitos sociais como os skatistas) quanto a do não-lugar (dos planejadores do espaço) e que a coexistência dessas dimensões na realidade é plausível dentro da dialética lefebvriana, uma vez que o lugar não se apaga da materialidade e o não-lugar transcende a dimensão do metafísico até a materialidade sem se realizar totalmente, uma vez que existem estratégias de apropriação, dominação e valorização/desvalorização do espaço .

Acrescentemos que existe evidentemente o não-lugar como o lugar: ele nunca existe sob uma forma pura; lugares se recompõem nele; relações se reconstituem nele; as “astúcias milenares” da “invenção do cotidiano” e das “artes de fazer” [...] **O lugar e o não-lugar são, antes, polaridades fugidas: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente** – palimpsestos em que se reinscreve, sem cessar, o jogo embaralhado da identidade e da relação. (AUGÉ, 2017, p.60, grifo nosso).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho abordou o assunto relativo à produção de não-lugares por meio das intervenções que partiram do Estado no Vale do Anhangabaú desde o século XIX e concluiu que o Estado atua como um agente de esvaziamento espacial e destruição dos conteúdos relacionais, identitários e históricos do espaço. O estudo do processo de produção do espaço no Vale do Anhangabaú evidenciou relações entre a produção de não-lugares e a viabilização dos ciclos de valorização espacial.

Augé definia os não-lugares enquanto espaços da supermodernidade, destacando os aeroportos e rodovias como alguns dos exemplos diretos da existência do não-lugar, enquanto espaços de grande circulação, não relacionais, não identitários e não históricos. A extração dos espaços do não-lugar do Augé já foi feita por outros autores⁸³, mas colocou-se a possibilidade de existência do não-lugar para o Vale do Anhangabaú, no centro da cidade, se instaurando em espaços públicos, e entendendo que essa é uma dimensão espacial em que o Estado pode operar e dominar, controlar seu uso, em parceria com a exploração privada, que termina por dialetizar com o lugar. Dessa forma, o não-lugar pode se configurar enquanto uma condição provisória, com a possibilidade de apropriação social posterior em concomitância a futuros esvaziamentos que dos conteúdos pertencentes ao lugar com base nos interesses de valorização espacial.

No primeiro período analisado, entre 1870 e 1888, o Morro do Chá era uma região com reclamações sobre ausência de policiamento, excesso de lama, falta de luz pública e de saneamento básico e com presença de lixo e animais mortos na rua, além dos rejeitados bexiguentos. Todos esses problemas foram destacados por jornalistas e autoridades políticas em um contexto em que a cidade de São Paulo

⁸³ Carlos fala sobre a produção do não-lugar pela indústria do turismo.

buscava uma área para se expandir e, portanto, o Vale do Anhangabaú precisava se diferenciar de outros espaços, como o Vale do Tamanduateí.

Foi neste processo que surgiram o primeiro Viaduto do Chá, o Viaduto de Santa Ifigênia, o Teatro Municipal e o primeiro parque do Anhangabaú com o ajardinamento do Vale. O que se destacou inicialmente foi a cobrança de pedágio para permitir a passagem pelo viaduto que foi construído na narrativa de atender a população no primeiro movimento de lucrar com o espaço do vale, favorecendo a especulação imobiliária do entorno. Posteriormente, o vale recebeu mais signos externos, não sendo relacionais ou históricos com a construção do Teatro Municipal: um espaço com uma arquitetura exógena em um processo de entropia socioespacial, que instaurou como uma das etapas dos processos de remoção dos conteúdos sociais rurais do antigo vale que eram símbolo de atraso do Vale, transparecendo a chegada de uma cidade moderna e um bairro do futuro.

Todas as intervenções que ocorreram do século XIX até o final do XX fazem parte de um processo semelhante de esvaziamento do espaço que não tem um fim dialético devido a relação contraditória entre lugar e não-lugar. As intervenções espaciais foram tornando o vale do Anhangabaú um espaço favorável para os fluxos, seja pelos viadutos ou pelo Plano de Avenidas que chegou no vale em seguida que remodelou o vale, retirou os jardins da localidade e implantou o modal rodoviário, caracterizando a materialização do não-lugar e, com o período da “Avenida Anhangabaú”, surgiram problemas entre carros e pedestres e a solução encontrada foi o tamponamento do vale.

Na busca da compreensão da produção dos lugares e não-lugares, recorreu-se a discussão da produção do espaço do ponto de vista lefebvriano com as dimensões do espaço vivido, produzido e concebido e foram tecidas relações entre a

produção espacial segundo lefeuvre e como se dá a produção de não-lugares, uma vez que Augé não tratou da produção do espaço e do papel do Estado como produtor dos não-lugares dentro de uma dialética espacial.

Se faz necessário mais estudos para colocar as dimensões do lugar e do não-lugar dentro da produção espacial lefebvriana enquanto dois elementos indissociáveis. Uma vez que os elementos do não-lugar se expressam no espaço concebido por meio do planejamento do Estado, no percebido por meio dos signos e da propaganda do estado e no vivido por meio dos sujeitos sociais que se apropriam e buscam redefinir o espaço.

A maior dificuldade dessa pesquisa foi trazer a noção de produção do espaço para o pensamento do Augé e relacionar o conceito lefebvriano de espaço concebido-vivido-percebido com o lugar e o não-lugar.

No primeiro momento, o Vale se constituiu enquanto um lugar não muito visado pelo Estado e produzido pelos seus moradores, alguns que cultivavam chá. A necessidade de integrar o espaço da metrópole em um embrião da mundialização do espaço fez com que o espaço fosse destruído para viabilizar a construção de um viaduto de ferro.

O Novo Vale do Anhangabaú foi feito para usuários do espaço, ele é um espaço tido como vazio e flexível para eventos e é a partir dessa nova materialidade do espaço que a dialética espacial se desenvolve. A cultura é (carnaval, música, futebol) utilizada em eventos de escala monumental e shows de pirotecnia para atrair diversos tipos de usuários e aumentar a rentabilidade do espaço. Nesse processo, para a instauração do não-lugar, o espaço precisa ser fragmentado para retirar os sentidos do lugar e criar funcionalidades espaciais. O indivíduo do não-lugar se torna um

usuário do espaço e surgem possibilidades de criação de simulacros no espaço, como foi verificado na festa da Arca de Noé - Éden SP.

O recuo histórico e a análise do atual Vale do Anhangabaú apontam para a implementação do não-lugar enquanto uma condição provisória que tem como objetivo a remoção dos conteúdos históricos, identitários e relacionais do lugar, abrindo o espaço para novos ciclos de valorização/desvalorização dado aos interesses privados que buscam usufruir da rentabilidade que o Vale do Anhangabaú pode proporcionar.

Portanto, os objetivos propostos foram cumpridos, uma vez que o papel do Estado e as suas formas de intervenção no espaço foram analisadas desde o final do século XIX e foi possível avaliar que a forma de atuação espacial do Estado se dá enquanto um agente de esvaziamento dos conteúdos sociais e históricos, que corresponde aos interesses privados, que terminam por contribuir no controle e na vigilância do espaço, que é um dos anseios do Estado, sendo possível corroborar com a hipótese de que o Estado é um produtor de não-lugares, mas entendendo que ele não elabora as estratégias isoladamente e não é possível ignorar a existência de sociais enquanto pessoas que produzem e se apropriam do espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, G. A. **A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido.** Geousp – Espaço e Tempo (Online), v. 23, n. 3, p. 551-563, dez. 2019.
- ALVES, Glória da A. **A requalificação do centro de São Paulo.** Estudos Avançados, 25(71), 2011, 109-118.
- ALVES, Glória da A. **A segregação socioespacial na metrópole paulista.** GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, nº 29 - Especial, pp. 33 - 42, 2011.
- ALVES, Glória da A. **O uso do centro da cidade de São Paulo e sua possibilidade de apropriação.** São Paulo: FFLCH, 2010, 268p.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade.** Papirus Editora, 1^a ed., 2017. Ebook Kindle.
- CARLOS, Ana F.A. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: FFLCH, 2007.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-Tempo da Vida Cotidiana na Metrópole.** São Paulo: Labur Edições, 2017, 2a edição revisada, 317p.
- DAMIANI. Amélia Luísa. **A propósito do espaço e do urbano.** CIDADES. v.1, n.1, 2004, pp.79-95.
- GATTI, Simone Ferreira. **Das operações urbanas aos PIUs: estratégias de intervenção para o Centro de São Paulo.** ISSN: 1084-8781 – Anais XVII ENANPUR 2019.
- HEREÑÚ, Pablo Emilio Robert. **Sentidos do Anhangabaú.** 2007. Dissertação (Mestrado em Projeto, Espaço e Cultura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/D.16.2007.tde-17052010-145047. Acesso em: 2022-12-29.
- LENCIONI, Sandra. **Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar.** Reflexões a partir de São Paulo. Revista Geografia Norte Grande, 39: pp7-20, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace, 4^a ed. Paris: Éditions Anthrospos, 2000). Primeira versão: Início – fev 2006.
- LIMA, Bruno Avellar Alves de. **A promoção de habitação social por meio da reabilitação de edifícios vazios no centro de São Paulo: avaliação de dezesseis anos de experiências (2001-2016).** Planejamento e políticas públicas, n. 53, jul/dez. 2019.

OLIVEIRA. **A cidade capitalista e o progresso gentrificador: o processo de remodelação do Anhangabaú (1877-1917).** (c) Urbana: Rev. Eletrônica Cent. Interdiscip. Estud. Cid. Campinas, SP v.9, n.3 [17] p.573-609 set./dez. 2017.

SEVCKENKO, Nicolau. **A cidade metástasis e o urbanismo inflacionário: incursões na entropia paulista.** Revista USP. São Paulo, n.63, p. 16-35, setembro/novembro 2004.

SILVA, Luís Ocatávio da. **A realibitação do centro de São Paulo. XI Encontro Nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional – ANPUR.** Salvador: Bahia, 19p.

SIMONI-SANTOS, César Ricardo. **Dos negócios na cidade à cidade como negócio: uma nova sorte de acumulação primitiva do espaço.** CIDADES, v. 3, n. 5, 2006, p. 101-122.

SIMONI-SANTOS, César Ricardo. **A Nova Centralidade da Metrópole: da urbanização expandida à acumulação especificamente urbana.** São Paulo: FFLCH, 2013a.

SIMONI-SANTOS, César Ricardo. **Brasília: do projeto hegeliano ao espaço da acumulação.** São Paulo: FFLCH, 2013b.

SIMONI-SANTOS, César Ricardo. **O espaço da metrópole, o tempo dos velhos e a alienação urbana.** Mais 60 - Estudos sobre Envelhecimento. v.27, nº64, abril de 2016.

SIMONI-SANTOS, César Ricardo. **Henri Lefebvre e a morfologia de uma dialética espacial.** GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. I.], v. 23, n. 3, p. 525-550, 2019. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2019.163150. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/163150>. Acesso em: 20 dez. 2022.